

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE LETRAS CLÁSSICAS E VERNÁCULAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LITERATURA PORTUGUESA

ANÍSIO JUSTINO DA SILVA FILHO

**Discursos quinhentistas em defesa e ilustração da língua portuguesa –
filologia e poesia**

v.1

SÃO PAULO
2009

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE LETRAS CLÁSSICAS E VERNÁCULAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LITERATURA PORTUGUESA

**Discursos quinhentistas em defesa e ilustração da língua portuguesa –
filologia e poesia**

Anísio Justino da Silva Filho

Dissertação apresentada ao programa de Pós-Graduação em Literatura Portuguesa do Departamento de Letras Clássicas e Vernáculos da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, para obtenção do título de Mestre em Letras.

Orientador: Profa. Dra. Marcia Maria de Arruda Franco.

v.1

SÃO PAULO
2009

AUTORIZO A REPRODUÇÃO TOTAL OU PARCIAL DESTE TRABALHO, POR
QUALQUER MEIO CONVENCIONAL OU ELETRÔNICO, PARA FINS DE
ESTUDO E PESQUISA, DESDE QUE CITADA A FONTE.

Catálogo na Publicação
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas
Universidade de São Paulo

SILVA FILHO, Anísio Justino

Discursos quinhentistas em defesa e ilustração da língua portuguesa – filologia e
poesia / Anísio Justino da Silva Filho; orientadora Marcia Maria de Arruda Franco. –
São Paulo, 2009.

Dissertação (Mestrado – Programa de Literatura Portuguesa)
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas – Universidade de São Paulo.

1. Defesa e ilustração da língua portuguesa. 2. Filologia. 3. Poética e poesia.
4. Gramáticos. 5. António Ferreira.

À minha mulher, Vera Lúcia Fernandes Silva, meu amor; aos meus filhos, Rafael e Guilherme Justino da Silva, que me fascinam; aos meus pais, Anísio Justino da Silva e Mercedes Biasi da Silva, que me fazem tanta falta; aos meus irmãos; aos meus familiares; aos meus amigos, representados pelos Professores Dr. Luis Carlos Salomão, pelo incentivo e Dr. Luciano Vieira de Araujo, que talvez não saiba o quanto me ajudou.

Agradecimentos

À Professora Dra. Marcia Maria de Arruda Franco, minha orientadora, participante ativa desta pesquisa, sempre disposta, nunca faltou com sua erudição e conselhos úteis. Suas leituras atentas e dedicadas desta pesquisa impressionaram-me e muito me ajudaram. Se o trabalho não ficou melhor é devido a minha limitação.

Aos Professores Dr. Marcello Moreira e Dra. Sheila Moura Hue, pelas contribuições por ocasião da qualificação.

Aos Professores Dra. Adma Fadul Muhana, Dra. Angélica Chiappetta e Dr. Marcos Fernando Lopes, por demonstrarem em suas aulas que o conhecimento pode ser transmitido de forma competente, suave, alegre e humilde.

À Universidade de São Paulo, por possibilitar meus estudos.

RESUMO

Este trabalho trata de discursos quinhentistas em defesa e ilustração da língua portuguesa, movimento que surgiu no bojo do *Humanismo* e da *Renascença*, provocado por questões sociais, políticas, culturais e religiosas em razão das transformações pelas quais a Europa passava no século XVI. Diante desse contexto sócio-cultural e com as necessidades e oportunidades geradas pela cultura dos *Descobrimentos*, vários letrados interessaram-se pelo estudo da língua portuguesa. Neste sentido, surgiram as primeiras gramáticas como ferramenta de defesa e ilustração, bem como instrumentos de propagação do idioma materno. Algumas vieram acompanhadas de *diálogos* em defesa e louvor da língua portuguesa. Editores tomaram também parte neste processo e observaram nos prólogos das edições quinhentistas motivos que exaltavam a língua portuguesa. Poetas como Sá de Miranda, Diogo Bernardes e António Ferreira posicionaram-se ao lado da língua vernácula e participaram – cada um a seu modo, do movimento em defesa da língua portuguesa. Assim, a pesquisa desenvolve-se em torno de dois conjuntos de discursos: o filológico e o poético. O discurso filológico é abordado através de textos como as gramáticas, ortografias, diálogos em defesa e ilustração da língua portuguesa, prólogos e dedicatórias quinhentistas. O discurso poético está centrado na poética e na poesia de António Ferreira.

ABSTRACT

This dissertation is about the 16th Century discourses in defense and illustration of the Portuguese language, a movement that surfaced in the bulge of *Humanism* and *Renascence*, provoked by social, political and cultural matters. Before of this context and necessities and opportunities generated by the culture of *Discoveries* and the press advances, several scholars became aware of the need to defend and illustrate the vulgar languages in the presence of Latin. In Portugal this confrontation also took place before the Castilian language, which took pleasure in the cultural language in its court as much as in the population in a general matter. In this sense, the first grammars appeared as defense and illustration tools, as well as instruments of the mother language propagation. Some of them came along with *dialogues* in defense and praise of the Portuguese language. Editors also took part in this process and observed in the 16th Century edition's prologues reasons that exalted the Portuguese language. Therefore, the research develops around two discourse groups: the philological and the poetical. The philological discourse is approached through texts such as grammars, orthographies, dialogues in the defense and illustration of the Portuguese language, prologues and dedication of the 16th Century. The poetical discourse is centered in the poetics and poetry of Antonio Ferreira.

Sumário

INTRODUÇÃO.....	9
1. PRESSUPOSTOS TEÓRICOS.....	16
2. LÍNGUA PORTUGUESA: ORIGEM.....	25
3. O SÉCULO XVI EM PORTUGAL	30
3.1. A CULTURA DO MAR	31
3.2. O RENASCIMENTO E O HUMANISMO.....	35
3.3. QUESTÃO DA LÍNGUA	44
3.4. A DIFUSÃO DO LIVRO.....	48
4. OS DISCURSOS EM DEFESA E ILUSTRAÇÃO DA LÍNGUA PORTUGUESA	53
4.1. O DISCURSO FILOLÓGICO	53
4.1.1. AS GRAMÁTICAS QUINHENTISTAS	54
4.1.2. OS DIÁLOGOS EM LOUVOR DA LÍNGUA.....	62
4.2. O DISCURSO EDITORIAL NOS PRÓLOGOS QUINHENTISTAS	68
4.3. O DISCURSO POÉTICO	76
4.3.1. A POÉTICA QUINHENTISTA	81
4.3.2. O DISCURSO POÉTICO EM ANTÓNIO FERREIRA.....	94
4.3.3. A POESIA EM LOUVOR DA LINGUA PORTUGUESA	98
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	101
6. BIBLIOGRAFIA.....	104

INTRODUÇÃO

La deffence et illustration de La langue francoyse

Du Ballay, 1549, França

Ao longo do século XVI a língua portuguesa passou por um processo de defesa e ilustração, o que ocorreu também com outras línguas européias. Foi a definição paralela das línguas vulgares, em toda a Europa, frente ao latim. Outras línguas românicas, como a italiana, a francesa e a castelhana sofreram processo semelhante, inserindo Portugal na *questão da língua*¹ ocorrida na Europa. O interesse pela língua em Portugal, bem como na Europa de maneira geral, é fruto do amor que os humanistas nutriam pela língua como a mais alta expressão de humanidade. Além da origem comum, as línguas vulgares travaram uma disputa com o latim para serem reconhecidas como idiomas aptos à expressão cultural. Portugal vinculou-se a este movimento conhecido como defesa e ilustração das línguas vernáculas.

Provocado por questões sociais, políticas, culturais e religiosas, o movimento de defesa e ilustração da língua portuguesa surgiu no bojo do *Humanismo* e da *Renascença* em razão das transformações pelas quais a Europa passava no século XVI. E no caso de Portugal, as transformações culturais e conceituais da Europa Ocidental foram também incrementadas pelos Descobrimentos. Assim como em outras nações de fala românica, o movimento de defesa da língua portuguesa desenvolveu-se entre humanistas, poetas, gramáticos e intelectuais de diversas áreas do saber, enfim, entre eruditos que decidiram refletir sobre a própria língua, observando-a, codificando-a.

Diante desse contexto sócio-cultural e com as necessidades e oportunidades geradas pela cultura dos Descobrimentos, vários letrados interessaram-se pelo estudo da

¹ A *questão da língua* na Europa. Esta expressão tem origem no movimento italiano denominado *questione della lingua*, cuja origem é costumeiramente atribuída ao *De vulgari eloquentia*, de Dante Alighieri. Trata-se de um debate sobre a dignificação das línguas vulgares, que, em função da importância para o eixo temático desta pesquisa, desenvolveremos a questão em capítulo específico.

língua portuguesa. Neste sentido, surgiram as primeiras gramáticas como ferramenta de defesa e ilustração, bem como instrumentos de propagação do idioma materno. Algumas vieram acompanhadas de *diálogos* em defesa e louvor da língua portuguesa. Editores tomaram também parte neste processo e observaram nos prólogos das edições quinhentistas motivos que exaltavam a língua portuguesa. Poetas como Sá de Miranda, Diogo Bernardes e António Ferreira posicionaram-se ao lado da língua vulgar e participaram – cada um a seu modo, do movimento em defesa da língua portuguesa. Para entendê-lo iremos estudá-lo sob a perspectiva da *questão da língua* no ambiente cultural europeu do século XVI. *Neste estudo dos gramáticos portugueses importa salientar que o movimento de codificação e difusão do idioma foi uma negação do português como mero dialeto ibérico*².

O movimento de defesa e ilustração das línguas vulgares iniciou-se na Itália e espalhou-se pela Europa, *suscitando uma série de publicações específicas*³. Como exemplo, destacamos *La deffence et illustration de La langue francoyse*, – título inspirador desta pesquisa –, por Joachim Du Bellay, em 1549, na França. Trata-se de um manifesto articulado por homens de letras reunidos num cenáculo, denominado a Plêiade. As publicações em geral defendiam a dignidade e a capacidade expressiva da língua vulgar a par do latim, e ainda cada povo defendia ser a sua língua materna superior as demais.

Du Bellay sintetiza o projeto de defesa e ilustração das línguas européias, manejando as mesmas idéias que animam o debate português em torno da língua nacional. Defende a língua francesa daqueles que “a estimam bárbara e irregular, incapaz de elegância e cópia que há na grega e na romana”, critica os escritores que “pensam que o nosso vulgar seja incapaz de todas as belas letras e erudição.”⁴

² FRANCO, Marcia Arruda. Sá de Miranda e a defesa e ilustração da língua portuguesa. *Scripta*, Belo Horizonte, v. 2, n. 4, p. 189-204, 1º sem. 1999, p. 196.

³ HUE, Sheila Moura. *Diálogos em defesa e louvor da Língua Portuguesa*. Edição, introdução e notas. Rio de Janeiro: 7letras, 2007, p. 14.

⁴ HUE, Sheila Moura. *Diálogos em defesa e louvor da Língua Portuguesa*. Edição, introdução e notas. Rio de Janeiro: 7letras, 2007, p. 14.

A proximidade geográfica e cultural entre os reinos ibéricos gerava ambiguidades entre os portugueses. Alguns intelectuais viam com bons olhos a aproximação com Castela, enquanto outros entendiam as relações com Castela numa perspectiva político-cultural. Estes últimos pregavam a necessidade de defender e ilustrar a língua portuguesa, com a nítida convicção da importância do idioma português no projeto nacional luso. Eram letrados ligados à Corte, à Igreja e motivados igualmente por valores humanistas presentes na cultura europeia ocidental.

Decidimos observar o movimento de defesa e ilustração da língua portuguesa através do estudo de uma seleção de discursos que, ao longo do século XVI, vincularam-se de alguma forma a esta questão. Estes discursos podem ser classificados em variadas formas. Em geral é possível identificá-los como filológicos, poéticos ou editoriais.

O discurso filológico compreende o aparecimento das primeiras gramáticas e ortografias da língua portuguesa. Pode-se dizer que nasceu naquele século a filologia portuguesa. Integra-se ainda ao discurso filológico o uso dos *diálogos*, prática adotada em Portugal por João de Barros e Pero de Magalhães de Gândavo. Por sua vez, o discurso editorial surgiu nos prólogos das edições quinhentistas.

O discurso poético, a que este estudo se dedica, está centrado na obra de António Ferreira (1528-1569) – *Poemas Lusitanos* (1598).⁵ É importante ressaltar que este autor assumiu o papel de pregador e defensor do idioma lusitano e em seus escritos é notória a existência de um discurso que se caracteriza pelo louvor à língua portuguesa e se desdobra em pregação apologética. Além disso, António Ferreira, em cartas aos seus contemporâneos, promoveu a reflexão e a divulgação da poética clássica baseada na

⁵ FERREIRA, António. *Poemas lusitanos*. Edição crítica, introdução e comentários de Thomas Foster Earle. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2000.

Epístola aos Pisões, de Horácio. Deste modo, o poeta procurou dignificar e ilustrar o idioma pátrio através de uma militância poética. Marcia Arruda Franco destaca que

No século XVI, alguns “amigos da língua” trabalham por alçá-la à condição de idioma imperial apto a exprimir os vários discursos: o poético, o religioso, o histórico e o científico. Sá de Miranda, que se considerou o Horácio português, ao introduzir um ritmo peregrino, mostrou para todos que esta língua austera e rude se prestava à expressão do poético. Apesar disso, todos os quinhentistas continuaram a escrever obras luso-castelhanas, mostrando, aos olhos de Ferreira e dos filólogos, um desamor pelas coisas portuguesas, não sendo “amigos da língua.”⁶

Assim, na primeira metade de Quinhentos surgiram os textos inaugurais pelos quais é possível observar uma configuração discursiva em prol da língua portuguesa, momento em que verificamos as primeiras gramáticas da língua portuguesa. Em 1536, Fernão de Oliveira publicou *Grammatica da lingoagem portuguesa*,⁷ como resultado da observação do uso letrado da língua, a que chamou de “anotação da língua portuguesa”. Logo em seguida, em 1540, João de Barros publicou *Grammatica da lingoa portuguesa*,⁸ obra que vem acompanhada de um *diálogo* em louvor da língua portuguesa. Em 1574, Pero de Magalhães Gândavo trouxe a público as *Regras que ensinam a maneira de screuer a orthographia da lingoa portuguesa: com hum Dialogo que adiante se segue em defensã da mesma lingoa*.⁹ Duarte Nunes de Leão publica *Orthographia da lingoa Portuguesa*,¹⁰ em 1576, e *Origem da língua portuguesa*,¹¹ em

⁶ FRANCO, Marcia Arruda. Sá de Miranda e a defesa e ilustração da língua portuguesa. *Scripta*, Belo Horizonte, v. 2, n. 4, p. 189-204, 1º sem. 1999, p. 196.

⁷ DOLIUEIRA, Fernão. *Grammatica da lingoagem portuguesa*. Lixboa: e[m] casa d’Germão Galharde, 27 Ianeyro 1536 (Lisboa, 1536). Disponível em [http://purl.pt/120/3/res-274-v_PDF/res-274-v_0000_capa-guardas2_t24-C-R0072.pdf](http://purl.pt/120/3/res-274-v_PDF/res-274-v_PDF_24-C-R0072/res-274-v_0000_capa-guardas2_t24-C-R0072.pdf). Acesso em 30 de novembro de 2008.

⁸ BARROS, João de. *Grammatica da lingoa portuguesa* (1540). Disponível em <http://purl.pt/12148>. Acesso em 12 de maio de 2009.

⁹ GANDAVO, Pedro de Magalhães. *Regras que ensinam a maneira de screuer a orthographia da lingoa portuguesa : com hum Dialogo que adiante se segue em defensã da mesma lingoa*. Lisboa: Antonio Gonsaluez, 1574. Disponível em <http://purl.pt/50/3/>. Acesso em 12 de maio de 2008.

¹⁰ LEÃO, Duarte Nunes. *Orthographia da lingoa Portuguesa – reduzida a arte, & preceitos*. Obra útil & necessária, assim para bem escrever a língua espanhola, como a latina, & qualquer outras que da Latina têm origem. Lisboa: Pedro Crasbeeck, 1576. Disponível em <http://purl.pt/50>. Acesso em 12 de maio de 2008.

¹¹ LIÃO, Dyarte Nynez. *Origem da língua portuguesa*. Dvarte Nvnez de Lião. Desembargador da casa da svplicação, natural da (...) cidade de Evora Lisboa: por Pedro Crasbeeck, Anno MDCVI (1606). Ao

1606. Esta, embora publicada no século XVII, foi produzida no final de Quinhentos, o que atende aos propósitos e à delimitação temporal desta pesquisa.

Como há uma tradição estabelecida em torno do tema, buscaremos apoio também em trabalhos e informações de autores que refletem sobre a *questão da língua*. Neste sentido, o estudo dos gramáticos portugueses percorrerá os caminhos delineados por Maria Leonor Carvalhão Buescu, que serão cotejados e complementados com outras edições e comentários das gramáticas, bem como estudos relativos ao tema.¹² Aos trabalhos concernentes a *Poemas lusitanos*, compulsaremos a Edição Crítica, Introdução e Comentário de Thomas Foster Earle, tanto em razão do texto de António Ferreira, como do estudo que vem a título de introdução e comentário.¹³ Os dados históricos que envolvem a formação da língua portuguesa e sua relação com a *românica* terão como base os estudos de Paul Teyssier em *História da língua Portuguesa*.¹⁴ Para os *diálogos* de João de Barros e Pero de Magalhães de Gândavo destacamos a edição de Sheila Moura Hue, *Diálogos em defesa e louvor da Língua Portuguesa*, tanto pelos próprios *diálogos*, quanto pela introdução em que há um estudo comparativo da obra e dos próprios gramáticos.¹⁵

Como referimos anteriormente, as ideias e conceitos do *Humanismo* em prol das línguas vulgares foram divulgados também através do gênero *diálogo*. Em Portugal,

invictissimo e catholico Rei Dom Philippe o II de Portugal nosso senhor. Disponível em <http://purl.pt/50>. Acesso em 12 de maio de 2008.

¹² Cf. BUESCU, Maria Leonor Carvalhão. *Textos pedagógicos e gramaticais de João de Barros* – introdução, seleção, notas e leitura. Lisboa: Editorial Verbo, 1969.

¹³ EARLE, Thomas Foster. *Musa renascida: a poesia de António Ferreira*. Lisboa: Editorial Caminho, 2000. A edição de Thomas Foster Earle não contém o prólogo de Miguel Leite Ferreira na dedicatória dos *Poemas Lusitanos*. Em razão disso, usaremos *fac-símile* (do prólogo) da edição de 1598. A edição de Earle (2000) será usada em função do primoroso trabalho editorial e pela qualidade de seu estudo introdutório, das notas e dos comentários.

¹⁴ TEYSSIER, Paul. *História da Língua Portuguesa*. Lisboa: Livraria Sá da Costa, 2004.

¹⁵ HUE, Sheila Moura. *Diálogos em defesa e louvor da Língua Portuguesa*. Edição, introdução e notas. Rio de Janeiro: 7letras, 2007. Esta obra apresenta dois dos mais importantes textos escritos em Quinhentos a respeito da defesa e ilustração da língua portuguesa, a saber: *Diálogo em louvor da nossa linguagem*, de João de Barros (1540) e *Diálogo em defesa da língua portuguesa*, de Pero de Magalhães Gândavo (1574). Ambos, contextualizados como estão, sintetizam e simbolizam as duas principais vertentes do movimento: a disputa travada com o latim; e a resistência à incursão do idioma castelhano em terras lusitanas, respectivamente.

João de Barros e Pero de Magalhães de Gândavo utilizaram este gênero do discurso com a finalidade de defender e ilustrar a língua portuguesa. Desse modo, Barros, ao editar sua gramática em 1540, trouxe também um *diálogo* através do qual promove as virtudes da língua portuguesa. O mesmo faz Gândavo, em 1574, ao colocar em debate o português Petrônio e o espanhol Falêncio – pode-se entrever a ironia nestes discursos, detectada pelos nomes dos debatedores. De um lado, o estado pétreo (Petrônio) da língua portuguesa e, de outro, a falência (Falêncio) do castelhano. Ambos pretendem demonstrar a supremacia do respectivo idioma materno sobre o do adversário. Nestes dois *diálogos*, encontramos também uma vertente do discurso filológico.

O louvor de António Ferreira à língua portuguesa será aqui examinado através da Carta a Pero Andrade Caminha (Carta 3) e sua reflexão poética na Carta a Diogo Bernardes (Carta 12). Ambas as perspectivas ampliam-se em função da importância do discurso deste poeta quinhentista para o movimento em prol da língua portuguesa. Em sua apologia da língua materna é evidente a assimilação da cultura clássica, o que caracteriza a sua poesia como expressão pura da cultura renascentista, humanista e clássica em Portugal e em português.

Portanto, por todo o exposto até o momento, repisamos o objetivo deste estudo, que é a investigação dos discursos em defesa e ilustração da língua portuguesa no século XVI. Isso consiste em buscar textos relacionados ao movimento, a fim de formar uma visão que possibilita reconstruir o que se passou em Quinhentos acerca da *questão da língua*, em Portugal. Para tanto, decidimos abordar o movimento em defesa e ilustração da língua portuguesa através dos discursos filológico, poético e editorial, de forma que sejam entendidos os propósitos, os fatores desencadeadores, a ordenação e o que envolveu a reflexão quinhentista em torno do idioma. Deste modo, buscamos apreender o movimento em defesa e ilustração da língua portuguesa. Trata-se de uma pesquisa em torno dos discursos que envolvem o movimento em prol da língua portuguesa e suas

implicações oriundas da experiência e do conhecimento produzidos por quinhentistas portugueses. Esta é a razão pela qual as gramáticas, por exemplo, são focos de interesse nos aspectos em que se integram aos discursos em defesa e ilustração, o que é perceptível principalmente em seus prólogos, dedicatórias, nos *diálogos* que as acompanham.

Por esta razão, a concepção geral deste trabalho orientar-se-á pela busca de um entendimento sócio-cultural. Trata-se de averiguar a articulação de discursos e textos que trabalharam pelo estabelecimento da língua portuguesa, como um meio legítimo de expressão cultural, de expansão do Império e da própria identidade nacional.

O estudo principia com a expectativa de contato com os textos que mostram a riqueza do português, a premência de sua defesa, exaltação e ilustração como problemática do século XVI. E o que, inicialmente, despertou interesse para esta questão foram os poemas de António Ferreira. Entretanto, ao longo da pesquisa, percebemos que o referido tópico inseria-se num contexto mais amplo, o que demandou numerosas leituras acerca do *Humanismo* e da *Renascença*. É a partir destas leituras que a pesquisa alargou-se e reativou a noção de contexto, de inter-relações e de métodos de construção de sentido. O trabalho, então, deixou de tratar somente da identificação e da busca de conhecimento sobre a defesa da língua portuguesa e orientou-se também em direção aos textos e aos estudos capazes de auxiliar a compreensão dos discursos que envolveram tal questão em Quinhentos.

Desta maneira, pretendemos conduzir a investigação ao entendimento da origem da língua portuguesa e do embate travado entre as línguas vulgares e o latim, o que, por sua vez, pode servir de subsídio para se compreender tanto a extensão, quanto as particularidades da *questão da língua* em Quinhentos, na Europa. Esta estratégia de investigação tornou-se relevante ao verificarmos que os discursos que compõem a

defesa e ilustração das línguas vernáculas podiam, eventualmente, possuir orientações conflitantes, não obstante convergirem para a mesma finalidade: a defesa do idioma materno.

Para além da preocupação com os movimentos intelectuais de Quinhentos, destacamos que os estudos sobre a cultura portuguesa tornaram possível observar mais atentamente os confrontos que permeiam o século XVI. Na verdade, a pesquisa percorreu também caminhos que buscaram identificar as estruturas que envolvem “a cultura e as formas de ser e de pensar no século XVI”. Caminhos indicados por Luís Filipe Barreto – como se pode perceber pela menção dos termos, para apreensão dos discursos. A partir disso, percebemos a dificuldade de entender a defesa da língua portuguesa com a amplitude que o tema requer. Tornou-se evidente que a distância, a diferença de cultura, de tempo e de espaço, as interferências causadas por estudos de variadas tendências faziam com que o interessado acerca dos discursos produzidos em Quinhentos os percebesse por meio de uma teia de complexidades, em vez de uma tela estrutural. Ficaram claras, portanto, a ineficácia de se estudar isoladamente o discurso lusitano e a necessidade de entendê-lo segundo as circunstâncias provocadas pela cultura que chegou a Portugal pelo mar, em sua relação com o *Humanismo* e a *Renascença*.

1. PRESSUPOSTOS TEÓRICOS

...como a palavra, como uma frase, como uma carta, assim também a obra literária não é escrita no vazio, nem dirigida à posteridade; é escrita sim para um destinatário concreto.¹⁶

O estudo acadêmico a respeito dos discursos em defesa e ilustração da língua portuguesa requer especial atenção aos aspectos históricos. Julgamos que as experiências humanas, sociais e culturais ocorridas ao longo do século XVI cooperam

¹⁶ LIMA, Luís Costa. *A Literatura e o leitor* - textos de estética da recepção. São Paulo: Paz e Terra, 1979, p. 9.

com o entendimento desta questão lingüística. Neste sentido, e em consideração a este pressuposto, percebemos que a linha metodológica norteadora desta pesquisa deve considerar os estudos de Michel Foucault, Roland Barthes, Michel de Certeau e Pierre Bourdieu a respeito do autor, do leitor, do texto, do discurso e da História.

No tocante à *questão da língua* em Portugal, o que se percebe é a intenção erudita de defender e ilustrar o idioma português como língua de cultura. Daí, a nossa proposta de abordagem do tema, qual seja, selecionar textos escritos em Quinhentos que se alinhem pela defesa e louvor do idioma português, situando-os em seu momento histórico e evidenciando as relações discursivas contidas nos diálogos, gramáticas e produções poéticas. Ter por finalidade, deste modo, compreender os discursos que fazem parte do movimento filológico português.

Elegeram-se uma abordagem sincrônica do tema, sendo o período de interesse o século XVI português. E o tema será tratado a partir de textos selecionados. O trabalho percorrerá parte das obras escritas ao longo do século XVI, que tiveram o propósito específico de defender e ilustrar o idioma português, bem como se voltará às questões relevantes do período como a Expansão Ultramarina, o Império Português, o *Humanismo* e a *Renascença*, e ao enfrentamento que a língua portuguesa teve em seu próprio território com o castelhano. Com a proposição do tema indicou-se que o movimento de defesa e ilustração da língua portuguesa deveria ser abordado através dos discursos filológico, poético e editorial. Indicou-se também que o movimento tem origens, causas e motivações comuns a vários acontecimentos de Quinhentos, e mesmo anteriores, o que envolve o conhecimento da sociedade quinhentista portuguesa, inserida no amplo contexto europeu.

Para tanto, e antes de mais, queremos tomar as palavras de Roberto Machado, contidas em estudo que introduz o livro *Microfísica do Poder*, de Michel Foucault:

... O objetivo da análise é estabelecer relações entre os saberes – cada um considerado como possuindo positividade específica, a positividade do que foi efetivamente dito e deve ser aceito como tal e não julgado a partir de um saber posterior e superior – para que destas relações surjam, em uma mesma época ou em épocas diferentes, compatibilidades e incompatibilidades que não sancionam ou invalidam, mas estabelecem regularidades, que permitem individualizar formações discursivas.¹⁷

Tal registro é feito para afirmar que parte dos objetivos deste trabalho é identificar os discursos e, também, para ressaltar que esta pesquisa procura guardar o propósito de não julgar os discursos, nem tampouco se preocupa em estabelecer uma verdade em torno do que teria ocorrido em Quinhentos, mas sim contemplar, ainda que de forma parcial – pois não vemos como estabelecer o todo – um quadro de época que evidencia os discursos em defesa e ilustração da língua portuguesa.

Há formulações de Michel de Foucault, Roland Barthes e Michel de Certeau que queremos destacar neste trabalho. As de Foucault estão contidas em sua aula intitulada *O que é um autor?* e no livro *Microfísica do Poder*; as de Barthes foram extraídas do livro *O rumor da língua*, especialmente nos textos *A morte do autor* e *Da obra ao texto*; e as de Michel de Certeau estão em *A escrita da história*.

Nestes textos, percebemos que Barthes e Foucault desbancam o autor da condição de proprietário do texto. Barthes, por exemplo, vincula o nascimento do leitor à morte do autor: *o nascimento do leitor deve pagar-se com a morte do Autor*¹⁸ e afirma *que o autor nunca é mais do que aquele que escreve*.¹⁹ Quanto a Foucault, apesar de não ser possível identificá-lo completamente com a ideia de *morte do autor*, é evidente que seu pensamento aponta para a perda de importância do autor a favor do leitor.

¹⁷ MACHADO, Roberto. Por uma genealogia do poder. In FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Organização e tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979, p. VII.

¹⁸ BARTHES, Roland. *O rumor da língua*. Tradução de Mario Laranjeira. 2ª edição. São Paulo: Martins Fontes, 2004, p. 64.

¹⁹ *Ibidem*, p. 60.

Ao tentarmos abordar o pensamento de Foucault sobre os discursos, verificamos logo de início que este se assenta no questionamento da relação texto e autor:

...na escrita, não se trata da manifestação ou da exaltação do gesto de escrever, nem da fixação de um sujeito numa linguagem; é uma questão de abertura de um espaço onde o sujeito de escrita está sempre a desaparecer.²⁰

Além disso, Michel Foucault afirma que o nome do autor não está no interior do discurso, mas *bordeja os textos, delimitando-os... caracterizando-os*. Contudo, é fato que os escritos são acompanhados do nome de seu autor, indicação clara do estabelecimento de uma relação entre as bordas do texto, ou a circulação social do discurso, e seu autor. Diante disso, Foucault avalia:

O nome do autor serve para caracterizar um certo modo de ser do discurso: para um discurso, ter um nome de autor, o facto de se poder dizer “isto foi escrito por fulano” ou “tal indivíduo é o autor”, indica que esse discurso não é um discurso quotidiano, indiferente, um discurso flutuante e passageiro, imediatamente consumível, mas que se trata de um discurso que deve ser recebido de certa maneira e que deve, numa determinada cultura, receber um certo estatuto.²¹

Trata-se, portanto, de algo que se liga à própria noção de discurso. Michel Foucault retira a obra do poder individual de seu autor e a transmite a um autor coletivo ou sujeito coletivo. Por isso, prefere falar da função-autor, que caracteriza o *modo de existência, de circulação e de funcionamento de alguns discursos no interior de uma sociedade*.²² Na verdade, um estatuto de discurso inserido no contexto de determinada cultura.

É justamente esta condição de discurso que objetivamos detectar entre os vários escritos quinhentistas em prol da língua portuguesa. Contudo, queremos avançar na

²⁰ FOUCAULT, Michel. *O que é um autor?* Tradução de José A. Bragança de Miranda e António Fernando Cascais. Lisboa: Vega e Passagens, 1992, p. 35.

²¹ FOUCAULT, Michel. *O que é um autor?* Tradução de José A. Bragança de Miranda e António Fernando Cascais. Lisboa: Vega e Passagens, 1992, p. 45.

²² *Ibidem*, p. 46.

compreensão do conceito de discurso, e verificamos que podemos fazer isso a partir de duas premissas. A primeira, apresentada por Roland Barthes, trata da noção de texto. A outra, oriunda de Michel Foucault, tem início na função do autor e alcança a noção de discurso.

Roland Barthes assevera que

...um texto não é feito de uma linha de palavras a produzir um sentido único, de certa maneira teológico, mas um espaço de dimensões múltiplas, onde se casam e se contestam escrituras variadas, das quais nenhuma é original: o texto é um tecido de citações, oriundas dos mil focos da cultura.²³

Assim, o texto não tem um sentido que seja sua própria essência, um valor cujo significado seja intrínseco, mas sim um sentido múltiplo que o leitor constrói como que desfiando.²⁴ E não *decifrando* como se o texto detivesse um segredo. Para Barthes a estrutura do texto deve ser percorrida, não penetrada.²⁵

Foucault afirma que numa sociedade em que os discursos circulassem e fossem recebidos sem as marcas visíveis da “autoridade” do autor, em pleno anonimato, poderia haver, por um lado, *murmúrios* a respeito da autoria, da autenticidade, da originalidade, dos modos de existência deste discurso, da sua origem, da sua apropriação. Entretanto, por outro lado, *pouco mais se ouviria do que o rumor de uma indiferença: “que importa quem fala”*.²⁶ Isso, porém, não significa que Foucault negue a existência ao autor, mas sim que *o autor deve apagar-se ou ser apagado em proveito das formas próprias dos discursos*.²⁷

²³ BARTHES, Roland. *O rumor da língua*. Tradução de Mario Laranjeira. 2ª edição. São Paulo: Martins Fontes, 2004, p. 62.

²⁴ Barthes usa este termo no sentido de desfazer, desmanchar um tecido de malha. O que concorda etimologicamente com o sentido do termo texto.

²⁵ BARTHES, Roland. *O rumor da língua*. Tradução de Mario Laranjeira. 2ª edição. São Paulo: Martins Fontes, 2004, p. 63.

²⁶ FOUCAULT, Michel. *O que é um autor?* Tradução de José A. Bragança de Miranda e António Fernando Cascais. Lisboa: Vega e Passagens, 1992, p. 70-71.

²⁷ *Ibidem*, p. 80.

Queria ver como estes problemas de constituição podiam ser resolvidos no interior de uma trama histórica, em vez de remetê-los a um sujeito constituinte. E preciso se livrar do sujeito constituinte, livrar-se do próprio sujeito, isto é, chegar a uma análise que possa dar conta da constituição do sujeito na trama histórica. E isto que eu chamaria de genealogia, isto é, uma forma de história que dê conta da constituição dos saberes, dos discursos, dos domínios de objeto, etc., sem ter que se referir a um sujeito, seja ele transcendente com relação ao campo de acontecimentos, seja perseguindo sua identidade vazia ao longo da história.²⁸

Quanto aos procedimentos necessários para uma abordagem da História, recorreremos aos estudos de Michel de Certeau, que em seu livro *A escrita da história* indica a necessidade de compreender a relação entre o lugar do discurso, os procedimentos de análise e a construção de um texto. Como no trecho a seguir:

Encarar a história como uma operação será tentar, de maneira necessariamente limitada, compreendê-la como a relação entre um lugar (um recrutamento, um meio, uma profissão, etc.), procedimentos de análise (uma disciplina) e a construção de um texto (uma literatura). É admitir que ela faz parte da "realidade" da qual trata, e que essa realidade pode ser apropriada "enquanto atividade humana", "enquanto prática". Nesta perspectiva, gostaria de mostrar que a operação histórica se refere à combinação de um lugar social, de práticas "científicas" e de uma escrita. Essa análise das premissas, das quais o discurso não fala, permitirá dar contornos precisos às leis silenciosas que organizam o espaço produzido como texto.²⁹

Certeau afirma também que em função do lugar de onde se fala *se escolhe os métodos que serão aplicados à pesquisa. É a partir deste lugar que serão delineados os objetos de interesse, as questões, os documentos.*³⁰ A conclusão disso é que os fatos históricos (para existirem) dependem não de um olhar objetivo, mas subjetivo.

Levar a sério o seu lugar não é ainda explicar a história. Mas é a condição para que alguma coisa possa ser dita sem ser nem legendária (ou "edificante"), nem a-tópica (sem pertinência). Sendo a denegação da particularidade do lugar o próprio princípio do discurso ideológico, ela exclui toda teoria. Bem mais do que isto, instalando o discurso em um não-lugar, proíbe a história de falar da sociedade e da morte, quer dizer, proíbe-a de ser a história.³¹

²⁸ FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Organização e tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979, p. 7.

²⁹ CERTEAU, Michel de. *A escrita da história*. Tradução de Maria de Lourdes Menezes. Rio de Janeiro: Editora Forense Universitária, 1982, p. 65. Disponível em <http://www.scribd.com/doc/7389046/Michel-de-Certeau-A-Escrita-Da-Historia-rev>. Acesso em 20 de Janeiro de 2008.

³⁰ *Ibidem*, p. 66.

³¹ *Ibidem*, p. 77.

Para finalizar os pressupostos teóricos, queremos delinear alguns conceitos que usamos ao longo desta pesquisa. Os termos língua e idioma, por exemplo, foram utilizados ao longo da pesquisa como sinonímia. Com tais palavras, queremos nomear o conjunto de palavras e expressões utilizadas por determinado povo. Sabemos que no século XVI o conceito de língua como um conjunto sistemático e normatizado estava ligado às línguas clássicas.

O termo ideologia, que foi usado referindo-se aos produtores dos discursos, requer algumas palavras, tanto conceitualmente quanto sobre seu uso para descrever uma situação do século XVI, por se tratar de um termo relativamente recente. Para tanto, recorremos a Marilena Chauí, que afirma que a palavra ideologia foi criada no início do século XIX por Destutt de Tracy para dar nome à ciência que estuda as ideias, que ele mesmo propusera.³² Conforme Chauí, o termo surge para denominar a história natural das ideias, ou seja, uma ciência das ideias na qual o desenvolvimento do pensamento humano seria tratado com a mesma preocupação dada às ciências já estabelecidas. Entretanto, esta noção de ideologia foi usada e posteriormente alterada por Napoleão Bonaparte, carregando, a partir de então, um sentido de engano, falsidade, ilusão. Dessa forma, enquanto para Tracy o conceito de ideologia servia para designar um sistema de ideias estudadas cientificamente, após Napoleão, o termo passou a representar ideias enganosas, abstratas e enganadoras, adquirindo mais tarde outros significados.³³

No sistema de pensamento oriundo de Karl Marx, a sociedade é dividida em classes com visões de mundo e interesses conflitantes, dominados por um grupo que detém o poder político e econômico, cujas ideias e interesses são expostos como

³² Destutt de Tracy (1754-1836) foi filósofo, político e soldado francês. Criou o termo *idéologie* em 1801, como ciências das ideias. O termo ideias deve ser tomado no sentido de estados de consciência.

³³ CHAUI, Marilena. *O que é Ideologia*. São Paulo: Abril Cultural e Editora Brasiliense, 1984, p. 22-25.

verdadeiros. Assim, para Marx, a ideologia consiste em ocultar a divisão dessa sociedade e, assim, garantir a manutenção do estado de coisas e a própria posição social.³⁴

Chauí, ao dissertar sobre o pensamento marxista, sintetiza-o indicando que a ideologia transforma *as ideias particulares da classe dominante em ideias universais, válidas igualmente para toda a sociedade*. E mais, afirma que *o momento essencial de consolidação social da ideologia ocorre quando as ideias e valores da classe emergente são interiorizados pela consciência de todos os membros não-dominantes da sociedade*.³⁵ Então, para Chauí, a ideologia pode tornar-se hegemônica a partir do momento em que é aceita pela sociedade, com a alienação da consciência.

O que se percebe é que os autores vinculados ao pensamento marxista, geralmente conservam a aceção de ideologia como instrumento a serviço das classes dominantes. O discurso ideologicamente marcado, então, é aquele que procura manter através de um mascaramento e ocultação da verdade, a própria condição da classe dominadora.

Este trabalho não detectou aspectos como mascaramento ou ocultação da verdade, e nem tinha isso como preocupação. Entretanto, ao se considerar que os discursos em defesa e ilustração da língua portuguesa giravam em torno da Corte e do Estado imperial, podemos perceber que os discursos não estavam livres de um viés ideológico cujo propósito era a manutenção e a difusão do Império luso. O que, em outras palavras, possibilitava a condição da classe dominante.

Entretanto, Michel de Certeau, sobre os problemas relativos à escrita da História, afirma que interpretações cuja preocupação com a ideologia sobressai, geram

³⁴ CHAUÍ, Marilena. *O que é Ideologia*. São Paulo: Abril Cultural e Editora Brasiliense, 1984, p. 33-41.

³⁵ *Ibidem*, p. 103.

ambiguidades. Afirma, outrossim, que este método foi severamente criticado por Michel Foucault por se prender ao que é incerto e não ao que pode ser verificável na superfície do texto, mas tão somente no interior deles, no subsolo.

Na impossibilidade de poder ser realmente controlável, esse sub-solo é extensível; pode se estender ou contrair à vontade; tem a amplitude dos fenômenos a "compreender". De fato, mais do que ser um instrumento de análise, representa a necessidade que tem dele o historiador; significa uma necessidade da operação científica, e não uma realidade apreensível em seu objeto.³⁶

Certeau conclui que, embora não se possa fugir do elemento ideológico e nem eliminá-lo do trabalho historiográfico, deve-se procurar manter tal elemento isolado, pois

...não pode encontrar a inconsistente realidade na qual sonha descobrir uma coerência autônoma, senão através da forma de um "inconsciente"... A vontade de definir ideologicamente a história é particularidade de uma elite social. Ela se fundamenta numa divisão entre as ideias e o trabalho.³⁷

Para Certeau, analisar a História tendo a ideologia como premissa, ou antes, como preocupação é temerário, pois a ideologia é evanescente,³⁸ visto que a própria abordagem não pode ser feita de fora de uma perspectiva ideológica. Este autor avalia que não é possível *mais buscar o sentido sob a aparência de uma ideologia a mais ou de um dado da história.*³⁹

Em razão disso, procuramos compreender os discursos em prol da língua portuguesa no âmbito da História, especificamente no âmbito do contexto português-europeu do século XVI, sem nos privarmos de perceber os elementos ideológicos embutidos no movimento de defesa e ilustração do português. Ainda que o termo ideologia tenha sido cunhado posteriormente, o sentido marxista nos habilita a perceber

³⁶ CERTEAU, de. *A escrita da história*. Tradução de Maria de Lourdes Menezes. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982, p. 39.

³⁷ *Ibidem*, p. 40.

³⁸ CERTEAU, Michel de. *A escrita da história*. Tradução de Maria de Lourdes Menezes. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982, p. 40.

³⁹ *Ibidem*, p. 41.

o cunho ideológico de tais discursos no século XVI, uma vez que a defesa da língua vulgar nos parece ser uma prerrogativa do Estado monárquico em geral e do Império Lusíada em particular. Contudo, temos consciência de que não poderemos contemplar os acontecimentos da maneira como os interlocutores os receberam e os entenderam. Podemos, porém, observar os discursos quinhentistas considerando os principais acontecimentos que se relacionam com o tema, a partir de nossa própria realidade.

Quanto ao termo *discurso*, Foucault o entende como um conjunto de enunciados que tenham conteúdos concretos, verificáveis no tempo e no espaço, definindo-o com mais precisão ao afirmar que discurso pode ser visto como *um conjunto de enunciados, na medida em que se apóiam na mesma formação discursiva; ele é constituído de um número limitado de enunciados, para os quais podemos definir um conjunto de condições de existência.*⁴⁰ E mais, o termo *discurso* como um conjunto normatizado e prático que procura projetar a realidade através de representações.

(...) não é, em si mesmo, uma unidade, mas sim uma função que cruza um domínio de estruturas e unidades possíveis e que faz com que apareçam, com conteúdos concretos, no tempo e no espaço.⁴¹

2. LÍNGUA PORTUGUESA: ORIGEM

Pretende-se, através deste capítulo, evidenciar as raízes históricas comuns de povos com fala românica, verificar a latinidade e o ambiente ibérico em que essas línguas se formaram, bem como sublinhar que a língua portuguesa é parte de um longo e diversificado processo cultural e linguístico acontecido na Península Ibérica. E, ao fazer isso, procurar estabelecer as relações existentes entre o movimento em prol do português e a questão quinhentista das línguas vernáculas.

⁴⁰ FOUCAULT, Michel. *A arqueologia do saber*. Tradução de Luiz Felipe Baeta Neves. 2ª edição. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1986, p. 135-136.

⁴¹ FOUCAULT, Michel. *A arqueologia do saber*. Tradução de Luiz Felipe Baeta Neves. 2ª edição. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1986, p. 98-99.

Durante a expansão do Império, os romanos impuseram seu idioma aos povos dominados, o que deu início ao processo de assimilação da fala romana pelos diversos povos habitantes da Ibéria. Embora houvesse uma prática linguística na região em que a língua portuguesa nasceu, pois o local já era habitado, o processo teve como fator determinante a chegada dos romanos. Assim, consideramos que o marco inicial da formação da língua portuguesa encontra-se no amálgama que passou a ocorrer no local e no momento em que os romanos chegaram e dominaram a região.

Contudo, ainda que houvesse unidade político-militar, havia também diversidade linguística. Vários fatores contribuíram para isso, como a imensidão do território, a dificuldade de intercâmbio entre as diversas províncias e a cultura pré-existente. Além disso, estes territórios sofreram, ao longo do tempo, invasões de outros povos, que também influenciaram com suas línguas, acrescentando assim mais peculiaridades a já diversificada situação linguística da região. Assim, o latim, em contato com as falas locais, tomou suas cores, transformou-se regionalmente e gerou múltiplos falares denominados *romanços*.

Para se compreender a diversidade existente hoje nas línguas românicas, há que se considerar dois fatores importantes: a bagagem cultural e linguística que os romanos disseminaram e as culturas pré-existent (quase isoladas) em cada local. Acresce-se a isso a seguinte informação de Giorgio Bárberi Squarotti, que demonstra o quão variado e abrangente foi o processo de formação das línguas românicas.⁴²

Na Antiguidade já se reconhecia, paralelamente ao sermo urbanus /.../ dos romanos /.../, o sermo provincialis /.../, um sermo militaris /.../, um sermo vulgaris ou plebeius..., sermo rusticus. Porém [estas] designações não definem entidades totalmente diversas. Trata-se sempre de variantes de uma língua, a mesma em todo Império: um

⁴² Giorgio Barbieri Squarotti é crítico literário e Professor de Literatura Italiana na Universidade de Turin. Organizou a edição do livro *Literatura Italiana – linhas – problemas – autores*, em que há um estudo sobre a romanização da Europa.

latim em suma não muito dessemelhante daquele que conhecemos através da linguagem escrita.⁴³

Além disso, o vasto império romano foi diversas vezes atacado. Mas é somente em 476 d.C. que se rompe de vez a unidade política. Com a ruína do Império, a predominância do latim entra em declínio e a diversidade linguística acentua-se. E assim, gradualmente (séculos, na verdade) os *romanças* passam a ser valorizados, não apenas como instrumentos de comunicação entre os habitantes, mas também como língua de cultura e de literatura, ocupando, ou tentando ocupar, o lugar antes reservado ao latim.

Pode-se dizer, então, que os romanos espalharam-se pela península e ali permaneceram através de sua cultura, e, notadamente, de sua língua, o que envolve os mais variados fatores históricos, ocorridos ao longo da colonização românica. Contudo, o processo continua pelas invasões sofridas pelo Império romano, por sua queda e o conseqüente estabelecimento de novas fronteiras políticas, culturais e linguísticas, desfraldadas pelos novos povos e reinos formados ao longo dos séculos seguintes.

Com a “crise da romanidade não se inibe mais o movimento de diferenciação: liberam-se os usos lingüísticos locais” e o processo desenvolve-se e chega ao ponto em que o latim, agora transformado regionalmente, recebe o nome de *latim vulgar*.⁴⁴ É justamente neste ponto do processo e a partir das variantes dessa língua, que começam a surgir aquele que viria a ser o idioma português e todas as demais línguas românicas ou neolatinas.

Damos assim um salto na história da disseminação da cultura romana na Península Ibérica e chegamos aos episódios históricos que a região da Galícia experimentou nos fins do século XI e início do século XII, os quais deram origem ao

⁴³ SQUAROTTI, Giorgio Barbieri (org.). *Literatura italiana – linhas – problemas – autores*. São Paulo: Nova Stella, Instituto Cultural Ítalo-brasileiro e Edusp, 1989, p. 14.

⁴⁴ *Ibidem*, p. 15.

Reino de Portugal. Os fatos acerca da formação de Portugal envolvem a reconquista da península, até então sob domínio dos muçulmanos. Em 1090 o rei Afonso VI dá sua filha primogênita a Raimundo de Borgonha, como recompensa por importante vitória sobre os árabes, além do título de conde e o governo da atual Galícia. Em 1093, esta região é subdividida e é constituído o Condado Portucalense. Em 1128, o Condado Portucalense torna-se independente da coroa integrada por Galiza, Leão e Castela.⁴⁵

Estes fatos envolvem a divisão política e administrativa da região, e não fronteiras de idioma. Assim, Galícia e Portugal possuem as mesmas marcas, ou melhor, o mesmo espectro de idioma, pois a língua falada na região continua a ser a mesma, independente da divisão administrativa.

A reconquista, então iniciada no norte, avança em direção ao sul, com o objetivo de expulsar os muçulmanos. Fatos que caminham para a instalação da corte portuguesa em Coimbra. Conforme o centro cultural da nação portuguesa afasta-se da região da Galícia, ocorre também o distanciamento do idioma que lhes fora comum. E assim o português começa a ter traços distintos do galego. Além desse afastamento do galego, há contato com o idioma falado na região central: o moçárabe, o que intensifica a característica distinta entre o português e o galego.

Assim, em espaços e datas não definidos, a língua portuguesa toma contornos cada vez mais definidos, junto ao galego, e, em seguida, diferencia-se deste em sua caminhada rumo ao sul, assumindo cores moçárabes, dando, assim, prosseguimento distinto rumo à formação da língua portuguesa. Após estes episódios, um fato importante para o estabelecimento da língua lusitana foi a instituição da língua

⁴⁵ Os dados históricos sobre a romanização da Europa e formação da língua portuguesa foram apreendidos de: SARAIVA, A. J. & LOPES, O. *História da Literatura Portuguesa*. Porto: Porto Editora, 1979, p. 17-24 / TEYSSIER, Paul. *História da língua portuguesa*. Lisboa: Livraria Sá da Costa, 1984 / CUESTA, Pilar Vázquez; MENDES DA LUZ, Maria Albertina. *Gramática portuguesa*. Tomo I. 3ª edição corrigida e aumentada por Cuesta. Madri: Editorial Gredos, 1971.

portuguesa como língua oficial e administrativa do reino de Portugal, por ordem de Dom Dinis.

Esta evolução processa-se mais ou menos espontaneamente, pelo jogo de fatores histórico-sociais apontados, mas há um aspecto, o da uniformização e padronização de variantes lingüísticas, que decerto corresponde a uma intenção preparatória da posterior codificação gramatical. Factos como a organização escolar eclesiástica e universitária, a praxe de redigir os diplomas oficiais e notariais em língua portuguesa, com o abandono do Latim Bárbaro desde o reinado de D. Dinis, a multiplicação das traduções para o português que desde então na corte e nos institutos religiosos – devem ligar-se com a racionalização e polimento do idioma.⁴⁶

Paralelamente a estes fatos, a Igreja manteve o prestígio do latim. Durante toda a Idade Média, o idioma dos romanos foi cultuado e usado como língua eclesiástica. Assim, o latim, após a queda do Império Romano, é preservado pela igreja e de forma estática, visto que não ficou sujeito à vivência normal de uma linguagem. Torna-se, então, a única língua de cultura durante grande parte do período de formação e estabelecimento das línguas vulgares. Porém, estas ultrapassam pouco a pouco a condição de instrumento de comunicação restrito aos falantes das localidades e se impõem também em documentos esboçando o uso literário. Trata-se do florescimento das línguas vernáculas.

A língua portuguesa, como vimos, é parte deste processo de transformação a que foi submetido o latim nas colônias conquistadas pelo Império Romano. Entretanto, o uso culto das línguas vernáculas demanda uma operação de enobrecimento. Para que isso acontecesse, tornou-se necessário eliminar suas características rudes, trazidas das falas locais.

Portugal, no século XVI, integra este movimento de forma análoga a outros povos de fala românica, como os italianos, franceses e espanhóis. Neste amplo processo, cada povo em prol de seu idioma defende a qualidade expressiva da própria língua,

⁴⁶ SARAIVA, António José et LOPES, Oscar. *História da Literatura Portuguesa*. Porto: Porto Editora, 2005, p. 23.

sempre em comparação ao latim.⁴⁷ Entretanto, a *questão da língua*, em Portugal, reveste-se de uma característica peculiar: além de partilhar das dificuldades que as línguas vernáculas travam com o latim, o idioma que se firma como língua de cultura é o castelhano, e não o português.⁴⁸

3. O SÉCULO XVI EM PORTUGAL

Europa e Portugal chegam ao século XVI afastando-se da cultura medieval. Trata-se de um tempo em que se evidencia tanto o declínio das estruturas feudais como a consolidação de uma nova dimensão econômica, com acontecimentos marcantes. Em termos sociais, surgem os Estados nacionais. Em termos culturais, intensifica-se a valorização da cultura clássica. Economicamente, a sociedade mercantilista é incrementada com as viagens ultramarinas representadas pela grande aventura dos Descobrimentos. Tecnicamente, a Imprensa expande-se rapidamente. Acontece também uma ruptura⁴⁹ marcante no cristianismo: passa-se a valorizar o conhecimento advindo da experiência concreta e não mais dos dogmas e orientações teológicas, principalmente da escolástica. Surgiu, então, um cristianismo que valoriza o indivíduo, com reflexos em várias facetas da sociedade.⁵⁰

Acreditamos que tal sociedade deve ser descrita de forma plural. Em razão disso, queremos destacar alguns acontecimentos e movimentos que de alguma maneira mostram a face de esplendor deste século, especificamente os que se relacionam aos discursos em defesa e ilustração da língua portuguesa. Para caracterizar genericamente este século, procuramos destacar, ainda que brevemente, a *cultura do mar*, o

⁴⁷ FRANCO, Marcia Arruda. Sá de Miranda e a defesa e ilustração da língua portuguesa. *Scripta*, Belo Horizonte, v. 2, n. 4, 1º sem. 1999, p. 194-196.

⁴⁸ *Ibidem*.

⁴⁹ Refiro-me ao evento da Reforma, que acrescentou uma nova face ao cristianismo.

⁵⁰ HELLER, Agnes. *O Homem do Renascimento*. Lisboa: Editorial Presença, 1982, p. 10. Neste estudo, a autora afirma ainda que se dá neste período *a primeira onda do adiado processo de transição do feudalismo para o capitalismo*.

Renascimento e o *Humanismo*, a realidade linguística da Península Ibérica, a Imprensa, que serviu aos propósitos da própria Reforma e aos ideais humanistas, possibilitando o acesso de um novo e maior público à cultura e aos livros.

3.1. A CULTURA DO MAR

A cultura do mar insere-se de forma mais ampla nos descobrimentos ibéricos. Os Descobrimentos, por sua vez, referem-se ao movimento de extensão mundial, através dos oceanos, realizado pioneiramente por Portugal e Espanha, e depois por Inglaterra e França. Trataremos aqui, em função de nosso tema, dos descobrimentos portugueses:

...os Descobrimentos são a alma do Portugal renascentista. Ao longo de Quatrocentos e Quinhentos, este espaço da Europa comanda a invasão do Mundo. Vanguarda dos inícios da conquista do Mundo pela Europa, Portugal faz-se e desfaz-se nesse sentido civilizacional. Vinco e vínculo dos continentes e mares, dos homens e ideias, afirma-se como o universal transportador das mercadorias espirituais e materiais... Os DESCOBRIMENTOS são, não apenas o fenômeno das DESCOBERTAS, mas toda a aventura civilizacional de planetária abertura dos mundos ao Mundo.⁵¹

Como sabemos, com as navegações oceânicas descortinaram-se um novo mundo e uma vasta e variada gama de novas experiências não somente à Ibéria, mas também à Europa. E com as descobertas de novas terras e o que isso representa, surgiu, além do conhecimento que este novo mundo proporcionou em termos de riquezas, um novo ser humano, ou melhor, uma forma inteiramente nova de ver, enxergar e entender a humanidade e o gênero humano. *Os descobrimentos fundam, no plano antropológico, o conceito objectivo de humanidade ao desvendarem a regularidade física do homem todo e de todos os homens.*⁵²

⁵¹ BARRETO, Luís Filipe Barreto. *Descobrimentos e renascimento* – formas de ser e de pensar nos séculos XV e XVI. 2ª. edição. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1983, p. 53.

⁵² BARRETO, Luís Felipe. *Portugal na abertura do mundo* – projecto, investigação, organização e texto de Luis Felipe Barreto e José Manuel Garcia. Lisboa: Edição da Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1997, p. 64.

Um simples olhar para esta cultura possibilita-nos perceber os diversos aspectos desta sociedade, bem como os pontos que se interligam no espaço geográfico, temporal e temático que estamos estudando. Os Descobrimentos, e a conseqüente cultura que as naus levaram a Portugal, apontam para a construção de uma estrutura que Barreto denomina de “formas de ser e pensar” no século XVI.⁵³ Em *Caminhos do saber no Renascimento Português*,⁵⁴ Barreto propõe um esboço, a título de preâmbulo de análises discursivas, que acaba desvendando aspectos importantes da situação cultural portuguesa.

Suas proposições mesclam análises, dados, metodologia e questões epistemológicas de tal forma que se tornam modelo e auxiliam o entendimento tanto do complexo século XVI, quanto das “individualidades discursivas”. As suas reflexões são úteis em razão de nosso interesse em reconstruir o cenário do saber e dos textos que compõem os vários discursos em torno da defesa e ilustração da língua portuguesa. Barreto afirma que a

...tela globalizante da Cultura dos Descobrimentos funciona como um traçado /.../ destinado a situar as inscrições ideográficas que formam instância e preocupação analítica. A sua missão resume-se pois ao estatuto de “diagnóstico de conjunto” para auxílio da compreensão das individualidades discursivas.⁵⁵

Tal reforça a ideia de que o conhecimento do contexto dos *Descobrimentos* e dos demais acontecimentos potencializa a compreensão dos discursos formados em defesa e ilustração da língua portuguesa. As proposições de Barreto indicam também que a cultura do século XVI fundamenta-se em três núcleos: o *Escolástico*, o *Humanista* e o *Racionalista pragmático-experiencial*. Estes núcleos se desdobram em duas hegemonias

⁵³ As contribuições deste autor foram apreendidas basicamente através de dois livros seus. *Descobrimentos e Renascimento – formas de ser e pensar nos séculos XV e XVI*, no qual se consolida o pensamento de que os descobrimentos portugueses formam um conjunto de acontecimentos que coloca Portugal em posição peculiar no contexto cultural e social europeu nos séculos XV e XVI.

⁵⁴ BARRETO, Luís Filipe. *Caminhos do Saber no Renascimento Português – Estudo de História e Teoria da Cultura*. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1986.

⁵⁵ *Ibidem*, p. 18.

culturais: a *Escolástica* e a *Humanista*,⁵⁶ afrontadas pela cultura emergente dos Descobrimentos, permitindo-nos afirmar que na cultura portuguesa quinhentista estão em ação influências modernas, medievais e antigas. Modernas em função do viés racionalista pragmático-experiencial, medievais pela persistência da Igreja em manter o seu poder e clássicas pelo cultivo e pelas fontes de saber bebidas na Antiguidade greco-romana.

A dinâmica destes núcleos e das hegemonias constitui o caminho para o entendimento do próprio século. José Sebastião da Silva Dias, ao refletir sobre a sociedade portuguesa em Quinhentos, pondera que os progressistas, ligados ao núcleo racionalista pragmático-experiencial, empenharam-se em descobrir e defender novos caminhos culturais para Portugal, orientando-se com menos formalismo, como segue:

O humanismo era a latinidade e, em menor grau, a helenidade clássicas, a emancipação das letras profanas, a recusa da escolástica, da arte de pensar, da metodologia e problematização do saber legados pela Idade Média; era, numa palavra, a busca de uma cultura laica para uma sociedade em vias de laicização. Na sua vertente de humanismo cristão, estava também empenhado a fundo no repensamento da mensagem cristã, das suas pastoral e moldura institucional, das suas conotações ou consociações políticas.⁵⁷

Para Dias, os *Descobrimentos* são obra dos portugueses e dos espanhóis, ibéricos, portanto. Sobre isso, Barreto corrobora afirmando que

...os Descobrimentos portugueses jamais foram um fenômeno nacional (e muito menos nacionalista), mas sim um sistema de ação e pensamento multicivilizacional, um conjunto de acontecimentos plurirregionais e plurissociais onde cristandade europeia e civilizações (...) se tocam, fermentando o resto dos mundos do mundo.⁵⁸

Barreto também ressalva que dentre os povos envolvidos no amplo movimento dos Descobrimentos, os portugueses são a força mais apetrechada e dinâmica em todos

⁵⁶ BARRETO, Luís Filipe. *Caminhos do Saber no Renascimento Português* – Estudo de História e Teoria da Cultura. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1986, p. 18.

⁵⁷ DIAS, José Sebastião da Silva. *Camões no Portugal de Quinhentos*. Vol. 60. Lisboa: Instituto de Cultura Portuguesa / Biblioteca Breve, 1981, p. 12-13.

⁵⁸ BARRETO, Luís Felipe. *Os descobrimentos e a ordem do saber: uma análise sociocultural*. 2ª. edição. Lisboa: Gradiva, 1989, p. 13-14.

os planos do conhecimento científico-técnico que forma a estrutura-base do processo que leva à explosiva abertura do mundo.⁵⁹

Portugal, a partir do momento em que a técnica naval efetivamente abriu os caminhos do Atlântico, encontrou-se envolvido numa relação de sentido com os *Descobrimentos*. As reflexões advindas dessa associação marcam o que Barreto assinala como núcleo *Racionalista Pragmático-Experiencial*. Assim, os *Descobrimentos* geraram um arcabouço de saber ligado à observação, à experiência prática, advindos do contato com o novo mundo.

Os *Descobrimentos* foram obra de homens ligados às práticas das coisas do mar: navegadores, exploradores e mercadores. Entretanto, este movimento possibilitou também o desenvolvimento de intelectuais voltados para a reflexão científica, abarcando os homens de letras, os pensadores e os artistas. O que desejamos ressaltar é que a reflexão exercida por estes eruditos se deu por meio de textos. Trata-se de um tipo de saber ligado à palavra escrita, ao texto, às letras, estabelecendo-se a estruturação de um discurso que se liga à cultura do mar. Barreto relata que a cultura do mar, em função da busca pelo conhecimento objetivo, proporcionou uma produção de tratados de História, Medicina e Náutica. Observa também que esta produção foi textual e aconteceu prioritariamente em língua portuguesa, e não em latim, que até então detinha a exclusividade na área científica.

Este facto é duma importância epistemológica essencial, porque abre a problemática do conhecimento a toda uma nova e mais lata massa de produtores/consumidores de saber.

O carácter de cientificidade pragmática destinada a uma utilidade imediata obriga a pensar, escrever e comunicar em português, tanto para alcançar o destinatário visado, como, principalmente, para operar no seio da própria criação do saber. O tipo, constante e maioritário, de formação cultural do produtor originário de

⁵⁹ BARRETO, Luís Felipe. *Os descobrimentos e a ordem do saber: uma análise sociocultural*. 2ª. edição. Lisboa: Gradiva, 1989, p. 13-14.

conhecimentos da marinha, matéria médica e antropológica colonial respira absolutamente em português.⁶⁰

Barreto procura significar que esta mudança no quadro das linguagens provoca inovação, transformação e alargamento lexical e conceitual da língua portuguesa. Sua argumentação nos faz lembrar que a língua portuguesa torna-se, além de língua internacional, “intercivilizacional”. Trata-se assim da penetração da cultura lusitana nas colônias e das incursões em outras culturas europeias, em função das necessidades que estes tiveram de absorver o saber produzido pelos portugueses.⁶¹

Os Descobrimentos e o Renascimento são dois movimentos que pertencem – não podemos nos esquecer, a diferentes sistemas mentais. O saber ligado aos homens de letras, filósofos e artistas pertence ao que se costuma denominar de *Renascimento*, e geralmente vem associado ao *Humanismo*. Assim, o conhecimento gerado pelos intelectuais de cunho renascentista e humanista se liga à palavra escrita, ao texto, razão pela qual desenvolveremos algumas palavras sobre o *Renascimento* e o *Humanismo*.

3.2. O RENASCIMENTO E O HUMANISMO

Uma pesquisa sobre tema linguístico que envolva de alguma forma a Europa quinhentista apresenta de imediato uma relação intrínseca com o *Renascimento* e o *Humanismo*. E, ao se considerar a amplitude de significados que vem à mente ao se tentar apreender estes dois movimentos intelectuais, procuraremos primeiramente delimitar os conceitos restringindo-nos aos propósitos desta pesquisa.

Eugenio Garin nos traz a ideia de que um novo tempo e um novo homem marcaram a cultura europeia em Quinhentos. Este autor afirma que isso aconteceu *de tal*

⁶⁰ BARRETO, Luís Felipe. *Os descobrimentos e a ordem do saber: uma análise sociocultural*. 2ª. edição. Lisboa: Gradiva, 1989, p. 51-52.

⁶¹ *Ibidem*, p. 53.

forma que alguns historiadores /.../ focam (a Renascença) com uma insistência, chegando mesmo a considerá-la como uma característica distintiva de todo esse período.⁶²

Erwin Panofsky, ao refletir sobre o *Renascimento*, questiona: *terá existido uma coisa chamada Renascimento que teria começado na Itália na primeira metade do século XIV, alargado as suas tendências classicizantes (...) para finalmente deixar a sua marca em todas as atividades culturais do resto da Europa?*⁶³ Também Jean Delumeau, em *A Civilização do Renascimento*,⁶⁴ faz questão de assinalar que o uso do termo *Renascimento* é problemático e não utilizá-lo facilitaria a compreensão do período que estamos estudando. Delumeau chega a afirmar que se pudessemos encontrar outro termo que não carregasse alguns sentidos errôneos que algumas vezes são reputados ao *Renascimento* seríamos beneficiados, principalmente por nos livrar da ideia de um rompimento brusco entre uma época dominada por trevas seguida por outra iluminada.⁶⁵ Mas parece não haver outra designação, tendo em vista que o próprio Delumeau, na busca de circunscrever o termo, evoca Burckhardt em sua afirmação de que o Renascimento, *no essencial*, não se refere a uma ressurreição da Antiguidade.⁶⁶ Agnes Heller, por sua vez, em estudo intitulado *O Homem do Renascimento*, afirma categoricamente que

O Renascimento não constituía de modo algum “**um retorno à Antiguidade**”. O pensamento e a sensibilidade dos homens representativos do Renascimento estavam enraizados de forma pelos menos tão firme na tradição judaico-cristã como na visão recém-descoberta do mundo grego e latino.⁶⁷

⁶² GARIN, Eugenio (org.). *O Homem renascentista*. Lisboa: Editorial Presença, 1998, p. 9.

⁶³ PANOFISKY, Erwin. *Renascimento e Renascimentos na arte ocidental*. Lisboa: Editorial Presença, s/d, p. 26.

⁶⁴ DELUMEAU, Jean. *A civilização do Renascimento*. Vol. I. Lisboa: Editorial Estampa, 1984.

⁶⁵ DELUMEAU, Jean. *A civilização do Renascimento*. Vol. I. Lisboa: Editorial Estampa, 1984, p. 19.

⁶⁶ *Ibidem*, p.19.

⁶⁷ HELLER, Agnes. *O Homem do Renascimento*. Lisboa: Editorial Presença, 1982, p. 51.

Quanto à questão da existência ou não do Renascimento, o próprio Panofsky responde que sim, que houve um *Renascimento*, aliás vários renascimentos, e aprofunda a questão refletindo sobre *as diferenças qualitativas ou estruturais (...) que distingam (...) este Renascimento doutras revivências anteriores e aparentemente semelhantes*.⁶⁸

Garin participa do mesmo pensamento como podemos ver no seguinte trecho:

...aquilo que renasce, que se reafirma, que se exala, não é apenas, nem é sobretudo, o mundo dos valores antigos, clássicos, gregos e romanos, a que se regressa progressivamente. O despertar cultural, que caracteriza desde o início o Renascimento é sobretudo uma afirmação renovada do homem, dos valores humanos nos vários domínios: desde a arte à vida privada.⁶⁹

Se situarmos a Renascença como resultado de um longo e contínuo processo que vem desde a Antiguidade Clássica, passando pela cultura eclesiástica medieval, corremos o risco de cometer anacronismo. Assim, em termos de desenvolvimento da História, o Renascimento não pode ser entendido como um período em que a Antiguidade renasce, e nem mesmo como algo antagónico e promotor de uma atitude de rompimento com o período conhecido como Idade Média. Por outro lado a história não pode ser simplesmente traçada em uma linha contínua desde a Antiguidade ao Renascimento.

Talvez o mais difícil seja pontuar tanto o início quanto o término do Renascimento. Por isso, parece-me preferível, então, buscarmos os conceitos, os propósitos, os fundamentos, o significado da Renascença. Neste sentido, podemos verificar que o eixo do estudo que Delumeau realiza sobre o Renascimento *recai no dinamismo de toda a Europa (...)*. Em suas palavras: *insisti principalmente nas modificações das estruturas materiais e mentais que permitiriam à civilização europeia*

⁶⁸ PANOFSKY, Erwin. *Renascimento e Renascimentos na arte ocidental*. Lisboa: Editorial Presença, s/d, p. 60.

⁶⁹ GARIN, Eugenio (org.). *O Homem renascentista*. Lisboa: Editorial Presença, 1998, p. 9.

*avançar, entre os séculos XIII e XVII, no caminho de seu extraordinário destino.*⁷⁰ O autor sintetiza seu pensamento sobre a história do Renascimento afirmando que este abarca *a crítica do pensamento clerical da Idade Média, a recuperação demográfica* (em função da mortalidade provocada pelas pestes), *os progressos técnicos, a aventura marítima, uma nova estética, um cristianismo reelaborado e rejuvenescido.*⁷¹

Agnes Heller, por sua vez, enfatiza que o

“Renascimento” significa um processo social total, estendendo-se da esfera social e económica onde a estrutura básica da sociedade foi afectada até ao domínio da cultura, envolvendo a vida de todos os dias e as maneiras de pensar, as práticas morais e os ideais éticos quotidianos, as formas de consciência religiosa, a arte e ciência.⁷²

O Renascimento também diz respeito às descobertas científicas, ao surgimento da burguesia comercial e aos novos horizontes históricos e geográficos, o que propicia novas formas de pensar e representar o mundo, possibilitadas pelo confronto com os novos povos e continentes descobertos. O Renascimento a que nos referimos está fortemente associado à problemática linguística do século XVI; e se pudéssemos, porventura, confrontá-lo com algo peculiar à Idade Média, diríamos apenas que é no aspecto em que esta é fundamentalmente teocêntrica, em que o ideal do homem culto era identificado com o teólogo escolástico e não com o filólogo.

Quanto ao *Humanismo*, como em toda a Europa ocidental, o humanismo português é formado basicamente por elementos oriundos da Itália. Assim, podemos chamá-lo de *humanismo renascentista* à semelhança de Nicolau Sevcenko, que em seu estudo sobre o *Renascimento*,⁷³ apresenta suas reflexões associando a figura do

⁷⁰ DELUMEAU, Jean. *A civilização do Renascimento*. Vol. I. Lisboa: Editorial Estampa, 1984, p. 20-21.

⁷¹ DELUMEAU, Jean. *A civilização do Renascimento*. Vol. I. Lisboa: Editorial Estampa, 1984, p. 21.

⁷² HELLER, Agnes. *O Homem do Renascimento*. Lisboa: Editorial Presença, 1982, p. 9.

⁷³ SEVCENKO, Nicolau. *O Renascimento*. São Paulo, Campinas: Atual Editora / Editora Unicamp, 1984.

humanista ao intelectual surgido em consonância aos *studia humanitatis*.⁷⁴ Os *studia humanitatis* legaram à Ibéria a cultura novilatina com sua característica humanista como a filologia bíblica, os textos clássicos tanto em latim quanto traduzidos para as línguas vernáculas. O que deixou marcas da língua e da cultura latina nas línguas locais.

(...) esses *studia humanitatis* eram indissociáveis da aprendizagem e do perfeito domínio das línguas clássicas... Assim sendo, deveriam ser conduzidos, centrados exclusivamente sobre os textos dos autores da Antiguidade clássica, com completa exclusão dos manuais de textos medievais, significava, pois, um desafio para a cultura dominante e uma tentativa de abolir a tradição intelectual medieval e de buscar novas raízes para a elaboração de uma nova cultura.⁷⁵

Assim, os humanistas do *Renascimento* eram, por definição, homens empenhados em uma reforma educacional que provocou uma nova visão de mundo, o que abrange o próprio *Renascimento*.⁷⁶ Neste contexto, os humanistas consideravam a cultura clássica, nascida e desenvolvida em ambiente pagão – assim considerada pelos cristãos, como fonte de perfeição e muitas vezes antagônica à cultura eclesiástica. Isso não significava, ainda segundo Sevcenko, que os humanistas eram ateus, mas simplesmente cristãos desejosos de *reinterpretar a mensagem do Evangelho à luz da experiência e dos valores da Antiguidade*.⁷⁷

No esteio de uma nova ordem do saber e sem a Igreja romana como elemento monopolizador, o humanismo contribuiu e foi determinante para reformar a face cultural da Europa. Contudo, sabemos que o termo humanista ou humanismo, à semelhança do que acontece com a expressão *Renascimento*, não é unívoco. Razão pela qual optamos por nos restringir o tanto quanto possível aos seus aspectos que se

⁷⁴ *Studia humanitatis*, estudos humanos, eram compostos pelo estudo da poesia, da filosofia, da história, da matemática e da eloquência, cujos objetivos era atualizar e dar vida à concepção estática, hierárquica e dogmatizada que dominava a cultural feudal e eclesiástica, que predominava até o surgimento do período que estamos tratando, conforme Sevcenko.

⁷⁵ SEVCENKO, Nicolau. *O Renascimento*. São Paulo, Campinas: Atual Editora / Editora Unicamp, 1984, p. 13.

⁷⁶ *Ibidem*, p. 13.

⁷⁷ *Ibidem*, p. 13.

aproximam da problemática linguística, por contribuir diretamente com os propósitos deste trabalho.

Cabe agora identificar brevemente duas figuras importantes para o entendimento do *Humanismo* e da filologia humanista, que estão fortemente relacionados ao estabelecimento das línguas nacionais: Petrarca e Dante Alighieri. Sevcenko informa que Petrarca defendia duas ideias: a primeira refere-se à proposta de que o latim utilizado pela Igreja fosse abandonado em função de sua degeneração; e a segunda o retorno aos grandes autores do mundo pagão. Dante, por sua vez, traz subsídios determinantes tanto para a cultura humanista renascentista, quanto para o movimento de defesa e ilustração das línguas vernáculas, especificamente. A primeira grande contribuição que desejamos nos referir diz respeito à sua obra conhecida como *Divina Comédia*, escrita em dialeto toscano e não mais em latim, como era hábito na Idade Média.⁷⁸

Pico della Mirandola apresenta alguns preceitos que nos ajudam a entender essa nova representação do ser humano, o Humanismo. Este humanista, ao imaginar uma conversa entre o Deus e Adão, cria um discurso exaltando a humanidade, representada por Adão, como se pode verificar neste trecho retirado de *De Hominis Dignitate*.

Assim tomou o homem como obra indefinida e, colocando-o no meio do mundo falou-lhe deste modo: Adão, não te atribuímos nem lugar certo, nem aparência que te seja própria, nem alguma função específica, para que detenhas e explores aquele lugar, aparência e função que com segurança tenhas preferido, segundo tua escolha e decisão. A natureza limitada de todas as outras coisas está restringida por leis prescritas por nós. Tu, por nenhuma restrição limitado, por teu próprio arbítrio, em cuja mão eu te pus, determinará a tua natureza. Não te fiz determinantemente anjo nem besta, celestial nem terreno, mortal nem imortal, porque posto em tua livre vontade, como senhor e fazedor de ti mesmo, escolhas e te mudes na forma e maneira que quiseses: poderás ser besta se seguires tuas inclinações e serás anjo se as coisas do céu em teu ânimo e coração sentires.⁷⁹

⁷⁸ SEVCENKO, Nicolau. *O Renascimento*. São Paulo, Campinas: Atual Editora / Editora Unicamp, 1984, p. 36.

⁷⁹ MIRANDOLA, Giovanni Pico della. *Discurso sobre a dignidade do homem*. Lisboa: Edições 70, 1989, p. 51.

Podemos dizer que o humanismo de Mirandola trata do ideal do homem universal, o que abrange sua própria humanidade, em sua integralidade, seja física, espiritual ou social; possuidor de livre-arbítrio e consciente de sua dignidade. O humanismo identifica-se, dentre suas mais variadas abordagens, com esta nova postura, conforme apontado por Pico della Mirandola.

Este humanista entende o ser humano em sua integralidade, em sua dignidade, e valoriza a expressão de sua humanidade na linguagem. Este amálgama formado pelo amor que o humanista dedica às línguas clássicas e à linguagem acaba evoluindo para o amor pela língua materna. Esta evolução provoca neste intelectual, por consequência, o desejo de defendê-la e ilustrá-la, o que irá contribuir para a dessacralização do latim e para a valorização das línguas vernáculas. Imbuídos desta *afirmação renovada do homem, dos valores humanos*, os humanistas fomentam e disseminam a cultura clássica através do conhecimento das línguas grega e latina, cultivadas e reconhecidas como línguas de cultura. Voltam-se àquelas fontes consideradas manancial de sabedoria e arte por eles. Traduziam, copiavam e transmitiam aos que não tinham conhecimento das línguas clássicas, as obras e autores gregos e latinos. Os humanistas aplicavam-se às técnicas filológicas e aperfeiçoavam o seu vocabulário clássico. As reflexões de Pico della Mirandola apontam para a complexidade e a potencialidade do ser humano, que, como uma força motriz, opera no desejo do homem, e o faz reconhecer seu poder de construir o próprio destino, pois nada está predestinado.

A relação entre o Humanismo e os discursos em prol da língua pode ser descrita da seguinte forma:

Este Humanismo é de início essencialmente literário, aparecendo relacionado com o poder político e cultural do rei/Estado. Importa, no entanto, referir que esta cultura humanista vai estabelecendo pontos de contacto com os Descobrimientos e o seu meio envolvente. Todavia, desponta na sociedade portuguesa um clima de confronto entre defensores e críticos da cultura clássica. Uma atitude mais

céptica em relação às navegações e a crença na absoluta necessidade do conhecimento antigo sobrevive em humanistas fortemente influenciados pela realidade italiana: António Ferreira, Sá de Miranda. A elevação dos feitos dos "Modernos" a par da defesa da "ciência" herdada dos antigos, que possibilitara a empresa descobridora, era uma opinião defendida intransigentemente por homens com formação humanista, mas que estavam em contacto com o meio náutico e mercantil - marítimo: D. João de Castro (navegador e Vice-rei da Índia), João de Barros (feitor da Casa da Índia), Fernando Oliveira (piloto e tratadista naval) e Pedro Nunes (Cosmógrafo-mor); uma terceira posição, mais radical, que se regozijava com os feitos das navegações foi apanágio de Garcia da Orta (farmacêutico) e Duarte Pacheco Pereira (navegador).⁸⁰

A *gramaticalização* das línguas vernáculas, de cunho eminentemente renascentista e humanista, tem forte participação na formação dos Estados nacionais, conforme a clássica proposição de *Antonio de Nebrija*, autor da primeira gramática da língua espanhola: a língua como companheira do Império.

*Cuando bien conmigo pienso, mui esclarecida Reina, i pongo delante los ojos el antigüedad de todas las cosas, que para nuestra recordación y memoria quedaron escriptas, una cosa hállo y: sáco por conclusión mui cierta: que siempre la lengua fue compañera del imperio; y de tal manera lo siguió, que junta mente comenzaron, crecieron y florecieron, y después junta fue la caída de entrambos.*⁸¹

Desse modo, paralelamente, acontece na Europa o processo de defesa, ilustração e codificação das línguas nacionais, como resultado de um longo período de confronto.

Nesse contexto, o amor que o humanista dedica também à sua língua, sem abandonar a língua latina, o transporta da reflexão linguística ao discurso em defesa e ilustração das línguas vulgares. E nessa perspectiva, a reflexão linguística no século XVI acontece de forma múltipla com a valorização das línguas clássicas: o latim e o grego.

⁸⁰ VALENTIM, Carlos Manuel. As navegações e o humanismo. Carlos Manuel Valentim Mestre em História Moderna pela Universidade de Lisboa e Professor Efetivo da Escola Naval na área científica de História e Ciência Política. Disponível em <http://www.instituto-camoes.pt/cvc/navegaport/f05.html>. Acesso em 10 de Junho de 2008.

⁸¹ Antonio de Nebrija autor da primeira gramática da língua espanhola. Prólogo a La Gramática de La lengua castellana. Disponível em <http://www.analitica.com/Bitblbio/nebrija/gramatica.asp>. Acesso em 12 de maio de 2008.

Estas ações provocam uma mudança: *a crítica cultural desdobra-se, desse modo, na crítica filológica*. Com isso, os humanistas *estabeleceram em primeiro lugar as bases das línguas nacionais da Europa moderna*,⁸² promovendo uma nova forma de ser e pensar. Esse novo modo de conhecimento surgiu primeiramente em confronto com a fonte de sabedoria, que era muito venerada e até então considerada fonte superior e insuspeita de verdade e conhecimento. Luís Filipe Barreto sintetiza isso da seguinte forma:

Da herança (clássica) é preciso cada vez mais escolher, actualizar, superar, criticar, porque muitas das suas verdades tornam-se, frente à sabedoria nascida dos Descobrimentos, meros discursos fabulosos e equívocos sem base de rigor, isto é, sem percepção e empiria visual... Antigos e Modernos. Conciliação e confrontação no encontro e desencontro dos novos mundos do Mundo que se desenhavam aos olhos do renascentista e que riscam ou esbatem os velhos mundos do Mundo Antigo que é herdado e superado, amado e odiado, na ambiguidade dos valores desse homem voltado à destruição e adoração do herdado num mesmo e contraditório clima epocal.⁸³

Vale notar que a aventura marítima iniciada nos finais do século XV, e levada a cabo ao longo do século XVI, provocou um confronto entre aqueles que se limitavam a emular, ou simplesmente a absorver os preceitos da cultura clássica, e os que, diante da quantidade enorme de relatos, acontecimentos e, sobretudo, de elementos palpáveis e concernentes a uma realidade nunca antes observada, somente mal imaginada pelos antigos, começaram a duvidar da superioridade deste saber. O antagonismo aconteceu entre as informações e elementos visíveis e observáveis trazidos pelas embarcações e o saber baseado nos textos transmitidos pela cultura clássica. Tal confrontação feriu o prestígio desfrutado pelos clássicos, e os levou a um processo de questionamento, ainda que parcial.

A revolução cultural possibilitada tanto pela valorização dos clássicos quanto pela nova ordem dos *Descobrimentos* provoca uma mudança de hábitos, gostos,

⁸² SEVCENKO, Nicolau. *O Renascimento*. São Paulo, Campinas: Atual Editora / Editora Unicamp, 1984, p. 14.

⁸³ BARRETO, Luis Filipe Barreto. *Descobrimentos e renascimento* – formas de ser e de pensar nos séculos XV e XVI. 2ª. edição. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1983, p. 227-228.

mentalidades e, sobretudo, das formas de ser e pensar. De fato, o que percebemos ao longo da argumentação do historiador é que as culturas do mar e renascentista operaram tamanha transformação mental, que a face do “mundo e dos mundos” mudou:

O mundo espiritual renascentista é um todo complexo e sincrético atravessado por mil e uma redes de continuidade e descontinuidade frente à herança tradicional, um universo cultural plural e complexo que explora até à exaustão um mundo a acabar e liberta, dum modo crítico e revolucionário, muitas das sementes dum mundo a vir (e) triunfar.⁸⁴

3.3. QUESTÃO DA LÍNGUA

Como vimos no capítulo que discutimos as origens latina e ibérica do português, a defesa dos idiomas vulgares faz parte de um processo de valorização, que se inicia com Dante Alighieri, na Itália.⁸⁵ Trata-se da obra *De vulgari eloquentia*,⁸⁶ que servirá de modelo à defesa de outras línguas vulgares da Europa no século XVI. Com esta obra, Dante exerce papel fundamental e pioneiro no estabelecimento e no uso literário da língua vulgar, ao analisar sistematicamente seus fundamentos e possibilidades. Este foi um modelo que serviu de base à defesa de outras línguas vulgares da Europa no século XVI. O próprio título já norteia o tom apologético que outros povos adotariam a favor de suas línguas, como se pode notar nas seguintes palavras: *...é esta lingua vulgar a que denominamos de ilustre, cardeal, palaciana e curial / ... / e como não há outra de maior adôrno do que a língua vulgar ilustre, parece que qualquer poeta deve usá-la.*⁸⁷

⁸⁴ BARRETO, Luís Filipe. *Caminhos do saber no renascimento português: estudos de História e Teoria da Cultura*. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1986, p. 31.

⁸⁵ SQUAROTTI, Giorgio Barbieri (org.). *Literatura italiana – linhas – problemas – autores*. São Paulo: Nova Stella, Instituto Cultural Ítalo-brasileiro e Edusp, 1989, p. 25.

⁸⁶ ALIGHIERI, Dante. *Obras completas*. Vol. X. São Paulo: Editora das Américas, 1958. (contém o texto original italiano e a tradução em prosa portuguesa).

⁸⁷ ALIGHIERI, Dante. *Obras completas*. Vol. X. São Paulo: Editora das Américas, 1958, p. 71-73.

Dante faz uma defesa do vulgar como língua apta para a expressão poética. Assim percebemos em *De vulgari eloquentia* que o objetivo de Dante é dignificar o vulgar e *fixar o padrão do que deveria constituir a língua literária italiana*.⁸⁸

Ao que parece, a grande conquista de Dante foi perceber a naturalidade e a necessidade de mudança que a língua possui. Estas características potencializam a capacidade expressiva do idioma vulgar. *Dante tomou consciência, assim, do devenir histórico das línguas, partindo do conceito de locutio vulgaris naturalis*.⁸⁹

Maria Leonor Carvalhão Buescu acrescenta que a obra de Dante é uma tentativa de classificação das línguas à medida que uma língua vulgar é comparada ao latim.⁹⁰ Nesse passo, abre-se o caminho para que outros intelectuais também reflitam sobre suas próprias línguas. O que efetivamente acaba acontecendo:

(...) os humanistas do Renascimento, tão devotadamente apaixonados pelas línguas e culturas clássicas, aqueles precisamente, que vão abrir o caminho para o estudo mais intenso em competição com o prestígio cultural do latim, do qual, finalmente, sairão vencedoras.⁹¹

Verificamos assim que a partir deste paradigma as línguas vulgares surgem como opção ao latim.⁹² E é na tradição humanista que se encontra a construção de um *esquema gramatical que vai ampliar as línguas modernas, como primeiro estágio da*

⁸⁸ SEVCENKO, Nicolau. *O Renascimento*. São Paulo, Campinas: Atual Editora / Editora Unicamp, 1984, p. 39.

⁸⁹ CRISTOVÃO, Angelo. Angelo Cristóvão, em *Questione della lingua: introdução e bibliografia*. Disponível em <http://www.lusografia.org/amizadegp/index.htm>. Acesso em 11 de maio de 2008.

⁹⁰ BUESCU, Maria Leonor Carvalhão. *Aspectos da herança clássica na cultura portuguesa*. Lisboa: Instituto de Cultura Portuguesa, 1979, p. 26. (Série Biblioteca Breve vol. 33). Nesta obra, Buescu defende a tese de que a cultura clássica acontece em decorrência da cultura erudita medieval. A autora acredita que o Renascimento não é uma ruptura com a Idade Média, antes é parte de um processo de transformação e assimilação da cultura clássica.

⁹¹ BUESCU, Maria Leonor Carvalhão. *Gramáticos portugueses do século XVI*. Lisboa: Biblioteca Breve, 1978, p. 17.

⁹² SEVCENKO, Nicolau. *O Renascimento*. São Paulo, Campinas: Atual Editora / Editora Unicamp, 1984, p. 39.

*notabilização destas.*⁹³ Com isso, irrompe um processo de dignificação das línguas vulgares. Conforme Sevcenko,

Antonio de Nebrija (1444-1532) um humanista espanhol, escrevia o primeiro dicionário latino-castelhano e uma gramática castelhana que forneceriam a base para a formação do idioma espanhol moderno (...) Na França, um grupo de poetas renascentistas, reunidos num cenáculo que se autodenominava 'a Pléiade', estabelece as regras do francês literário ao elaborar o tratado lingüístico denominado Defesa e Ilustração da Língua Francesa.⁹⁴

O esforço literário e cultural que envolvia o estabelecimento das línguas vulgares na cultura renascentista européia estava vinculado também a propósitos políticos:

A rigor, qualquer dos dialetos de um país poderia ser tomado como base para a constituição de seu idioma oficial. Contudo, só o foram aqueles dialetos que representavam as regiões hegemônicas de cada país, por sua riqueza ou importância política como sede da monarquia.⁹⁵

Desta forma, os discursos em defesa e ilustração da língua portuguesa estão vinculados ao amplo processo de estabelecimento das línguas vernáculas, bem como ao projeto imperial lusitano. Contudo, devemos enfatizar que a *questão da língua*, em Portugal, reveste-se de uma característica singular: além do embate travado com o latim (análoga a outras das línguas vulgares), o português enfrenta o castelhano, que desfruta de privilégios como língua de cultura em território lusíada, pois a língua castelhana alcançou primazia nos círculos intelectuais portugueses.

O convívio das duas línguas, o bilinguismo, refere-se ao uso corrente e privilegiado da língua castelhana por escritores, poetas e integrantes da corte portuguesa, ao lado de um português por vezes desprestigiado. Poetas como Luís de Camões e Francisco de Sá de Miranda, por exemplo, escreviam os seus textos tanto em

⁹³ BUESCU, Maria Leonor Carvalho. *Aspectos da herança clássica na cultura portuguesa*. Lisboa: Instituto de Cultura Portuguesa, 1979, p. 26.

⁹⁴ SEVCENKO, Nicolau. *O Renascimento*. São Paulo, Campinas: Atual Editora / Editora Unicamp, 1984, p. 39.

⁹⁵ *Ibidem*, p. 40.

português quanto em castelhano. O próprio povo conhecia e dominava a língua do reino vizinho ampliando a prática cotidiana do castelhano em Portugal.

Contudo, cabe destacar aqui o trabalho de Marcia Arruda Franco intitulado *Sá de Miranda e a defesa e Ilustração da Língua Portuguesa*,⁹⁶ no qual a autora demonstra que a recusa de Sá de Miranda de expressar-se em língua morta, preferindo o castelhano e o português, está na base do movimento de defesa e ilustração da língua vulgar em Portugal. O fato de escrever as suas comédias em português foi recebido como estímulo à escrita da História dos Descobrimentos em Portugal e dá *início ao trabalho de formação da moderna prosa portuguesa*. Com isso, Franco mostra que a atitude de Sá de Miranda de dar privilégio à expressão culta em vulgar é inovadora e paradigmática em Portugal. O exemplo de Sá de Miranda, poeta detentor da cultura e línguas clássicas, que decide usar a língua vulgar, também dá início, em Portugal, a um processo do qual farão parte filólogos, gramáticos e poetas. Dessa forma, são postos em causa discursos que defendem, ilustram, normatizam e elevam a língua portuguesa à condição de idioma europeu, tirando-a da condição de mero dialeto ibérico. A autora aponta ainda que neste processo tem lugar a grande empresa imperial portuguesa, no qual o tema humanista *Letras & Armas* avança com a difusão lusíada.

Além de participar das dificuldades comuns aos povos românicos no embate contra o latim, Portugal é desfavorecido pela situação linguística-cultural da Península Ibérica: *a palavra 'Espanha'... servia para designar o conjunto peninsular em que os portugueses se consideravam incluídos*,⁹⁷ o que aponta para uma primazia castelhana. Esta situação remonta até mesmo à Idade Média, como e se pode perceber inclusive em um interessante registro bíblico, no qual o apóstolo Paulo declara a intenção de ir à *Espanha* para evangelizar:

⁹⁶ FRANCO, Marcia Arruda. *Sá de Miranda e a defesa e ilustração da língua portuguesa*. Scripta, Belo Horizonte, vol. 2, n. 4, p. 189-204, 1º sem. 1999.

⁹⁷ SARAIVA, António José et LOPES, Oscar. *História da Literatura Portuguesa*. Porto: Porto Editora, 2005, p. 41.

(...) Espero fazer isso agora. Gostaria de vê-los quando fizer a minha viagem para a **Espanha**. Gostaria também que vocês me ajudassem a ir até lá, depois de eu ter o prazer de estar com vocês por algum tempo...⁹⁸

Efetivamente, as províncias visitadas pelo missionário fazem parte da Península Ibérica, e isto demonstra o domínio espanhol sedimentado desde o primeiro século desta era e a conseqüente dificuldade das línguas ibéricas emanciparem-se da cultura predominante.

3.4. A DIFUSÃO DO LIVRO

A cultura do século XVI foi marcada, como vimos, pela imitação da Antiguidade clássica, pelos novos paradigmas proporcionados pela cultura do mar, pelas perspectivas antropocêntrica e filológica – na qual está inserida a *questão da língua*, do Humanismo. Além dessas, temos em torno da Imprensa outro conjunto de fatores, que marca a cultura de Quinhentos e coopera nos discursos em defesa e ilustração da língua portuguesa. O desenvolvimento da imprensa teve como benefícios imediatos a difusão do livro e com este uma mudança na ordem do autor e do leitor, além da necessidade de padronização da língua e da ortografia, ainda que não alcançada, e do enobrecimento do vocabulário e da sintaxe. Estes fatos apontam para a dignificação e ilustração das línguas vernáculas e influenciam decisivamente o estabelecimento destas em línguas nacionais, em línguas de cultura, aptas às variadas formas de discursos.

Lucien Febvre e Henri-Jean Martin, em *O aparecimento do livro*,⁹⁹ o indicam, de modo que fica evidente o papel desempenhado pela imprensa nas transformações ocorridas no período em questão. A primeira contribuição que destacamos no papel da

⁹⁸ BÍBLIA NA LINGUAGEM DE HOJE. *Epístola aos Romanos*. Sociedade Bíblica do Brasil. Versão online. Disponível em <http://www.sbb.org.br/interna.asp?areaID=23>. Acesso em 12 de maio de 2008. (*Romanos* 15: 24-28).

⁹⁹ FEBVRE, Lucien et MARTIN, Henri-Jean. *O aparecimento do livro*. Tradução de Henrique Tavares e Castro. Lisboa: Edição da Fundação Calouste Gulbekian, 2000.

imprensa estava representada por novas possibilidades de reprodução mecânica, permitindo que os textos adquirissem uma penetração muito maior que o método manuscrito, até então instrumento exclusivo da sua propagação.

Estes autores nos alertam também para o fato de que o lucro foi o motor que moveu os impressores e os livreiros ao trabalho editorial. É por essa razão *que o aparecimento da tipografia tenha por efeito quase imediato difundir ainda mais os textos que já tinham conhecido grande êxito enquanto manuscritos*.¹⁰⁰ Eles afirmam também que se tais textos alcançavam êxito é porque se destinavam não somente a licenciados, mas também a clérigos e a leigos desejosos do conhecimento religioso, razão pela qual eram publicados em língua vulgar.¹⁰¹

Ao mesmo tempo, a imprensa, técnica exacta, vai obrigar os impressores e, em seguida, todos os leitores a reverem muitas das noções adquiridas: a busca da correcção tipográfica, o desejo de editar os textos do “bom manuscrito”, tudo isso estimula os estudos filológicos. Por outro lado, enquanto os homens da Idade Média não se preocupavam em pôr um nome numa obra, os impressores serão naturalmente levados a procurar ou a mandar procurar o verdadeiro autor das obras que imprimem – às vezes, também, a inventá-lo.¹⁰²

Com a impressão em larga escala (entendida no contexto do século XVI) populariza-se o livro, que se torna acessível a todos que sabem ler. Fato este que, além de propagar o saber quinhentista, em termos culturais, políticos ou religiosos, contribui efetivamente para a tentativa de padronizar e fixar as línguas e as literaturas modernas, desenvolvendo-as, aperfeiçoando-as.

Os textos clássicos, em latim e em vulgar, e os produzidos em vulgar e traduzidos para outra língua moderna, fazem com que os impressores e livreiros se preocupem com a exatidão do texto. Houve, como salientam os autores, *traduções do*

¹⁰⁰ FEBVRE, Lucien et MARTIN, Henri-Jean. *O aparecimento do livro*. Tradução de Henrique Tavares e Castro. Lisboa: Edição da Fundação Calouste Gulbekian, 2000, p. 322.

¹⁰¹ *Ibidem*, p. 325-327.

¹⁰² *Ibidem*, p. 338.

*latim para uma língua moderna, mas também traduções de uma língua moderna para outra.*¹⁰³

Assim, as línguas nacionais são enriquecidas, depuradas e evoluem em função do contato tanto com as línguas clássicas, como com as modernas. Tal se deu em função dos leitores interessados em textos oriundos da tradição clássica, bem como dos leitores de textos ligados à escolástica. A mecânica, fundamento da nova técnica, exige padronização.

Ao mesmo tempo, a imprensa provoca o aparecimento de toda uma literatura em língua vulgar, destinadas as massas e constituída por resumos, receitas, prognósticos, efemérides, ao passo que os tipógrafos hesitam, às vezes, em dar a prelo publicações latinas de caráter científico, destinadas a um público restrito.¹⁰⁴

Paralelamente ao surgimento da imprensa, a Reforma protestante também contribui com o estabelecimento das línguas vernáculas – paralelamente ou até mesmo possibilitada pela difusão do livro, ao se considerar que os reformistas conseguiram através do impresso difundir seus ideais. De qualquer forma, “...colocar os textos sagrados ao alcance de cada um, e na sua própria língua, fora um dos serviços que Lutero solicitara da imprensa, e foi quase ao mesmo tempo, um dos objetivos dos ‘biblienses’ franceses”.¹⁰⁵

Quanto a isso, Anthony Grafton assevera que uma das primeiras preocupações dos reformistas era colocar o texto bíblico em língua popular.¹⁰⁶ Lutero, por exemplo, a partir de 1517, transformou a cidade de Witemberg com o desenvolvimento da indústria tipográfica. O que ocorre também em Genebra, com João Calvino. Lentamente o latim foi abandonado em favor dos idiomas vulgares, o que provocava debate entre os eruditos sobre a dignidade das línguas e vernáculas.

¹⁰³ FEBVRE, Lucien et MARTIN, Henri-Jean. *O aparecimento do livro*. Tradução de Henrique Tavares e Castro. Lisboa: Fundação Calouste Gulbekian, 2000, p. 351.

¹⁰⁴ *Ibidem*, p. 355.

¹⁰⁵ *Ibidem*, p. 380.

¹⁰⁶ *Apud* CAVALLLO, Guglielm et CHASTIER, Roger. *História da leitura no mundo ocidental*. Vol. 2. Tradução do inglês por José Antônio de Macedo Soares. São Paulo: Editora Ática, 1999.

O debate também ocorria em termos teológicos. Lutero, por exemplo, defendia a propagação da fé através da língua popular, enquanto Calvino era atraído pela erudição humanista. E mais, os reformadores protestantes inovaram ao introduzir as línguas vernáculas na liturgia, no debate teológico e na tradução da Bíblia. Até mesmo pequenos tratados teológicos foram publicados em língua vulgar.¹⁰⁷

A tipografia, como vimos, *estimula a divulgação, o desenvolvimento e a fixação de línguas literárias nacionais*.¹⁰⁸ Desse modo, houve mútua contribuição: a tipografia auxiliou na propagação da fé reformada e na propagação das línguas vernáculas; a Reforma protestante contribuiu com o estabelecimento das línguas nacionais, por publicar seus textos em vulgar; as línguas nacionais contribuíram com o movimento reformista ao se prestar a este como veículo de fácil penetração nas comunidades populares.

Febvre e Martin apontam para a França, como centro propulsor das línguas vernáculas. O labor de seus tipógrafos, alguns conservadores e outros vanguardistas, permitiu tanto o enriquecimento ortográfico, quanto a aproximação da língua nacional com o falar local.¹⁰⁹

É porventura na França que a atitude dos tipógrafos perante os problemas ortográficos merece ser observada mais de perto, pois as reticências [destes] são mais claramente perceptíveis. Aí como noutros lugares, a língua vulgar tornar-se, no século XVI, definitivamente língua literária nacional; ao mesmo tempo, multiplicam-se os esforços para enriquecê-la e codificá-la.¹¹⁰

Dentre os que defenderam o idioma francês, um merece destaque:

De facto, o homem que, no século XVI, indiscutivelmente, desempenhou o principal papel na fixação da ortografia francesa foi um impressor humanista: Roberto Estienne. Fê-lo, embora indirectamente, ao publicar os seus dicionários.¹¹¹

¹⁰⁷ FEBVRE, Lucien et MARTIN, Henri-Jean. *O aparecimento do livro*. Tradução de Henrique Tavares e Castro. Lisboa: Fundação Calouste Gulbekian, 2000, p. 401.

¹⁰⁸ *Ibidem*, p. 410.

¹⁰⁹ *Ibidem*, p. 412.

¹¹⁰ *Ibidem*, p. 412.

¹¹¹ *Ibidem*, p. 414.

E de forma similar às ações dos tipógrafos, cada povo esforçou-se para editar a sua gramática, com o nítido propósito de defender e ilustrar o vernáculo diante do latim. Este, por sua vez, perdeu terreno como língua de cultura e, aos poucos, foi substituído como expressão cultural. Permanece, porém, no campo das ciências por longo tempo, graças à sua universalidade, precisão, clareza e rigidez expressiva.¹¹²

Contemplamos, assim, o **século XV em Portugal**. De forma resumida, vimos que neste grande século, Portugal expande-se, alarga as fronteiras de seu Império, desenvolve-se cultural e economicamente. Esta situação perdura ao longo do século XVI, até que em 1580 ocorre a união das coroas de Espanha e de Portugal.¹¹³

A situação linguística em Portugal, no século XVI, era configurada por uma valorização da cultura clássica, pelas novas perspectivas trazidas pelo mar, pelos benefícios proporcionados pela imprensa, pelo confronto entre a língua portuguesa e o latim, acrescida do acometimento da língua castelhana em território luso.

Enfim, havia um *polilinguismo* em Portugal, tendo como pano de fundo a valorização da cultura clássica. As línguas portuguesa, latina e castelhana se encontravam em diferentes esferas. Ainda assim, a castelhana conquista privilégios sobre a portuguesa, pois enquanto esta é falada pelo povo, sem sistematização gramatical bem definida, a língua do reino vizinho ocupa a corte portuguesa e compartilha, em território lusitano, a pena de seus escritores. Conscientes e insatisfeitos com esta situação, os humanistas utilizam as gramáticas como instrumentos de defesa do idioma materno. Percebe-se, com isso, o aparecimento de discursos em defesa e ilustração da língua portuguesa.

¹¹² FEBVRE, Lucien et MARTIN, Henri-Jean. *O aparecimento do livro*. Tradução de Henrique Tavares e Castro. Lisboa: Fundação Calouste Gulbekian, 2000, p. 413-418.

¹¹³ *Ibidem*, p. 413-418.

4. OS DISCURSOS EM DEFESA E ILUSTRAÇÃO DA LÍNGUA PORTUGUESA

Afirmamos nos pressupostos teóricos que os discursos em defesa e ilustração da língua portuguesa não estavam livres de um viés ideológico. Esses discursos gravitavam em torno da corte e do Estado monárquico lusitano. Trata-se de um movimento que visava fundamentalmente promover a língua portuguesa e com isso defender, fortalecer e difundir a cultura lusitana e o próprio Império português.

Pretendemos através da exposição destes discursos evidenciar as relações entre língua e império e entre a gramática portuguesa e a greco-latina. Pretendemos destacar o processo de ilustração da língua vulgar nos gramáticos portugueses e na poética e na poesia de António Ferreira. Para isso, apresentaremos o discurso filológico em defesa e ilustração da língua portuguesa sob três vertentes: o gramatical, que se encontra nas gramáticas quinhentistas; os diálogos em louvor da língua portuguesa, que acompanham as gramáticas de João de Barros de Pero de Magalhães Gândavo; e o editorial, que se encontra em prólogos de edições quinhentistas, como veremos. Para expor o discurso gramatical, percorreremos basicamente as obras de Fernão de Oliveira, João de Barros, Pêro de Magalhães Gândavo e Duarte Nunes de Leão. O discurso poético está baseado na obra de António Ferreira.

4.1. O DISCURSO FILOLÓGICO

O florescimento lingüístico-filológico marcou o período renascentista. A glorificação do idioma português constitui, pois, uma tomada de posição no processo europeu de dignificação das línguas vulgares. Trata-se de uma época em que homens letrados procuram, em muitos aspectos, afastar-se da teologia escolástica e aprofundar-se nas possibilidades que o Humanismo e os Descobrimentos possibilitaram. O Humanismo anima a primeira metade deste século, em que são editados dicionários e

gramáticas do latim clássico, e também as primeiras gramáticas da língua portuguesa, algumas acompanhadas de diálogos em defesa da língua portuguesa.¹¹⁴

Com as primeiras gramáticas portuguesas percebe-se o início sistemático, em Portugal, da formação de um discurso de valorização da língua portuguesa. Esse discurso visa defender e enobrecer o idioma materno. O discurso filológico engendrado pelos gramáticos e ortografistas de Quinhentos está vinculado a um interesse de Estado, ou seja, da Coroa portuguesa, e insere-se na busca de uma identidade nacional pelo Estado monárquico português.¹¹⁵ Quanto a isso, Franco afirma que *o compromisso entre o cultivo letrado da língua e a afirmação da nova identidade imperial portuguesa é claro;*¹¹⁶ e que *a relação das Armas e das Letras portuguesas era um projeto de expansão imperial do idioma português, que passaria a ser falado nas colônias.*¹¹⁷

4.1.1. AS GRAMÁTICAS QUINHENTISTAS

Os fenômenos linguísticos ocorridos em Portugal no século XVI não são algo isolado no tempo e no espaço. Estão conectados a acontecimentos da Itália, Espanha e França. Todos marcados pela herança cultural greco-romana e relacionados ao *Humanismo* e à *Renascença*. É neste ambiente que surge a gramática da língua portuguesa. Os portugueses de *Quinhentos*, assim como outros humanistas europeus, esforçavam-se para explicar racionalmente os fenômenos linguísticos.

Gramática da Linguagem Portuguesa, de Fernão de Oliveira, em 1536 e *Gramática da Língua Portuguesa*, de João de Barros, em 1540 são as duas primeiras. Ambos submetem conceitualmente suas proposições às normas clássicas, especialmente

¹¹⁴ SARAIVA, António José et LOPES, Oscar. *História da Literatura Portuguesa*. Porto: Porto Editora, 2005, p. 184.

¹¹⁵ FRANCO, Marcia Arruda. Sá de Miranda e a defesa e ilustração da língua portuguesa. *Scripta*, Belo Horizonte, vol. 2, n. 4, 1º sem. 1999, p. 192-196.

¹¹⁶ *Ibidem*, p. 193.

¹¹⁷ *Ibidem*, p. 193.

às oriundas de Aristóteles e Platão. Tal busca, por vezes, reduzia a questão da linguagem a equações típicas do pensamento racional.

Como exemplificação do processo de assimilação dos conceitos gregos, como o pensamento racional, na construção gramatical da língua portuguesa, é interessante verificar alguns aspectos contidos na primeira obra gramatical da língua portuguesa: *Gramática da Linguagem Portuguesa*, de Fernão de Oliveira.

A Linguagem é figura do entendimento, e assim é verdade que a boca diz quanto lhe manda o coração, e não outra coisa: antes não devia a Natureza criar outro mais disforme monstro do que são aqueles que falam o que não têm na vontade, porque, se as obras são provas do homem, como diz a suma verdade, Jesus Cristo, nosso Deus, e as palavras são imagem das obras, segundo Diógenes Laércio escreve que dizia Sólon, sabedor da Grécia: cada um fala como quem é: os bons falam virtudes, e os maliciosos, maldades; os religiosos pregam desprezos do mundo e os cavaleiros blasonam suas façanhas. **E esses sabem falar, os que entendem as coisas, porque das coisas nascem as palavras, e não das palavras as coisas**, diz Mison, filósofo, e outra vez Cícero a Bruto e Quintiliano no oitavo livro, onde também disse que **falar** e pronunciar o que entendemos este só é um meio que Deus quis dar às almas **racionais** para se poderem comunicar entre si e com o qual, sendo espirituais, são sentidas pelos corpos.¹¹⁸ (grifo nosso)

Fernão de Oliveira inicia a sua gramática relacionando a linguagem ao pensamento quando define a linguagem como figura do entendimento. Essa pressuposição é tema do *Crátilo*, de Platão, em que se discute a relação entre o ser e o não-ser, afirmando que *segundo a natureza, para cada ser existe uma designação exata*. Trata-se da identificação entre as coisas e seus nomes: *porque das coisas nascem as palavras, e não das palavras as coisas*. O gramático expressa que a linguagem é eficaz para a comunicação do pensamento, e, mesmo sendo dom de Deus aos homens, não é perfeita. Parece-nos que esta é a origem da necessidade de sua normatização, do trabalho gramatical e do aprimoramento lógico.

¹¹⁸ OLIVEIRA, Fernão *Grammatica da lingoagem portuguesa* / Lixboa: Germão Galharde, 1536. Capítulo primeiro. Disponível em <http://purl.pt/120>. Acesso em 12 de maio de 2008.

Maria do Socorro Fernandes de Carvalho, em seu estudo *Poesia de agudeza em Portugal*, ressalta que é possível, ao se observar os argumentos de Fernão de Oliveira, perceber os traços característicos da lógica, bem como os fundamentos clássicos a respeito da linguagem. Segundo a pesquisadora, a ligação entre a argumentação inerente ao discurso e sua representação através da palavra, presentes nesta gramática, indicam, dentre outros, o aspecto silogístico da linguagem.¹¹⁹

Há ainda algo significativo a respeito dos elementos oriundos do pensamento greco-romano nesta gramática: *falar e pronunciar o que entendemos este só é um meio que Deus quis dar às almas racionais para poderem comunicar entre si*. Portanto, a palavra tem como função a comunicação de pensamentos, o que, por sua vez, tem como pressuposto a racionalidade. Novamente deparamo-nos com o pensamento silogístico, pois, como o homem é um ser racional, a linguagem deve, necessariamente, ser lógica e racional. Contudo, o próprio autor reconhece o caráter imperfeito que envolve a linguagem. Assim a linguagem, embora imperfeita, é procedente da lógica que há no relacionamento entre as coisas.

Fernandes de Carvalho ainda afirma que Fernão de Oliveira,

...como gramático que era, baseia o seu discurso na depuração analítico-filológica, descodificando os étimos das palavras para daí auferir conclusões de caráter histórico. Isto para o serviço programático e pragmático do seu discurso. Ou seja, as propostas de hermenêutica filológica de toponímia, de antroponímia, etc., vão ser usadas freqüentemente como argumentos para refutar conclusões históricas consideradas falsas e, por sua vez, para afirmar novas conclusões reputadas de mais rigorosas.¹²⁰

¹¹⁹ CARVALHO, Maria do Socorro Fernandes de. *Poesia de agudeza em Portugal*. Tese de Doutorado – Teoria e História da Literatura, UNICAMP, Campinas, 2004, p. 55. Esta obra reúne os preceitos que norteiam a poesia produzida em Portugal no século XVII; discute as técnicas e procedimentos que tratam da arte poética e da retórica colocadas em prática pelos poetas ibéricos.

¹²⁰ CARVALHO, Maria do Socorro Fernandes de. *Poesia de agudeza em Portugal*. Tese de Doutorado – Teoria e História da Literatura, UNICAMP, Campinas, 2004, p. 55.

Podemos perceber que este primeiro gramático utilizou determinadas possibilidades de construção lógico-gramatical para demonstração da elegância do discurso. De início, percebemos a construção de um discurso gramatical que aponta para as virtudes da língua portuguesa. Com esse discurso, Fernão de Oliveira destaca a elegância, a precisão e a clareza da língua portuguesa.

Ao tratarmos da gramática de Fernão de Oliveira é importante destacar em primeiro lugar o título que escolheu para o seu livro: *Grammatica da lingoagem portuguesa*. Do termo linguagem, no sentido de língua falada em casa, no cotidiano, penso que podemos inferir que Oliveira volta as suas observações aos aspectos da realidade linguística (embora o faça sem abandonar os preceitos da gramática latina). Por conseguinte, Oliveira realmente faz uma observação da linguagem, como, aliás, nos aponta o preâmbulo da dedicatória da gramática: *a primeira anotação que Fernão de Oliveira fez da língua portuguesa*. O excerto a seguir demonstra como o gramático é um astuto observador – já por ocasião do nascimento da filologia portuguesa, dos aspectos da realidade da língua:

E, porém, de todas elas, ou são gerais a todos, como Deus, pão, vinho, céu e terra ou são particulares e esta particularidade ou se faz entre ofícios e tratos, como os cavaleiros que têm uns vocábulos e os lavradores outros, e os cortesãos outros e os mercadores outros. Ou também se faz em terras esta particularidade, porque os da Beira têm umas falas e os do Alentejo outras e os homens da Estremadura são diferentes dos de Entre Douro e Minho, porque, assim como os tempos, assim também as terras criam diversas condições e conceitos. E o velho, como tem o entender mais firme, com o que mais sabe, também suas falas são de peso, e as do mancebo, mais leves.¹²¹

Através desta primeira *anotação*, ficam evidentes as *particularidades* do português, bem como a construção de um discurso organizado para defender e ilustrar a

¹²¹ OLIVEIRA, Fernão. *Grammatica da lingoagem portuguesa* / Lixboa: Germão Galharde, 1536, Capítulo XXXVIII. Disponível em <http://purl.pt/120>. Acesso em 12 de maio de 2008.

língua portuguesa com a demonstração de sua riqueza vocabular e capacidade de servir a conceitos variados.

Gramática da Língua Portuguesa (1540) elaborada por João de Barros *usando dos termos da gramática latina, cujos filhos nós somos, por nam degenerar della*. Vemos, pois, novamente a gramática latina – citada explicitamente, como modelo gramatical, o que efetiva e evidencia o patrimônio cultural greco-romano como fonte conceitual das gramáticas quinhentistas.

Para João de Barros,

...como para quase todos os seus contemporâneos, o latim aparece, principalmente, como ponto de referência, modelo de codificação gramatical, fonte de empréstimos vocabulares.¹²²

Além da riqueza vocabular e da conformidade e filiação latina, Barros procura demonstrar a *gravidade*, a *majestade*, a *sonoridade agradável* e a capacidade de abstração da língua portuguesa.

...pela riqueza de sua reflexão sobre o fenômeno da linguagem, meio privilegiado de comunicação humana, João de Barros parece ser o maior dos gramáticos e 'proto-linguístas' do Renascimento português, participante ativo nas grandes criações do Humanismo europeu.¹²³

Percebe-se o firme propósito de elaborar uma gramática seguindo aquilo que os letrados quinhentistas conheciam por gramática: a greco-latina. É assim que o primeiro capítulo trata da definição de gramática e das partes dela: *Gramática é vocábulo grego: quer dizer, ciência de letras. E segundo a definição que lhe os Gramáticos deram: um modo certo e justo de falar, e escrever, conceito do uso, e autoridade dos barões doutos*. Ainda na introdução, ao discorrer sobre as partes da linguagem, João de Barros

¹²² BUESCU, Maria Leonor Carvalhão. *Gramáticos portugueses do século XVI*. Lisboa: Biblioteca Breve, 1978, p. 60.

¹²³ *Ibidem*, p. 72.

a compara com o jogo de xadrez: dois reis, o Nome e o Verbo; e duas damas, que acompanham os reis: o Pronome e ‘Avérbio’:

E como pera o jogo de enxedrez se requérem dous reies, um de úa cor e outro de outra, e que cada um deles tenha suas peças póstas em cásas próprias e ordenádas, com leies do que cada úa deve fazer (segundo o ofíçio que lhe foi dádo): a um chamam Nome e ao outro Verbo. Cada um destes reies tem sua dama: a do nome chamam Pronome, e à do Verbo, Averbio.¹²⁴

João de Barros prossegue definindo sua gramática ao afirmar que

...a nossa linguagem é composta de nove partes: artigo, que é próprio dos gregos e Hebreus, Nome, Pronome, Verbo, Advérbio, Particípio, Conjunção, Preposição, Interjeição, que tem os latinos. Os quase partem a sua Gramática em quatro partes, e Ortografia, que trata de letra, em Prosódia, que trata de sílaba, em etimologia, que trata da dicção e em Sintaxe, a que responde à construção, à imitação dos quais, (por termos as suas partes,) dividimos a nossa Gramática. E porque a mais pequena destas partes a letra, donde todas as dicções compõem...¹²⁵

João de Barros, seguindo os preceitos gramaticais greco-latinos, participa da estruturação e codificação da língua portuguesa, demonstrando sua filiação latina.

Maria Leonor Carvalhão Buescu afirma que os gramáticos do *Renascimento* procediam a partir de uma postura capaz de conferir às línguas vulgares a dignidade e o prestígio conferido às línguas clássicas. Desta maneira, os gramáticos alinhavam-se àquilo que move a atividade intelectual renascentista e agiam conscientes da relação língua e império Buescu complementa que, em João de Barros, o sentimento patriótico manifesta-se principalmente sob *a defesa e ilustração da língua e expansionismo lingüístico, isto é, a consideração da língua como elemento de unidade, expansão e fixação de soberania*.¹²⁶

O grande leitmotiv de a actividade mental renascentista se concentra na dignificação das nações modernas em paralelo com os povos da Antigüidade, sobretudo o povo latino. A “consciência lingüística” vai, pois, a par com a “consciência nacional”, até mesmo com a

¹²⁴ BARROS, João de. *Gramática da língua portuguesa e Diálogo em louvor de nossa linguagem*. Olyssipone: Lodouicum Rotorigium, Typographum, 1540, p. 2.

¹²⁵ *Ibidem*, p. 2-3.

¹²⁶ BUESCU, Maria Leonor Carvalhão. *Gramáticos portugueses do século XVI*. Lisboa: Biblioteca Breve, 1978, p. 72.

“consciência imperial”, e a língua aparece-nos pela primeira vez considerada como “espírito e a alma de cada Nação.”¹²⁷

Desafiados pela *questão da língua*, os intelectuais do *Renascimento* dedicam-se a cotejar os falares vulgares com os preceitos herdados da gramática tradicional. E com a paralela codificação dos vernáculos entre os povos românicos, o conceito de gramática – que durante quase toda Idade Média fora sinônimo de gramática latina, perde essa relação imediata. Contudo, isso acontece sem o abandono dos princípios greco-latinos, pois estes continuam a influir conceitualmente, sem contar ainda todo o arcabouço vocabular, cultural e filosófico.

A *questão da língua* em Portugal abrangia, cada vez mais, o questionamento do prestígio conferido à castelhana em detrimento do idioma português. A consciência desse fato pode ser observada nas *Regras que ensinam a maneira de escrever a orthographia da língua portuguesa*, que Pero de Magalhães de Gândavo publica em 1574. Obra que é seguida de um diálogo em defesa da língua portuguesa.

O autor compõe esta obra na tentativa prestigiar e ilustrar a língua portuguesa. Seu objetivo já vem delineado no próprio título: ensinar a maneira correta de escrever e pronunciar a língua portuguesa. Gândavo lamenta que, em se tratando de ortografia, de acentos e da ordem do discurso, “a maioria dos portugueses são muito estragados”.¹²⁸ Trata-se, portanto, de uma obra didática destinada aos que não dominam a língua latina.

Com um discurso que pode ser classificado como filológico, Gândavo posiciona-se em defesa da língua portuguesa. Sua atuação tem um cunho patriótico e nacionalista, e não é centrada no confronto com o latim, mas sim com o castelhano. Pode-se perceber

¹²⁷ BUESCU, Maria Leonor Carvalhão. *Textos pedagógicos e gramáticas de João de Barros*. Lisboa: Verbo, 1969, p. 18.

¹²⁸ GANDAVO, Pero Magalhães de. Diálogo em defesa da língua portuguesa. In *Regras que ensinam a maneira de escrever a orthographia da língua portuguesa*. Lisboa: Oficina de Antonio Gonsalvez, 1574. Prólogo ao leitor.

a clara consciência do perigo oferecido pela língua de um povo vizinho, e não mais por uma clássica como o latim.

Buescu, em seu estudo sobre os gramáticos do século XVI, aponta ainda a importante mudança conceitual em relação ao que ocorreu entre as primeiras e as últimas gramáticas deste século. Na passagem do século XVI para o XVII, o interesse pela linguagem volta-se para o estudo de suas origens. Exemplo disso é a gramática editada em 1606 por Duarte Nunes de Leão: *Origem da Língua Portuguesa*. Trata-se de uma obra

(...) autónoma (...) em que é notória a dupla e distinta feição teórico-prática (...) sobre as características da comunicação por meio da linguagem e da sua representação por escrito, ocupa-se seguidamente das «Regras», sempre fundamentadas em razões de lógica ou de erudição (etimologia).¹²⁹

Origem da língua portuguesa é dedicada a Felipe II de Portugal e o contexto envolve o período da União Ibérica. Diante disso, Nunes de Leão, astuto, reconhece o uso geral do castelhano, porém, não aceita que o motivo esteja relacionado à superioridade deste sobre o português:

Os Castelhanos e os afeiçoados à sua língua se jactam que, por elegância e excelência dela, é comum a muitas nações que a entendem e falam como a mesma Espanha, em Itália e nos estados de Flandres, e ainda entre Mouros, que a têm por sua aljama, e que a portuguesa tem uns limites tão estreitos, que não passa da raia de Portugal, tomando daí argumento da melhoria de uma e menoscabo da outra... E, por, tratando da origem de uma e de outra, me pareceu que esperariam de mim que interpusesse nisso meu juízo, o quis fazer, não como juiz suspeito, pressupondo que entender-se uma língua mais que outra não é eficaz argumento de melhoria ou peoria. [...] A causa de a língua castelhana se estender por algumas províncias e haver nelas muitos que a saibam entender e falar, não é por a bondade da língua **(que nós não lhe negamos)**, mas por a necessidade que dela têm aquelas gentes que dela usam.¹³⁰

¹²⁹ BUESCU, Maria Leonor Carvalhão. *Gramáticos portugueses do século XVI*. Lisboa: Biblioteca Breve, 1978, p. 25.

¹³⁰ LEÃO, Duarte Nunes de (1606). *Origem da língua portuguesa*. 4ª. edição preparada por José Pedro Machado Crasbeeck. Lisboa: Pedro de Azevedo, 1945, capítulo XXIII. Disponível em <http://purl.pt/50>. Acesso em 12 de maio de 2008.

Tal obra da filologia portuguesa quinhentista traz uma série de argumentos a favor do português, como a riqueza vocabular, a estrutura gramatical e a origem e semelhança com a latina. Traz, outrossim, uma descrição das bondades da língua lusitana e não deixa de criticar os portugueses que usam outra língua. Nunes Leão, com sua obra, demonstra consonância com a política de valorização da língua portuguesa.

O latim cooperou com o processo de ilustração que permitiu elevar o português à condição de idioma imperial *apto a exprimir os vários discursos: o poético, o religioso, o histórico e o científico*, conforme os gramáticos e poetas portugueses demonstram; e, por não mais satisfazer às necessidades culturais de quinhentos, é paulatinamente abandonado como língua de cultura, pois ainda será usado no universo educacional por muitos séculos,¹³¹ e permanece como fonte e paradigma das línguas vernáculas.

4.1.2. OS DIÁLOGOS EM LOUVOR DA LÍNGUA

Nesta parte do trabalho, procuramos evidenciar o teor apologético que há nos diálogos que acompanham as gramáticas de João de Barros e de Pêro de Magalhães Gândavo. Por este viés, pretendemos ressaltar que estes diálogos possuem uma faceta que constitui um discurso em defesa e louvor da língua portuguesa e que, com tal articulação, tornam-se discursos filológicos.

Maria Leonor Carvalhão Buescu ao editar os textos pedagógicos de João de Barros, afirma que este, ao compor sua Gramática, foi deliberadamente conciso e não desenvolveu idéias especulativas.¹³² Desse modo, *Diálogo em louvor da nossa linguagem*, de João de Barros, tornou-se o complemento que atende à necessidade do autor de refletir sobre a língua. Mais que isso, é a oportunidade de defender e participar

¹³¹ FRANCO, Marcia Arruda. Sá de Miranda e a defesa e ilustração da língua portuguesa. *Scripta*, Belo Horizonte, vol. 2, n. 4, 1º sem. 1999.

¹³² BARROS, João de. *Textos pedagógicos e gramaticais*. Introdução, seleção, notas e leitura de Maria Leonor Carvalhão Buescu. Lisboa: Editorial Verbo, 1969.

de uma causa que ultrapassa a questão linguística. Neste *diálogo*, percebemos seu propósito imediato e primordial: *fundamentalmente louvar a ‘nossa linguagem que temos pósta em arte, com que leve mais ornáto que as regras grammaticáes’*.¹³³

Com esta obra, Barros posiciona-se abertamente na *questão da língua*, ou mais especificamente na *questão da língua em Portugal*:

Barros coloca-se também decididamente entre os apologistas e defensores da língua, apontando sistematicamente todas as perfeições e belezas que se lhe apresentam e que podemos considerar o ponto de partida de todos os que, desde então, se ocuparam do elogio da língua.¹³⁴

Barros encetou a defesa da língua portuguesa, em termos de louvor, pelo fato de haver em Portugal pessoas que difamavam o próprio idioma e creditavam ao castelhano maior capacidade expressiva e riqueza vocabular.¹³⁵

Diálogo em louvor da nossa linguagem constitui-se num discurso em contestação aos que tacham a língua portuguesa de pobre, não copiosa, dura, não ornada, injuriando-a de bárbara e grosseira. Em razão disso, o *Diálogo* procura demonstrar a riqueza do vocabulário, a gravidade, a majestade, a sonoridade agradável e a facilidade de pronúncia da língua portuguesa, a sua conformidade com o latim, além de seu caráter abstrato e da sua capacidade de aquisição de vocábulos por meio de adaptações.

Diálogo em louvor da nossa linguagem é uma composição em que João de Barros declara-se não apenas em defesa do idioma pátrio, mas também se associa aos ideais nacionalistas e expansionistas do Império Português. Cada vez de forma mais

¹³³ HUE, Sheila Moura. *Diálogos em defesa e louvor da Língua Portuguesa* – edição, introdução e notas. Rio de Janeiro: 7letras, 2007, p. 42. Para as citações dos *Diálogos*, tanto de João de Barros, quanto de Pêro de Magalhães de Gândavo, todas as referências pertencem à edição de Sheila Moura Hue (7Letras, 2007).

¹³⁴ HUE, Sheila Moura. *Diálogos em defesa e louvor da Língua Portuguesa* – edição, introdução e notas. Rio de Janeiro: 7letras, 2007, p. 26.

¹³⁵ *Ibidem*, p. 4.

intensa o movimento em defesa e ilustração da língua portuguesa é proclamado através de discursos, e a par do Império português.

O *Diálogo* composto por João de Barros é formado por *Pai e Filho*. A obra se dá num contexto pedagógico. Ao longo do *Diálogo* presenciamos reflexões pedagógicas mescladas de elogios à língua portuguesa, tais como descritos acima. O discurso em louvor à língua portuguesa é construído de modo a poder indagar: *que se pode desejar na língua portuguesa que ela [não] tenha?*¹³⁶

Barros afirma que as traduções do latim às línguas vernáculas, tornadas cada vez mais acessíveis pelo surgimento da Imprensa, ilustram as linguagens.¹³⁷ Fato comum à maioria dos românicos, nomeadamente os espanhóis, os italianos e os franceses. Contudo, lamenta que os portugueses não se empenhem neste exercício. O gramático argumenta que as línguas que receberam mais traduções do latim tornaram-se mais elegantes do que eram há cinquenta anos e que se os portugueses se dedicassem às traduções do latim, como se dedicam à conquista da Ásia e da África, a língua portuguesa tornar-se-ia também mais elegante. Ele dá como exemplo a aquisição de vocábulos adquiridos na África e na Ásia.

Mas agora, em nossos tempos, com ajuda da impressão, deu-se tanto a gente castelhana e italiana e francesa às trasladações latinas, usurpando vocábulos, que os fez mais elegantes do que foram ora já cinquenta anos. Este exercício se o nós usáramos, já tivéramos conquistada a língua latina como temos África e Ásia, à conquista das quais nos mais demos que às trasladações latinas. E o sinal desta verdade é que não somente temos vitória destas partes, mas ainda tomamos muitos vocábulos /.../ que já são tão naturais na boca dos homens que naquela partes andaram como o seu próprio português.

¹³⁸

¹³⁶ HUE, Sheila Moura. *Diálogos em defesa e louvor da Língua Portuguesa* – edição, introdução e notas. Rio de Janeiro: 7letras, 2007, p. 47.

¹³⁷ *Linguagem* usada no sentido comum para os quinhentistas: *Linguagem* é a forma comum e natural de as pessoas se expressarem. Trata-se do uso natural da língua materna. A pessoa fala de determinada maneira porque assim aprendeu a falar.

¹³⁸ HUE, Sheila Moura. *Diálogos em defesa e louvor da Língua Portuguesa* – edição, introdução e notas. Rio de Janeiro: 7letras, 2007, p. 50-51.

Barros posiciona-se entre os eruditos defensores da língua portuguesa diante do castelhano, tem sua forma de *ser* e de *pensar* voltada aos clássicos, considerando, contudo, o presente e o futuro, representados pela cultura do mar. Não abandona, portanto, a segurança da cultura clássica representada pela valorização do latim, e nem se fecha às aventuras de seu tempo. Além de sua herança clássica, é possível também perceber a permanência da escolástica em seu pensamento, representada por uma interpretação literal da Bíblia, no entendimento de que Deus é a fonte da linguagem, fonte do saber e aquele que ensina aos homens, se não a todos, aos cristãos.

Quanto às interpretações literais da Bíblia são exemplos: a nomeação que Adão fez das coisas, como se os elementos da natureza passassem por ele para receber o nome e o mito de Babel. Quanto ao entendimento de Deus ser a fonte da sabedoria, destacamos no trecho a seguir:

E por autoridade destes fica claro que a língua hebréia foi a que Adão teve. **Mas o que o espírito nos ensina...**¹³⁹.

Eu até aqui recitei o que os escritores antigos **sentiram**, agora te direi o que nos mostra o **espírito**, porque não havemos de negar ao entendimento a especulação da verdade, pois nisto consiste toda a deleitação dele, principalmente nas coisas que mais estão em opinião que em fé. E disto tomarás o que mais quadrar em teu entendimento, **levando por guias as autoridades da Sagrada Escritura.**¹⁴⁰

Tu deixadas todas as opiniões da gentilidade, chega-te à verdade da nossa fé...¹⁴¹ (grifo nosso)

Barros, ao contrapor a autoridade da tradição cultural ao **que o espírito nos ensina**, atribui ao espírito fonte de autoridade: *agora te direi o que nos mostra o espírito*. O gramático crê numa revelação especial vinda do espírito através da Sagrada Escritura.

As *Regras que ensinam a maneira de escrever a orthographia da língua portuguesa* (1574), de Gândavo, vem acompanhado de um *Dialogo em defesa da Língua Portuguesa*. Neste *diálogo*, Gândavo coloca em disputa dois personagens: um

¹³⁹ HUE, Sheila Moura. *Diálogos em defesa e louvor da Língua Portuguesa* – edição, introdução e notas. Rio de Janeiro: 7letras, 2007, p. 45.

¹⁴⁰ *Ibidem*, p. 44.

¹⁴¹ *Ibidem*, p. 43.

português, chamado Petrônio, e um castelhano, por nome Falêncio. Cada um fará a sua exposição no próprio idioma, por se tratar de um diálogo de defesa da língua materna, justifica-se Gândavo. Mas o que se nota é um discurso que tem como objetivo deslocar o castelhano e contribuir para que a língua portuguesa seja usada como língua de cultura, e com isso seja dignificada.

O *Diálogo* inicia-se com Petrônio assumindo o objetivo de demonstrar que a língua portuguesa é *tão grave e tão excelente assim na prosa como no verso que só a latina lhe pode nesta parte fazer vantagem*. Além disso, busca demonstrar também que a sua língua excede à castelhana. Falêncio, por sua vez, contrapõe-se à opinião de Petrônio, uma vez que esta é contrária a todos, e que a língua portuguesa é conhecida por ser a *mais tosca y grossera del mundo*, acrescentando ainda que esta opinião não é só de todas as nações do mundo, *mas aun de los mismos Portugueses*.

(...) foi esta nossa Portuguesa de que todos praguejais, sendo ela em si tão grave e tão excelente assim na prosa como no verso que só a latina lhe pode nesta parte fazer **vantagem**. Quisera logo então (como sabeis) provar-vos esta verdade, e mostra-vos por razões claras quanto esta nossa excede à vossa.¹⁴²

Testemunho claro de seu tempo, Gândavo promove a consciência de que a língua castelhana é o grande perigo para a cultura lusitana. Glorifica a língua portuguesa, ressaltando que *só a latina lhe pode nesta parte fazer vantagem*. Sua exposição pode ser resumida da seguinte maneira.

A língua portuguesa foi inventada como todas as outras e a maneira de falar do português antigo justifica-se por ser esta língua fruto das transformações do latim. No entanto, devido ao desenvolvimento das próprias pessoas e de suas necessidades, novos vocábulos foram acrescentados, indicação essa de que o vocabulário português não necessita do castelhano, visto satisfazer as necessidades de expressão de seus falantes.

¹⁴² HUE, Sheila Moura. *Diálogos em defesa e louvor da Língua Portuguesa* – edição, introdução e notas. Rio de Janeiro: 7letras, 2007, p. 67.

Quanto às dificuldades que o português apresenta, estas são prova da excelência da língua.

Além disso, Gândavo critica os portugueses de serem mais *afeiçoados às coisas dos outros reinos, que às da sua mesma natureza*. Alerta para os perigos que envolvem a não valorização da língua materna. E, diante da comparação de idiomas vulgares com o latim, o português sai vitorioso, pois é o que mais se assemelha ao latim: *nestes versos viram a perfeição desta língua, que não poderam deixar de a confessar por melhor, e mais chegada ao latim de todas*. Mais especificamente, refere-se à recorrente ilustração de concurso em que vários representantes de diversas nações deveriam compor versos em latim, usando palavras semelhantes em seus idiomas. Na comparação, o idioma português foi o que mais se aproximou do latim.

Sobre o engajamento de Gândavo na defesa e ilustração da língua portuguesa, Buescu observa que:

No Diálogo, em que exercita, como o grande mestre, o estilo coloquial, Gândavo pretende mostrar **a ilustração da língua portuguesa**, a sua apropriação para os géneros heróico e cómico, bem como a sua adaptação aos ritmos do lirismo.¹⁴³ (grifo nosso)

Assim, tanto Barros quanto Gândavo comparam a língua portuguesa com a latina. Entretanto, Gândavo projeta seu poderio contra a castelhana, pois é esta que ele entende que oferece perigo à portuguesa, como encontramos nas palavras de Buescu:

Mas, enquanto Barros tentava demonstrar as excelências da língua portuguesa a partir da sua «conformidade com o latim» e em confronto com as outras línguas, Gândavo restringe-se à polémica da competição entre o português e o castelhano, colocando-se numa posição inteiramente pragmática: efectivamente /.../ era a língua castelhana e não outra qualquer que punha em risco o prestígio e circulação do português.¹⁴⁴

¹⁴³ BUESCU, Maria Leonor Carvalhão. *Gramáticos portugueses do século XVI*. Lisboa: Biblioteca Breve, 1978, p. 47.

¹⁴⁴ *Ibidem*, p. 47.

A diferença é que enquanto a língua portuguesa tentava se firmar em seu próprio território, incluindo aí os conquistados além mar, o reino vizinho oferecia um risco de dominar cultural e linguisticamente a península Ibérica, o que atingia Portugal em seu próprio território. Gândavo, portanto, centra a defesa da língua portuguesa na oposição ao castelhano, pois é este que oferece perigo para a língua lusitana. O gramático faz isso às vésperas da União Ibérica, que se inicia em 1580 e vai até 1640.

4.2. O DISCURSO EDITORIAL NOS PRÓLOGOS QUINHENTISTAS

Sheila Moura Hue, na introdução de *Diálogos em defesa e louvor da língua portuguesa*,¹⁴⁵ afirma que:

Quase todas as obras poéticas publicadas em Portugal na década de 1590, em que pela primeira vez se imprimiu a lírica dos contemporâneos de Camões, saem com prólogos em que a obra é apresentada como um perfeito exemplo de como a língua portuguesa é capaz da mais completa expressão e com o mais alto estilo, que em nada devia a nenhuma língua estrangeira.¹⁴⁶

Com essa observação, a autora identifica a configuração de um discurso apologético nos prólogos quinhentistas. Pode-se perceber que esse discurso se dá em resposta às acusações sofridas pela língua portuguesa, trazidas em publicações castelhanas (e até mesmo entre alguns portugueses). Como exemplo disso, cita o humanista Antônio Pinheiro que, num prólogo declara-se contra a “falsa e vã opinião que da nossa língua muitos conceberam, tachando-a de pobre, não copiosa, dura, não ornada, injuriando-a de bárbara, grosseira”.¹⁴⁷

¹⁴⁵ HUE, Sheila Moura. *Diálogos em defesa e louvor da Língua Portuguesa* – edição, introdução e notas. Rio de Janeiro: 7letras, 2007. Trata-se da edição de *Diálogo em louvor de nossa linguagem*, de João de Barros e *Diálogo em defesa da língua portuguesa*, de Pero de Magalhães de Gândavo.

¹⁴⁶ *Ibidem*, p. 16.

¹⁴⁷ *Ibidem*, p. 11.

O discurso filológico tratado nos prólogos quinhentistas pode ser percebido em várias obras, e mostra-se articulado com argumentos em defesa da língua portuguesa. Antes de verificarmos alguns exemplos, é importante nos lembrarmos que os livros seguiam preceitos culturais e econômicos, e por essa razão havia toda uma orientação por parte dos editores, que participavam ativamente da concepção do livro. Assim, pretendemos através deste capítulo evidenciar alguns exemplos de textos contidos em prólogos, que se configuram em discurso em prol da língua, como veremos adiante.

Em 1595¹⁴⁸ e em 1598¹⁴⁹ são editadas em Lisboa as *Rimas*, de Luís de Camões. Ao publicá-las, o livreiro Estevão Lopez afirma em tom de admiração que a poesia de Camões apresenta tanto *agudeza de seus conceitos, como obriga propriedade das palavras, como enleva o encarecimento das razões*. Entusiasmado, o livreiro exalta a beleza das sentenças, das metáforas, das hipérboles e figuras poéticas presentes na poesia de Camões. O livreiro afirma que isso *tira a todo homem a esperança de ser poeta /.../ e toda a desculpa aos que vão mendigando linguagens estrangeiras para compor nelas, e tacham a nossa de estéril*; e conclui que essa desculpa é defeito do poeta e não culpa da língua. Estevão Lopes faz notar que tem consciência de sua ação: *apontei essas coisas /.../ pois sei conhecer o preço do que dou*. E mais adiante, ou melhor, no *Prólogo ao Leitor*, na mesma edição, declara que o trabalho que teve se paga somente com o amor que tem pela pátria e que este o moveu e é, na verdade, a principal causa. Isto configura a articulação de um discurso em defesa da língua, e aqui consoante com os desígnios do Estado.

¹⁴⁸ Edição de Manoel de Lyra, Lisboa: MDLXXXV. Livreiro Estevão Lopez na dedicatória a D. Gonçalo Coutinho, datada em 27 de Fevereiro de 1595. Fac-símile Biblioteca Nacional de Lisboa. Prólogo.

¹⁴⁹ Edição de Pedro Crasbeeck., Lisboa: MDXCIII. Livreiro Estevão Lopez na dedicatória a D. Gonçalo Coutinho, datada em 16 de Janeiro de 1598, em Lisboa. Fac-símile Biblioteca Nacional de Lisboa. Prólogo.

Em 1596, é publicado *O Lima*, de Diogo Bernardes. Em sua dedicatória ao Príncipe Dom Álvaro D'Alencastro, o poeta demonstra a esperança de que seus poemas venham dignificar a língua portuguesa. Ele expressa tal desejo com estas palavras:

. . . E ficarão sendo isso assim (como espero que seja) as Lusitanas Musas muito mais acreditadas; e cantarão. . . Sem terem inveja das estrangeiras; a quem nunca em altos Príncipes faltam reais favores.¹⁵⁰

Percebe-se assim a apologia da língua portuguesa em relação às línguas estrangeiras, e não ao latim. Percebe-se também que a expressão *muito mais acreditadas* revela o oposto: o descrédito do português entre alguns. Contudo, com o labor poético, como é exemplo *O Lima*, há razão para se acreditar no português como idioma apto à expressão poética, por exemplo, da mesma forma que não há razão para invejar outra língua.

Em 1598, a edição de *Poemas Lusitanos*, de António Ferreira, é realizada por seu filho, Miguel Leite Ferreira. Na dedicatória que fez a Filipe II, Miguel Leite tece uma série de comentários que apontam para alguns conhecidos conceitos de seu pai, acerca da defesa e ilustração da língua portuguesa. A princípio, Miguel Leite destila certa consternação em virtude de a língua portuguesa não ser conhecida no mundo e acusa poetas portugueses de não dar o tratamento que os poetas de outras nações dão às suas respectivas línguas. Nessa primeira inserção, o filho de António Ferreira já sintetiza o pensamento do pai.

Senhor
Esteue a língua Portuguesa não conhecida no mundo, por causa dos ingenhos Portugueses não terem experimentado nella, o que outras nações mostraram nas suas.¹⁵¹

¹⁵⁰ Foy Impresso em Lisboa, em casa de Simão Lopez Mercador de liuros: Com Licença da Sancta Inuição. Anno do Senhor 1596 Derigido por Diogo Bernardes ao Excellente Príncipe & Sereníssimo Senhor Dom Álvaro D' Alencastro. Fac-símile Biblioteca Nacional de Lisboa.

¹⁵¹ FERREIRA, António. *Poemas Lusitanos*. Por Pedro Crasbeeck. Em Lisboa: MDXCVII. Prólogo: Lisboa a 15 de Mayo de 1598 por Miguel Leite Ferreyra. Fotocópia Biblioteca Nacional de Lisboa.

O segundo destaque trata da crença de que a poesia orna as letras. Ao que parece, Miguel Leite concentra seus ataques naqueles que não partilham do labor poético segundo os moldes clássicos. Para isso, evoca Francisco Sá de Miranda, com estas palavras:

O Doutor Francisco Sá de Miranda foi o primeiro, que com a singular brandura dos seus versos Lusitanos começou a mostrar o descuido dos passados, e que esta língua é capaz de se cantar Damas, Capitães, e Imperadores.¹⁵²

Miguel Leite possui um discurso filológico afinado com o movimento de defesa da língua portuguesa e articula-se em torno do conhecido projeto de seu pai: ilustrar o idioma luso, colocado em prática na obra que ora estava apresentando:

Com cujo exemplo meu pai / . . . / pretendeu com a variedade destes seus manifestar como a língua portuguesa, assim em cópia de palavras, como em gravidade de estilo a nenhuma é inferior.¹⁵³

Outro exemplo do discurso filológico apresentado nos prólogos de edições quinhentistas pode ser retirado da obra *Os Estrangeiros*, de Francisco Sá de Miranda, cuja primeira edição impressa se dá em 1561, com uma dedicatória ao Infante Dom Henrique.¹⁵⁴ Há ainda uma versão manuscrita desta carta, redigida anteriormente, na qual consta uma observação indicativa da consciência que tem Sá de Miranda de sua atitude e do ineditismo (no que se refere ao gênero comédia) de expressar-se em português: *Em português escrevem poucos, nesta maneira d'escrever ainda ninguém que eu saiba.*¹⁵⁵ Sá de Miranda, como percebemos, alinha-se à defesa e ilustração da língua portuguesa, não somente com sua obra poética, que tanto ilustrou seu idioma

¹⁵² FERREIRA, António. *Poemas Lusitanos*. Por Pedro Crasbeeck. Em Lisboa: MDXCVII. Prólogo: Lisboa a 15 de Mayo de 1598 por Miguel Leite Ferreyra. Fotocópia Biblioteca Nacional de Lisboa..

¹⁵³ *Ibidem*.

¹⁵⁴ FRANCO, Marcia Arruda. Duas versões da dedicatória de *Os Estrangeiros* de Sá de Miranda. *Convergência Lusíada – Revista do Real Gabinete Português de Leitura*, Rio de Janeiro, v. 21, p. 223-235, 2005.

¹⁵⁵ *Ibidem*.

materno, mas também com o que temos chamado aqui de discurso editorial, identificado nos prólogos de edições quinhentistas.

Duarte Nunes de Leão, *Desembargador da casa da Suplicação perpetua felicidade*, dedica sua obra *Origem da Língua portuguesa* (abordada nesta pesquisa ao tratamos do discurso gramatical) a Dom Filipe II (1º de Portugal). Na dedicatória, baseia-se no argumento de que “a maior demonstração que os homens de si dão, são as palauras”.¹⁵⁶ O autor também ressalta que as palavras exprimem conceitos e que não fica bem a um homem de alta posição cometer erros, o que é uma insensatez. É interessante notar dois aspectos que permitem identificar esta dedicatória com o discurso que vem em consonância com o movimento em defesa e ilustração da língua portuguesa. Vejamos:

Como a maior demonstração que os homens de si dão, & de seu entendimento, são palauras, perque exprimem seus conceptos, & huas vidraças, perque se **trasluzem & vêem seus ânímos** procurarão sempre os Príncipes que a auantagem que no estado & na grandeza leuarão aos homens baxos & plebeus, se enxergasse na **policia & estylo** de teu fallar.¹⁵⁷ (grifo nosso)

Nunes de Leão expõe a Filipe II a necessidade de se usar bem o idioma, porque através das palavras as pessoas polidas (polícia) demonstram o tipo de vida que têm: *trasluzem & vêem seus ânímos*, e podem influenciar aos *baxos & plebeus*. Nunes de Leão afirma ainda que é indecente a um homem de alta posição a palavra rústica:

Porque tam indecente he sair da bocca de hum homem de alto lugar & nobre criação huma palavra **rustica** & mal cõposta, como de huma bainha de ouro, ou rico (...) e arrancar huma (...) espada ferrugenta.¹⁵⁸ (grifo nosso)

Acreditamos que estas duas palavras, “*rústica*” e “*policia*” (polidez) configuram o discurso em defesa e ilustração da língua. Aliás, estas palavras se ligam

¹⁵⁶ Datada em Oito de Maio de MDCVI.

¹⁵⁷ LEÃO, Duarte Nunes de. *Origem da língua portuguesa*. Lisboa: Pedro Crasbeeck, 1606. Disponível em <http://purl.pt/50>. Acesso em 12 de maio de 2008.

¹⁵⁸ *Ibidem*.

automaticamente ao processo por que passou a língua portuguesa. O propósito dos defensores é justamente polir a língua rústica, dar-lhe brilho, torná-la adequada ao uso na *Polis*: polida.

A seguir Nunes de Leão prossegue com o discurso em defesa e ilustração do português. Ele afirma que escrever errado é mais prejudicial à língua do que falar. Recorda que para combater este mal, ele compôs um livro ortográfico. O autor refere-se à *Ortografia da língua portuguesa*, editada em 1576. É interessante ainda observar a avaliação que Nunes de Leão faz de sua participação na causa da língua portuguesa:

E porq não causão menos fealdade os erros que se cõmetem escreuendo corruptamente que os q se cometem fallando, mas muito maior, (porq a scriptura fica sempre viua & manifesta, & as palauras passaõ como cousa momentanea, & que não permanece) cõpus em minha verde idade hum liuro de orthographia da lingoa Portuguesa, em q reduzi a arte & preceptos o que nunca teue nen concerto, o qual de todos os homes doctos foi bem recebido, & **perque se muito melhorou a scriptura q entre nos andaua mui depravada.**¹⁵⁹ (grifo nosso)

O próprio Nunes de Leão dá testemunho do resultado do trabalho em defesa da língua portuguesa: *tentei fazer este tratado da origem da mesma lingoa, & das outras mais de Hespanha, porque de hoje em diante se poderá fallar mais polido, & screuer mais concertado*. Estas informações constam do prólogo de *Origem da Língua português*.

O discurso de Duarte Nunes de Leão no final do século XVI possui o mesmo teor apologético que o proclamado por Garcia de Resende no prólogo do *Cancioneiro Geral*, em 1516. Aí, Garcia de Resende conclama veementemente os portugueses a produzirem uma epopéia portuguesa em linguagem, isto é, em português. Em

¹⁵⁹ LEÃO, Duarte Nunes de. *Origem da língua portuguesa*. Lisboa: Pedro Crasbeeck, 1606. Disponível em <http://purl.pt/50>. Acesso em 12 de maio de 2008.

dedicatória ao “*Muito alto e muito poderoso Príncipe Nosso Senhor*”, ele assim lamenta e conchama os portugueses a escreverem seus feitos:

Porque a natural condiçam dos Portugueses é nunca escreverem cousa que façam, (...) de grande memória, muitos e mui grandes feitos de guerra; paz e vertudes, de ciência, manhas e gentilezas sam esquecidos. Que, se os escritores se quisessem acupar a verdadeiramente escrever nos feitos de Roma, Tróia e todas outras antigas crónicas e estórias, nam achariam mores façanhas nem mais notáveis feitos que os que dos nossos naturais se podiam escrever /.../. Todos estes feitos e outros muitos doutras sustâncias nam sam divulgados como foram, se gente doutra naçam os fizera .../E porque, Senhor /.../ Determinei ajuntar algúas obras que pude haver dalguns passados e presentes e ordenar este livro, nam pera por elas mostrar quais foram e sam, mas para os que mais sabem s'espertarem a folgar d'escrever e trazer à memória os outros grandes feitos, nos quais nam sam dino de meter a mão.¹⁶⁰

É possível perceber no texto de Resende a construção da identidade lusitana também através do discurso em defesa e ilustração da língua portuguesa. O que se pode notar é que Garcia de Resende faz este discurso em língua portuguesa. O Cancioneiro Geral e o prólogo foram redigidos em linguagem, como deveria ser a epopéia portuguesa.

Outro exemplo do discurso apologético em prólogos quinhentistas encontra-se na dedicatória de *Ásia*, as primeiras quatro décadas –, que João de Barros faz ao *muito poderoso e cristianíssimo* rei D. João III.¹⁶¹ Este, embora não seja proveniente de um editor ou de livreiro, contém algumas palavras e informações trazidas pelo próprio autor, que apontam para uma construção discursiva apologética voltada para a língua portuguesa. No prólogo, João de Barros reflete sobre a realidade da linguagem:

Para que os ouvidos, seu natural objecto, representassem ao entendimento diversos significados, e conceptos segundo a disposição dellas; assim quis que mediante os caracteres das letras,

¹⁶⁰ *Cancioneiro geral* : cum preuilegio / [Foy ordenado e eme[n]dado por Garcia de Reesende fidalguo da casa del Rey nosso senhor e escriuam da fazenda do principe]. - Almeyrym e acabouse na muyto noble e sempre leall cidade de Lixboa : per Hermã de Cãmpos, 28 Sete[m]bro 1516. Dados bibliográficos fornecidos pela Biblioteca Nacional Digital. Disponível em <http://purl.pt/12096/2/>. Acesso em 12 de maio de 2008.

¹⁶¹ BARROS, João de. *Da Ásia*: dos feitos que os portugueses fizeram no descobrimento dos mares e terras do Oriente. Prólogo por João de Barros, da 1ª edição. Com a *Vida de João de Barros*, por Manuel Severim de Faria. Lisboa: Régia Officina Typografica, 1788. Disponível em http://purl.pt/7030/4/1-79443-p/1-79443-p_item4/1-79443-p_PDF/1-79443-p_PDF_01-B-R0150/1-79443-p_0000_capa-cap_a_t01-B-R0150.pdf. Acesso em 10 de Outubro de 2008.

de que **ufamos, dispostas na ordem significativa da valia, que cada nação deu ao seu Alfabeto**, a vista, objecto receptivo desses caracteres, mediante esses, formasse a essência das cousas, e os racionais conceitos ao modo de como a fala em seu ofício os denuncia... As letras, sendo elementos de que se compõe, e forma a significação das cousas, não corrompem as mesmas cousas, nem o entendimento.¹⁶²

Desta forma, destaca o trabalho que cada nação dá a seu alfabeto: *dispostas na ordem significativa da valia, que cada nação deu ao seu Alfabeto*. João de Barros empenha-se na construção da identidade portuguesa. Fez isso através de pelo menos três vertentes, a gramatical, a dialógica e a da História. Ao escrever esta crônica, ocupou-se com a verdade histórica e com a exaltação dos feitos portugueses. Entretanto, mesmo nesta em que a preocupação não está voltada para a questão da língua, podemos perceber que há um discurso em prol da língua portuguesa, ainda que não seja tão latente.

Primeiramente, Barros reconhece na escrita o poder de perpetuar os feitos dos homens:

(...) e vendo eu de nessa diligência de encomendas as cousas à custódia das letras (conservadores de todas as obras) a Nação Portuguesa é tão descuidada de si, quão prompta, e diligente em os feitos, que lhe competem per milícia, e que mais se preza de fazer, que dizer; quis nesta parte **ufar** ante do ofício estrangeiro, que da condição de natural: despondo-me a escrever o que elles fizeram no descobrimento, e conquista do Oriente.¹⁶³

E com este reconhecimento vem também a consciência de que a *Nação Portuguesa é tão descuidada de si*, embora seja mais afeita à ação. Neste sentido, Barros se propõe a escrever a história dos feitos portugueses. O que queremos destacar é que Barros fez isso polindo a língua portuguesa para o discurso histórico, como bem observa Manuel Severim de Faria:

¹⁶² BARROS, João de. *Da Ásia: dos feitos que os portugueses fizeram no descobrimento dos mares e terras do Oriente*. Prólogo por João de Barros, da 1ª edição. Com a *Vida de João de Barros*, por Manuel Severim de Faria. Lisboa: Régia Officina Typografica, 1788. Disponível em http://purl.pt/7030/4/1-79443-p/1-79443-p_item4/1-79443-p_PDF/1-79443-p_PDF_01-B-R0150/1-79443-p_0000_capa-cap_a_t01-B-R0150.pdf. Acesso em 10 de Outubro de 2008, p. 24-26.

¹⁶³ *Ibidem*, p. 25.

A clareza da narrativa é assaz evidente, por falar com palavras muito próprias, e naturais. E com tudo se vê tanta majestade, que causa admiração poder ajuntar com tanta gravidade tanta clareza, porque nas descrições é tão fácil, que muitas vezes parece mais poeta, que histórico, posto que nesta parte a história e poesia sejam muito conformes.¹⁶⁴

4.3. O DISCURSO POÉTICO

O que se pretende através deste capítulo é observar a poética e alguns poemas quinhentistas relacionados aos discursos em defesa e ilustração da língua portuguesa. Isto consistirá em ressaltar alguns elementos dos escritos de António Ferreira. Como ponto de partida, identificação e entendimento deste discurso, verificamos que o labor poético em Quinhentos está centrado nos pensadores e poetas greco-latinos, em especial nas *Poéticas* de Horácio e Aristóteles, que formam o conteúdo básico da poética quinhentista,¹⁶⁵ como nos indica Aníbal Pinto de Castro.

Poetas como Sá de Miranda e António Ferreira, preocupados com a renovação dos códigos poéticos, colocaram em prática os preceitos horacianos e aristotélicos. A ocupação com os códigos temáticos e estilísticos põe à mostra, em Portugal do século XVI, uma poesia que *é uma simbiose perfeita, em que todos os elementos intrínsecos e formais se organizam e harmonizam num conjunto de equilibrada beleza.*¹⁶⁶

Neste sentido, Pinto de Castro nos indica que para conquistar a beleza estilística fazia-se necessário um profundo conhecimento linguístico, bem como o seu uso apropriado. É justamente através deste profundo conhecimento linguístico que pretendemos estabelecer o vínculo do labor poético quinhentista com o movimento em defesa e ilustração da língua portuguesa, pois este estudo nos aponta que

¹⁶⁴ FARIA, Manuel Severim de. *Discursos vários políticos* – Introdução actualização e notas de Maria Leonor Soares Albergaria Vieira. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda. 1999, p. 50-51.

¹⁶⁵ CASTRO, Aníbal Pinto de. Os códigos poéticos em Portugal do Renascimento ao Barroco. Seus fundamentos. Seus conteúdos. Sua evolução. *Revista da Universidade de Coimbra*, Coimbra, ano XXXI, 1985, p. 505-531.

¹⁶⁶ *Ibidem*, p. 522.

(...) o código poético beneficiava(-se), neste **ponto**, e de maneira muito directa, do movimento quinhentista da defesa e ilustração da língua /.../ Só através do perfeito domínio do sistema linguístico, o poeta podia encontrar os registos de linguagem mais adequados ao seu discurso e conseguia estabelecer as gradações várias que separavam o estilo coloquial do literário.¹⁶⁷ (grifo nosso)

O ponto destacado pelo autor pode ser relacionado justamente ao objeto que estamos buscando: o discurso poético em defesa e ilustração do português. Nesta questão, avalio que o labor poético, o trabalho do filólogo, o desenvolvimento de um sistema gramatical mesclam-se, auxiliam-se e beneficiam-se mutuamente, pois para a composição poética é necessário explorar as múltiplas potencialidades que o idioma possui. E o labor poético, por sua vez, proporciona ao sistema linguístico as experimentações estilísticas, o embelezamento da língua e seu enobrecimento, que são necessidades prementes da língua portuguesa em Quinhentos.

Há ainda outro aspecto para se destacar no conjunto de assertivas de Castro. Trata-se da elaboração e proclamação do discurso em prol do idioma português através da poesia; ou, mais especificamente, trata-se do uso da poesia para conclamar, comover e formar uma militância composta por letrados ligados à Corte e ao Estado monárquico para defender e ilustrar a língua portuguesa.

Castro nos aponta que há na poesia quinhentista um traço que ultrapassa a preocupação com os valores estéticos da criação artística. E parece ser este o caminho que nos leva a identificar o teor apologético-filológico na poética de Ferreira. É possível identificar que há na obra de Ferreira um propósito de, por meio da poética e da poesia, atingir um patamar que envolva a restauração da própria sociedade. Nas palavras de Castro:

¹⁶⁷ CASTRO, Aníbal Pinto de. Os códigos poéticos em Portugal do Renascimento ao Barroco. Seus fundamentos. Seus conteúdos. Sua evolução. *Revista da Universidade de Coimbra*, Coimbra, ano XXXI, 1985, p. 523.

Com efeito, a criação poética não era considerada uma atividade estética, meramente lúdica ou evasiva, antes visava uma explícita função social, de intenção formativa no plano ético, tanto ou mais importante que sua finalidade estética.¹⁶⁸

Esta função social a que se refere Castro também pode ser identificada com o movimento em defesa da língua portuguesa e insere-se na construção de uma identidade nacional, buscando a restauração da sociedade, como se vê no trecho que segue:

Ao mesmo tempo que procuravam produzir obras susceptíveis de despertar nos leitores uma consciente emoção estética, não esqueciam a formação moral e cívica dos seus concidadãos... Esta função docente cometida à poesia oferecia um dos argumentos de maior peso para a defesa da Letras.¹⁶⁹

A produção poética quinhentista tem como base e modelo a concepção de imitação, vinda principalmente de Horácio, mas também de Aristóteles. Além do vínculo estético com as poéticas clássicas, a poesia de Quinhentos está unida a uma gama de conceitos, orientações e doutrinas expressos através dos mais variados tipos de discursos em voga durante o século XVI. Estes semelhantemente mantêm relação com o período clássico e, de diferentes modos, afastam-se, ora mais, ora menos, das tendências artísticas que prevaleceram nas expressões poéticas de cunho medieval.

Verifica-se que em determinada altura de Quinhentos o antigo *trivium*¹⁷⁰ já não satisfazia às necessidades dos vários discursos, inclusive o poético, o que levou poetas como Sá de Miranda e António Ferreira a disseminar as doutrinas clássicas. Desse modo, a poética clássica teve para Ferreira especial importância, considerada como aspecto fundamental de seu discurso doutrinário e apologético, ou como nos informa Castro:

Arautos bem mais eficientes da teoria horaciana seriam, porém, poetas como Sá de Miranda, Diogo Bernardes e António Ferreira que,

¹⁶⁸ CASTRO, Aníbal Pinto de. Os códigos poéticos em Portugal do Renascimento ao Barroco. Seus fundamentos. Seus conteúdos. Sua evolução, *Revista da Universidade de Coimbra*, Coimbra, ano XXXI, 1985, p. 525.

¹⁶⁹ *Ibidem*, p. 525.

¹⁷⁰ O *trivium* abrangia a Gramática, a Retórica e a Lógica.

pela maior acessibilidade das suas composições, pelo atractivo de uma roupagem estilística a contrastar com a erudição dos comentaristas e pelo seu prestígio pessoal, exerceram uma acção muito mais profunda e eficaz... De todos foi António Ferreira quem mais conscientemente assumiu o encargo de adaptar o código.¹⁷¹

Mesmo com o desenvolvimento das *sete artes liberais*,¹⁷² a poética necessitava, dentre as diferentes formas do discurso no contexto quinhentista português, de uma conceituação que a mostrasse como um sistema normativo, ordenado. Consoante os preceitos clássicos exigiam e bem ao gosto dos valores renascentistas e humanistas. Neste sentido, as noções de imitação, os ideais de beleza, a busca pelo equilíbrio e perfeição são fundamentais para os textos poéticos, que naquele momento são introduzidos através dos mais variados gêneros imitados da Antiguidade Clássica.

Dentre os preceitos horacianos, o ideal de perfeição contribuiu singularmente para ilustrar e dignificar a língua portuguesa. Castro afirma

(...) que este ideal de perfeição, insistentemente proclamado como o único caminho susceptível de elevar as Letras modernas ao fulgor das antigas, determinou uma permanente insatisfação **estética**.¹⁷³
Por isso, em poesia não havia meio termo: ou era boa ou era irremediavelmente má.¹⁷⁴
(grifo nosso)

A poesia requer riqueza vocabular, profundidade conceitual, sonoridade agradável e construção sintática. Ora, o poeta ao buscar a perfeição em seu labor potencializa e ilustra a língua, tornando-a apta ao próprio discurso em que está operando. E ao usá-la em seu discurso também a dignifica.

¹⁷¹ CASTRO, Aníbal Pinto de. Os códigos poéticos em Portugal do Renascimento ao Barroco. Seus fundamentos. Seus conteúdos. Sua evolução, *Revista da Universidade de Coimbra*, Coimbra, ano XXXI, 1985, p. 513.

¹⁷² As sete artes liberais abrangiam o *trivium*, a Aritmética, a Geometria, a Astronomia e a Música.

¹⁷³ Devemos nos lembrar, entretanto, que o uso do termo estética para se referir a uma doutrina do século XVI é anacrônico.

¹⁷⁴ CASTRO, Aníbal Pinto de. Os códigos poéticos em Portugal do Renascimento ao Barroco. Seus fundamentos. Seus conteúdos. Sua evolução, *Revista da Universidade de Coimbra*, Coimbra, ano XXXI, 1985, p. 519.

Quanto à localização da poética no contexto quinhentista, João Adolfo Hansen, mostra-nos fundamentos político-religiosos da poesia quinhentista e assevera que a prática poética deste período ocupava o centro do poder imperial e das universidades:

A poesia incluía-se naturalmente na concepção corporativa da monarquia absolutista fundada na teologia cristã de um telos ou causa final, Deus, que hierarquiza e orienta suas espécies no tempo segundo a analogia pela qual todos os seres são seus efeitos e signos... Na doutrina do poder monárquico como 'política católica' exercida virtuosamente pelo rei sobre um corpo político de membros subordinados ou súditos, era nuclear o conceito de 'bem comum'.¹⁷⁵

Neste sentido, a poesia funcionava como um dos elementos para a integração do poder imperial, que, deve-se notar, tem como base a fé cristã, ou mais precisamente a católica. Assim, o discurso poético em prol da língua portuguesa insere-se numa política do Império Católico português e tem como objetivos sustentá-lo e ampliá-lo.

Pretendemos, assim, identificar especialmente na obra de António Ferreira o uso apologético e doutrinário da poesia, pois este poeta integra um grupo de letrados que se dedica à defesa e ilustração da língua portuguesa. O que percebemos, logo de início, é que seu papel ultrapassou o trabalho de ilustração do idioma português através da poesia e transformou-se em militância ao defender o uso exclusivo do português pelos poetas portugueses, na verdade *é o único poeta quinhentista a defender o uso exclusivo do português como idioma poético*.¹⁷⁶ António Ferreira escrevia somente em língua portuguesa ou recusava-se intransigentemente a escrever em castelhano e, a despeito de sua refinada cultura clássica, pregava o uso exclusivo do português a outros poetas – criticava e acusava de falta de amor à língua portuguesa aos que escreviam em castelhano. Postura clara de quem está francamente numa militância de cunho humanista, filológico e patriótico.

¹⁷⁵ HANSEN, João Adolfo. *Fênix renascida & Postilhão de Apolo*: uma introdução. Local: Editora, 2002, p. 27.

¹⁷⁶ FERREIRA, António. O discípulo mirandino e amigo da língua. *Convergência lusitana* – Revista do Real Gabinete Português de Leitura, Rio de Janeiro, n. 15, 1998, p. 71.

4.3.1. A POÉTICA QUINHENTISTA

A poética desenvolve-se no século XVI português de forma intensa, com admiração e culto aos antigos, pois uma nova ordem de concepção de poético, associada ao humanismo, impõe-se às artes nacionais. Isso é feito num mundo em transformação. Essa nova poética é desenvolvida e ganha importância cada vez mais crescente no contexto cultural, linguístico e político, integrando-se inclusive aos discursos em defesa e ilustração da língua portuguesa.

A nova poética não é nova no sentido estrito da palavra, pois seu conteúdo básico é fruto da assimilação dos valores da Antiguidade greco-romana. Entretanto, é nova no sentido de que ali, naquela época e naquele local, a atividade artística, até então, encontrava-se formal e conceitualmente ligada aos códigos da cultura medieval.

As leis e os preceitos poéticos propagados por António Ferreira estão, em grande medida, concentrados na Carta a Diogo Bernardes, conforme já apontou Thomas Earle: esta carta *tornou-se famosa porque constitui uma fonte importante para o estudo da teoria literária portuguesa do século XVI.*¹⁷⁷ A Carta a Diogo Bernardes, intitulada *Carta XII*, torna-se para Ferreira ensejo para discorrer sobre os princípios estéticos que deveriam orientar a poesia de seu tempo.

Ferreira expõe com extrema humildade como deveria ser a poética de seu tempo, ora traduzindo quase literalmente os preceitos clássicos, ora reformulando e adaptando a poética e doutrina de Horácio, que, aliás, se confundem. Deste modo, a *Ars Poetica* constitui o modelo maior, o padrão tanto para a produção poética, a qual Ferreira está decidido a propagar, quanto para inspiração doutrinária e filosófica. Destacando que

¹⁷⁷ Cf. FERREIRA, António. *Poemas lusitanos*. Edição crítica, Introdução e comentários Thomas Foster Earle. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2000, p. 589.

Ferreira conclama seus pares a valorizar e ilustrar o idioma lusitano através da composição poética.

Desse modo, é o pensamento horaciano¹⁷⁸ que permeia as reflexões e, ao mesmo tempo, aponta para a essência do conhecimento: a imitação aristotélica. Em tom sublime, Ferreira propõe a seus pares, que conheçam profundamente os grandes homens da Antiguidade e que os imitem, até mesmo os superem. Fez isso, crendo que o estudo, o tempo e a imitação são mais valiosos que o *engenho* e podem controlar o aspecto arrebatador da composição poética.

Bernardes trata Ferreira *como mestre da poesia e pede-lhe conselhos literários*.¹⁷⁹ A *Carta XII*, a Diogo Bernardes, vem em resposta a um pedido do próprio Diogo Bernardes. Na correspondência entre ambos, há uma troca de elogios, todos referentes à poética. *Como um juízo queres*, (diz Ferreira na Carta 12, vrs 4), e com sua marcante humildade diz também: *Bernardes, cujo spirito Apollo spira/, volve teu doce verso, a mim mal dado*,¹⁸⁰ ao que Bernardes responde:

...// que no meu peito roe, noite, e dia
Desfrute o som, que Febo ...
Ao canto meu, qu'ao doce teu s'arrima
Tu, a quem ele mais ama, a quem anima/
Tanto que com ...Talia, Ao seu Parnaso t'alça, e de ti fia
Segredos, que mais ama, e mais estima.¹⁸¹

Earle também entende a Carta a Diogo Bernardes como o centro da teoria literária de Ferreira, com sua origem na *Ars Poetica*, de Horácio.¹⁸² Nesta carta estão

¹⁷⁸ Cf. FERREIRA, António. *Poemas lusitanos*. Edição crítica, Introdução e comentários Thomas Foster Earle. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2000, p. 589.

¹⁷⁹ Cf. *Ibidem*, p. 589.

¹⁸⁰ BERNARDES, Diogo. *Rimas varias, flores do Lima / compostas por Diogo Bernardes*. Lisboa: Na Off. de Miguel Rodrigues, 1770, p. 64. Disponível em <http://purl.pt/962>. Acesso em 12 de maio de 2008.

¹⁸¹ *Ibidem*, p. 65-66.

¹⁸² Cf. FERREIRA, António. *Poemas lusitanos*. Edição crítica, Introdução e comentários Thomas Foster Earle. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2000, p. 589.

disseminadas citações da *Ars Poética* e seu tom aponta para a importância que Ferreira dá aos valores morais.¹⁸³

Quando Ferreira escrevia como um crítico literário na sua carta a Diogo Bernardes, não se preocupava apenas com as palavras. Grande parte das suas máximas derivadas ou não de Horácio, insistem em que a preparação do escritor não consistia somente na aprendizagem de manipulações de palavras; era antes o sentido moral do escritor que necessitava de ser educado.¹⁸⁴

António Ferreira possui uma moral manifestadamente cristã-católica. Tal situação reveste-se de especial importância, uma vez que a *Ars Poetica* foi desenvolvida num ambiente mítico, pagão e politeísta, enquanto a doutrina de Ferreira estava inserida no projeto de renovação nacional e de propagação da fé católica.

Este poeta, formado em Direito Canônico pela Universidade de Coimbra,¹⁸⁵ não dissocia, de forma alguma, valores poéticos de sua moral cristã católica. Mas não é com toda a liberdade que o poeta o faz, já que a sua cultura humanista adquire em algum grau contornos religiosos. De qualquer forma, o poeta reflete sua poética-moral-teológica num ambiente recém saído de uma cultura medieval e ainda vinculado a estruturas religiosas de cunho moralista e imperial.

A produção quinhentista, então, consagra os autores clássicos como modelos que devem ser imitados. No caso de Ferreira, além de refletir sobre a poética, assume papel de pregador dos valores absorvidos dos antigos, como Horácio, associados à sua moral e ao seu papel de pregador, arauto, defensor e amigo da língua portuguesa.

É nesse ambiente de imitação e engenho, que os padrões poético-literário-filosófico, emergem da *Ars Poetica – Espistula ad Pisones*, na *Carta XII*, a Diogo Bernardes e formam a base do discurso poético, através do qual Ferreira conclama o

¹⁸³ EARLE, Thomas Foster. *Musa renascida: a poesia de António Ferreira*. Lisboa: Editorial Caminho, 1990, p. 42-59.

¹⁸⁴ *Ibidem*, p. 43.

¹⁸⁵ *Ibidem*, p. 7.

grupo dos bons engenhos a defender e enobrecer a língua portuguesa. Esta carta está dividida em duas partes. Na primeira (versos 1-54) pode-se perceber que Ferreira, ao contemplar sua realidade imediata, experimenta certa insatisfação, como estes versos, à semelhança de tantos outros, demonstram:

Ah, tantos dias tristes, tantos anos
levados pelos ares em desejos
de falsos bens e nossos tristes danos
...
Quantos as vidas, quantos almas gastam
Em buscar se perigo, e sua morte
E trás ela seus jugos cruéis arrastam.¹⁸⁶
(grifo nosso)

O contexto é de profundo desagrado em função da ganância daqueles que se lançam em empresas arriscadas a troco de bens materiais. É nítida a desaprovação de Ferreira diante da euforia popular e aristocrática, que se instalava sem medida em torno das conquistas de seu tempo. Além dessa insatisfação, seu olhar revela-se reprovador ao analisar a sua época, a euforia que tomava conta da corte e da população em geral. Talvez esteja nessa conduta algo que diferencia a postura humanista de Ferreira e mesmo a de Sá de Miranda ou de outros humanistas que faziam parte do grupo de defensores da língua portuguesa.

Ferreira tece críticas, ainda que veladas, à aventura dos *Descobrimentos*. Este fato o coloca do lado oposto – mas somente no que se refere aos *Descobrimentos*, em relação aos também defensores da língua portuguesa, que, por uma questão de orientação doutrinária, estavam ligados à experiência proporcionada pelo conhecimento de novos territórios e culturas, trazido pelo mar.

A segunda parte desta epístola (versos 55 até final) contém a apropriação do pensamento estético de Horácio: juízo, lima, tempo. E Ferreira tem um motivo para

¹⁸⁶ Cf. Carta 12, Livro I, 25-30. In FERREIRA, António. *Poemas lusitanos*. Edição crítica, Introdução e comentários Thomas Foster Earle. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2000, p. 304.

compor e refletir sobre a poética. Conforme Earle: a *proliferação da má poesia em Portugal, segundo Ferreira, era tanto sinal de declínio moral como um declínio da capacidade crítico-literária*.¹⁸⁷

Eis alguns aspectos da reflexão de Ferreira, contidos na *Carta XII* e também alguns retirados da *Carta VIII*, a Pero de Andrade Caminha:

Mas tratarei contigo amigamente
do conselho que pedes: juízo, e lima
tem em si todo humilde, e diligente.¹⁸⁸

Nestes, Ferreira, ao dar orientações a respeito do conhecimento e do aperfeiçoamento que deve ser aplicado à obra poética, não deixa de mostrar a postura do verdadeiro poeta: humildade e diligência. Ferreira indica ao poeta a lição: guardar-se si mesmo, ou seja, não ter uma atitude de autoconfiança. Com isso, espera que o poeta aplique-se ao trabalho e que se acerque de amigos doutos que possam aconselhar-lhe:

A primeira lei minha é que de mim
primeiro me guarde eu, e a mim não creia.¹⁸⁹

Este *e a mim não creia* aponta para o valor dos conselhos literários e afasta o poeta da auto-avaliação, que pode ser complacente. Ao que parece Ferreira absorve estes conceitos de Horácio: *Se, contudo, algum dia, escreveres algo, submete-o aos ouvidos do crítico...*¹⁹⁰

Submeter o que escreve ao valioso trabalho de um crítico experiente evita que o que escreve seja envergonhado. Ter isso como primeira lei revela, ainda que indiretamente, o tema da *humildade*, preceito horaciano.

¹⁸⁷ EARLE, Thomas Foster. *Musa renascida: a poesia de António Ferreira*. Lisboa: Editorial Caminho, 1990, p. 44.

¹⁸⁸ Cf. Carta 12, Livro I, 55-57. In FERREIRA, António. *Poemas lusitanos*. Edição crítica, Introdução e comentários Thomas Foster Earle. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2000, p.305.

¹⁸⁹ Cf. Carta 12, Livro I, 68-69. In FERREIRA, António. *Poemas lusitanos*. Edição crítica, Introdução e comentários Thomas Foster Earle. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2000, p.305.

¹⁹⁰ HORÁCIO, Q. F. *Arte Poética – Epistula ad Pisonem*. In *A Poética Clássica*. Introdução de Roberto de Oliveira Brandão e Tradução de Jaime Bruna. São Paulo: Cultrix, 1995, vrs. 387.

Na boa imitação, e uso, que o fero
ingenho abranda, ao inculto dá arte
no conselho do amigo douto espero.¹⁹¹

A expressão *no conselho do amigo douto espero*, usada por Ferreira, também é inspirada em Horácio, que aconselhava:

Se compuseres versos nunca te enganem as intenções ocultas sob a pele de raposa. Se se recitava alguma coisa a Quintílio, ele dizia: “corrige, por favor, isto e mais isso. Poderias negar ser capaz de fazer melhor tendo, em vão, tentado duas ou três vezes ele mandava apagar e voltar à bigorna os versos mal torneados. Se preferias defender o erro a mudar, depois disso, não gastava nenhuma palavra ou esforço inútil para impedir que sozinho gostasses de ti e das tuas coisas, sem rival.”¹⁹²

A imitação dos modelos clássicos é o conselho de Ferreira aos seus pares. Castro usa a expressão *paradigmas mais perfeitos*¹⁹³ ao se referir a este terceto, e destaca que o tempo assume importância capital:

Doutrina, arte trabalho, tempo, e lima
Fizeram aqueles nomes tão famosos
Por que a Antiguidade se honra, e estima.¹⁹⁴

A esse respeito é relevante citar uma reflexão de Castro sobre o andamento da construção e da prática poética no século XVI:

O processo não andava isento de perigos. Se levado às últimas conseqüências, podia arrastar o poeta à tradução, ou reduzir as suas composições a meros centões de tópicos e estilemas já gastos. Em qualquer caso, a sua observância implicava um perigo constante para o princípio da originalidade, que não era menos importante e recomendado... A imitação servil era radicalmente repudiada pelos próprios defensores.¹⁹⁵

¹⁹¹ Cf. Carta 12, Livro I, 73-75. In FERREIRA, António. *Poemas lusitanos*. Edição crítica, Introdução e comentários Thomas Foster Earle. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2000, p. 305.

¹⁹² HORÁCIO, Q. F. *Arte Poética – Epistula ad Pisones*. In *A Poética Clássica*. Introdução de Roberto de Oliveira Brandão e Tradução de Jaime Bruna. São Paulo: Cultrix, 1995, vrs. 435-444.

¹⁹³ CASTRO, Aníbal Pinto de. *Os códigos poéticos em Portugal - do Renascimento ao Barroco*. Seus fundamentos. Seus conteúdos. Sua evolução. *Revista da Universidade de Coimbra*, ano XXXI, Coimbra, p. 518, 1985.

¹⁹⁴ Cf. Carta 8, Livro I, 157-159. In FERREIRA, António. *Poemas lusitanos*. Edição crítica, Introdução e comentários Thomas Foster Earle. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2000, p. 304.

¹⁹⁵ CASTRO, Aníbal Pinto de. *Os códigos poéticos em Portugal - do Renascimento ao Barroco*. Seus fundamentos. Seus conteúdos. Sua evolução. *Revista da Universidade de Coimbra*, ano XXXI, Coimbra, p. 518, 1985, p. 518-519.

A boa imitação, que como vimos rejeita o decalque, pressupõe a assimilação do discurso: *a escolha do modelo, sempre feita em função da qualidade, devia assentar num profundo conhecimento dos respectivos textos.*¹⁹⁶

Ferreira inspira-se, segundo Earle, na expressão horaciana contida em *Ars Poetica* II, 38-9: *Vós que escrevei, tomai a matéria igual às vossas forças e pesai longamente o que vossos ombros se recusam a carregar,*¹⁹⁷ para criar em tom exortatório mais grave:

Cad'um pera seu fim busca seu meio
Quem não sabe do ofício, não o trata.¹⁹⁸

E, em seguida, lamenta:

(...) dos que sem saber escrevem o mundo é cheio.¹⁹⁹ (90-93).

Inspirada em Horácio, uma questão fundamental para Ferreira é:

Do bom escrever, saber primeiro é fonte.
Enriquece a memória de doutrina,
do que um cante, outro ensine, outro te conte.²⁰⁰

Castro afirma que após a definição do conceito de poesia, tornou-se indispensável para os quinhentistas constituir *os fundamentos do trabalho de criação*, o que gerou um longo e importante debate com relação à *primazia* do engenho e a *supremacia* da arte.

¹⁹⁶ CASTRO, Aníbal Pinto de. *Os códigos poéticos em Portugal - do Renascimento ao Barroco*. Seus fundamentos. Seus conteúdos. Sua evolução. *Revista da Universidade de Coimbra*, ano XXXI, Coimbra, p. 519, 1985.

¹⁹⁷ TRINGALI, Dante. *A arte poética de Horácio*. São Paulo: Musa Editora, 1993, p. 28 (*Ars Poetica* II, 38-39).

¹⁹⁸ Cf. Carta 12, Livro I, 91-92. In FERREIRA, António. *Poemas lusitanos*. Edição crítica, Introdução e comentários Thomas Foster Earle. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2000, p. 306.

¹⁹⁹ Cf. Carta 12, Livro I, 93. In FERREIRA, António. *Poemas lusitanos*. Edição crítica, Introdução e comentários Thomas Foster Earle. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2000, p. 306.

²⁰⁰ Cf. Carta 12, Livro I, 85-87. In *Ibidem*, p. 305.

Em relação à questão do engenho e da arte, Dante Tringali²⁰¹ registra que é em Horácio que começa a se configurar o conceito de inspiração poética como uma divindade que nasce com o homem e o acompanha por sua vida: *cabe a Horácio a tarefa de combater o preconceito de que basta o engenho para realizar uma verdadeira obra de arte*, pois em sua época imperava a inspiração poética, em detrimento da poética da arte. Essa inspiração poética entende que o poeta recebe o dom da poesia desde o seu nascimento e que permanece com ele como vocação e pendor divino. Já a poética da arte pressupõe ou exige muito estudo e esforço, com sólida formação teórica e prática, sem descartar a existência da inspiração poética.²⁰²

Este autor afirma também que a insistência da *Ars Poetica* na necessidade imperiosa da técnica e da busca pelo conhecimento aplicado vem da atitude relaxada e preguiçosa dos romanos, que se recusavam ao paciente trabalho da lima.²⁰³ É certo que António Ferreira, através de seu discurso poético, convoca o grupo de bons engenhos para que se dediquem com afinco à poética da arte, pois rejeita toda e qualquer atitude que não seja a do trabalho árduo.

No verso 96 Ferreira retoma a mesma discussão e enfatiza a sua posição. Faz isso um pouco enfatizado, pois, como ele mesmo expressa, a

Questão foi já de muitos disputada
(...)
uma sem outra val ou pouco, ou nada.²⁰⁴

Horácio põe dessa forma:

Tem-se perguntado se um poema se torna digno de louvor pela natureza ou pela arte. Eu não vejo de que serve o trabalho sem uma

²⁰¹ Tradutor e Professor (UNESP). Tem entre suas obras editadas: *De Pallio Tertuliano* Introdução à Retórica: Duas Cidades; *Escolas Literárias*: Musa editora e *A Arte Poética de Horácio*: Musa editora, edição bilíngüe com introdução e comentário do autor, utilizado como fonte, neste estudo.

²⁰² TRINGALI, Dante. *A Arte Poética de Horácio*. São Paulo: Musa Editora, 1993, p. 59-60.

²⁰³ *Ibidem*, p. 61.

²⁰⁴ Cf. Carta 12, Livro I, 100-103. In FERREIRA, António. *Poemas lusitanos*. Edição crítica, Introdução e comentários Thomas Foster Earle. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2000, p. 306.

veia fértil, nem de que serve o engenho rude, assim uma coisa reclama o auxílio da outra e conspiram amigavelmente. Quem se esforça por atingir, nas corridas, a meta cobiçada, desde menino, muito suportou, praticou, suou, passou frio, absteve-se de Vênus e do vinho. O flautista, que toca nos jogos Píticos, antes disso aprendeu e tremeu diante do mestre..²⁰⁵

Ao que parece, Ferreira atribui valor maior ao estudo e ao trabalho,²⁰⁶ pois sentença que o engenho vale mais, se estiver atado à arte:

Tanto mais val o ingenho, s' à arte se ata
(...)
Mas eu tomaria antes a dureza...
daquele que o trabalho, e arte abrandando
(...)
vence o trabalho tudo.²⁰⁷

Com o verso *vence o trabalho tudo*, Ferreira parece indicar que realmente o trabalho é superior à *veia fértil*. E continua a sua argumentação:

S' ornares de fino ouro a branca prata,
quanto mais, e melhor já resplandece.
Tanto mais val o ingenho, s' à arte se ata...

Não prende logo a planta, não florece,
Sem ser da destra mão limpa, e regada.
Co'o tempo, e arte flor, fruto parece.²⁰⁸

Earle afirma que o poeta, ao compor tais versos, usa o exemplo do joalheiro e do jardineiro, que requerem trabalho meticuloso e paciente. No trecho final da Carta, Ferreira continua a explicar sua doutrina e reitera a crença inabalável no trabalho: *vence o trabalho tudo* (vrs 106). Além disso, aponta também a necessidade de lima e reescritura: *corta o sobejo*. Dessa forma, a busca pelo equilíbrio também é constante:

Corta o sobejo, vai acrescentando
o que falta, o baixo ergue, o alto modera
(...)
...do ornamento
ou tira, ou põe; c'o decoro o tempera.²⁰⁹

²⁰⁵ TRINGALI, Dante. *A arte poética de Horácio*. São Paulo: Musa Editora, 1993, p. 36 (*Ars Poetica*, vrs 409-411).

²⁰⁶ FERREIRA, António. *Poemas lusitanos*. Edição crítica, Introdução e comentários Thomas Foster Earle. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2000, p. 590.

²⁰⁷ Cf. Carta 12, Livro I, 96-106. In *Ibidem*, p. 306.

²⁰⁸ Cf. Carta 12, Livro I, 94-99. In FERREIRA, António. *Poemas lusitanos*. Edição crítica, Introdução e comentários Thomas Foster Earle. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2000, p. 306.

Estes são alguns exemplos que tornam esta carta, principalmente a segunda parte, uma doutrinação poética. A exemplo de tantos outros, tanto anterior como posterior a si, António Ferreira partilha dos fundamentos teóricos de Horácio e seu texto torna-se fonte de doutrina. Dessa forma, a obra poética de Ferreira sinaliza a construção de um sistema poético clássico em Quinhentos, de forma que os preceitos de Horácio e de Aristóteles sejam sobejamente conhecidos, estudados e, sobretudo, praticados.

Em Quinhentos, o poeta deveria ser louvado pela possibilidade de dar outra perspectiva à realidade imediata. E no caso de Ferreira, seu universo literário não está restrito à natureza bucólica real, localizada, por exemplo, nas cercanias das cidades. Antes, seu mundo pode ser visto como um *cosmo poético*, longe do **vulgo**, a quem responsabiliza pela perdição da nação. Eis aqui algo que vincula a poética, a poesia e o discurso em defesa e ilustração da língua portuguesa. Ferreira entende a poesia segundo uma nova função social e cívica.

João Adolfo Hansen esclarece que o conceito de vulgo não se liga à situação social, como se dá entre *senhor e homem pobre livre* ou ainda entre *fidalgo e plebe*. A oposição é antes de tudo intelectual:

Apresentando as virtudes do cortesão e do perfeito cavaleiro cristão, o discreto distingue-se pelo engenho e pela prudência, que fazem dele um tipo agudo e racional, capacitado sempre a distinguir o melhor em todas as ocasiões.²¹⁰

O vulgo equivale ao néscio, ou iletrado, que se caracteriza *pela falta de juízo, rústico e confuso*. O seu significado está ligado à *'população' do terceiro estado, genericamente, e os oficiais mecânicos e a 'gente baixa', especificamente.*²¹¹ Dessa forma, o termo *vulgo*, para Ferreira pode ser entendido como rejeição dos valores

²⁰⁹ Cf. Carta 12, Livro I, 118-123. In *Ibidem*, p. 307.

²¹⁰ HANSEN, João Adolfo. *A sátira e o engenho: Gregório de Matos e a Bahia do século XVII*. 2ª. edição. Cotia, Campinas: Ateliê Editorial / Unicamp, 2004, p. 93.

²¹¹ *Ibidem*, p. 93.

menores, como o apego às coisas materiais e a sentimentos vis, como rejeição aos ideais e preceitos clássicos das artes poéticas, pois, segundo Hansen,

Poeticamente, o termo ‘vulgo’ também pode significar aqueles que, embora pertencentes aos ‘melhores’ pela propriedade e posição, são caracterizados como rústicos falhos de discernimento e, portanto, néscios.²¹²

E quanto ao *cosmo poético* pode ser entendido como um mundo criado através da imaginação poética. Este mundo propicia tudo o que se deseja, pois não está limitado ao espaço físico-temporal. Antes, potencializado pela imaginação poética, tudo permite, tudo torna possível. Para Ferreira, não é necessário abandonar o espaço físico imediato, nem se retirar para o campo, pois o *cosmo poético*, por ter origem na poesia, é mais belo que o físico.

A poesia, para o poeta, é este mundo, o que o diferencia de Sá de Miranda, a quem considerava “*mestre das Musas, mestre da virtude*”, e que optou de fato pela vida campestre.²¹³ O conceito de *aurea mediocritas*, por sua vez, indica que Ferreira almejava um mundo transformado pelos valores poéticos clássicos, um mundo em ordem, em equilíbrio e harmonia. Para o poeta, este mundo é um mundo novo e, fundamentalmente, estável.

Em suma, Ferreira manifesta crer que a poesia tem o poder de transformar a tosca experiência imediata num mundo conforme os ideais greco-romanos do Belo.²¹⁴ Dessa forma, o mundo bucólico herdado de Horácio pode ser localizado, poeticamente, além da paisagem bucólica. Este local é integrante do universo da escrita, da poesia, ou seja, este novo mundo é acessível somente através do texto literário, através do trabalho poético.

²¹² HANSEN, João Adolfo. *A sátira e o engenho*: Gregório de Matos e a Bahia do século XVII. 2ª edição. Cotia, Campinas: Ateliê Editorial / Unicamp, 2004, p. 93.

²¹³ Cf. Livro II das cartas, 9:3. In FERREIRA, António. *Poemas lusitanos*. Edição crítica, Introdução e comentários Thomas Foster Earle. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2000.

²¹⁴ Os ideais greco-romanos do Belo estão ligados ao sentido do bem, da verdade, da unidade na multiplicidade, referem-se também à harmonia do todo e na adequação das partes.

Earle, em *Musa Renascida*, nos aponta a *natureza do pensamento moral de Ferreira*.²¹⁵ Um dos conceitos mais marcantes em Ferreira é facilmente associado ao Estoicismo. Em sua doutrinação, há uma série de exortações que mantêm profundo vínculo com as virtudes estóicas: o louvor à razão, a moderação, a pureza, a justiça e a glória. Este estudioso também demonstra que:

A admiração de Ferreira pelo homem que buscava a perfeição interior, com desprezo pelos valores mundanos, e o seu desejo de viver de acordo com a natureza, evitando a paixão, são qualidades estóicas... Outras virtudes estóicas eram freqüentemente louvadas nas cartas.²¹⁶

Há alguns exemplos de postura que de alguma forma poderiam ferir o pensamento teológico de Ferreira. Substituir e contradizer também são maneiras de imitar e vale destacar como o poeta lidava com estas situações. Ele simplesmente omite, substitui, contorna aquilo que não condiz com o seu pensamento. Como exemplificação, no poema *Aos Reis Cristãos*, ele troca a referência ao Destino, termo utilizado por sua fonte, considerada por ele pagã, e tenta comover seus leitores com um apelo cristão:

Tornai, tornai, ó Reis,
à paz; tende-vos ora;
 olhai-vos, e vereis
com quanta razão chora
a Cristandade a paz, que lançais fora.²¹⁷

É interessante perceber Ferreira grafar cristandade com maiúscula, à moda dos clássicos. E por *Cristandade* representar o conjunto dos valores dos povos europeus, torna-se mais rica ainda a adaptação das crenças consideradas por Ferreira como pagãs. Sua motivação não escondia nenhum sentimento menor. Fazia como fruto de profundas convicções teológicas. Sobre isso, vejamos o que Earle expõe:

²¹⁵ EARLE, Thomas Foster. *Musa renascida: a poesia de António Ferreira*. Lisboa: Editorial Caminho, 1990.

²¹⁶ *Ibidem*, p. 107.

²¹⁷ Cf. Livro I das Odes, 4, 41-45. In FERREIRA, António. *Poemas lusitanos*. Edição crítica, Introdução e comentários Thomas Foster Earle. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2000, p. 112.

O classicismo de Ferreira tinha limites bem marcados. Era humanista, mas um humanista cristão que nunca teria permitido que a filosofia pagã maculasse a sua pureza doutrinária... Não narra histórias derivadas da mitologia greco-romana, que muitas vezes rejeita como fabulas vã. Nas cartas... Falava até com desprezo dos 'escuros meios' com que os filósofos antigos tentavam penetrar a verdade religiosa sem terem a ajuda necessária da revelação cristã.²¹⁸

A questão da assimilação das doutrinas clássicas pelos humanistas cristãos demonstra como os poetas do século XVI realizaram a transposição dos mitos e fábulas pagãs para o ideário católico, na construção da identidade portuguesa. O reino português é essencialmente católico e esta identidade é construída sem ferir os preceitos do catolicismo. Garcia de Resende já pregava isso no prólogo do *Cancioneiro Geral*:

Porque a natural condiçam dos Portugueses é nunca escreverem cousa que façam, sendo dinas de grande memória, muitos e mui grandes feitos de guerra; paz e vertudes, de ciência, manhas e gentilezas sam esquecidos. **Que, se os escritores se quisessem acupar a verdadeiramente escrever nos feitos de Roma, Tróia e todas outras antigas crónicas e estórias, nam achariam mores façanhas nem mais notáveis feitos que os que dos nossos naturais se podiam escrever. Todos estes feitos e outros muitos doutras sustâncias nam sam divulgados como foram, se gente doutra naçam os fizera.**

Creo que esses grandes Poetas que per tantas partes sam espalhados não tiveram tanta fama como tem /.../ Determinei ajuntar algúas obras que pude haver dalguns passados e presentes e ordenar este livro, nam pera por elas mostrar quais foram e sam, **mas para os que mais sabem s'espertarem a folgar d'escrever e trazer à memória os outros grandes feitos**, nos quais nam sam dino de meter a mão.²¹⁹
(grifo nosso)

Aníbal Pinto de Castro, ao analisar a questão da criação poética, entende que a partir da década de 60 do século XVI começa a surgir uma alteração nos códigos poéticos, que possibilita inclusive a identificação de um novo período literário. Além disso, já pelo final do século a penetração especulativa impõe-se em detrimento da

²¹⁸ FERREIRA, António. *Poemas lusitanos*. Edição crítica, Introdução e comentários Thomas Foster Earle. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2000, p. 11-12.

²¹⁹ RESENDE, Garcia. *Cancioneiro geral*: cum preuilegio / [Foy ordenado e eme[n]dado por Garcia de Reesende fidalguo da casa del Rey nosso senhor e escriuam da fazenda do principe]. - Almeyrum e acabouse na muyto noble e sempre leall cidade de Lixboa: per Hermã de Cãmpos, 28 Sete[m]bro 1516. Obra e dados bibliográficos fornecidos pela Biblioteca Nacional Digital. Disponível em <http://purl.pt/12096/2/>. Acesso em 12 de maio de 2008.

observação das técnicas e preceitos da composição clássica. Segundo o autor, neste período, *o poeta não é já o artifex, que põe à prova o domínio de uma arte aprendida, mas um ministro do próprio Deus, e as suas obras verdadeiros oráculos dos ditames divinos*. E prossegue distinguindo o *furor* como um dom da inspiração poética, ligado não às Musas, mas sim ao Espírito Divino dos Cristãos:

O poeta participa, assim, com Deus na criação da beleza e na revelação das verdades eternas, transformando-se num elo demiúrgico entre o Homem e a Divindade, graças ao arrebatamento que lhe é insuflado, quando possuído pelo furor.²²⁰

Ao se considerar os versos seguintes, cotejados com as observações de Earle e as de Castro, podemos verificar que em Ferreira a questão da inspiração poética toma contornos de inspiração divina:

Ditoso esprito bem aventurado
Que aprende só de Deus, que de Deus fala,²²¹
Rir-te-ás das cegas sombras, dos rodeios,
Com que aqueles gentios foram dando
Com a verdade por escuros meios.²²²

A revelação cristã é um tópico caro a Ferreira, tanto em termos teológicos, quanto poéticos, o que resulta, ou antes, provoca reflexões sobre a intersecção entre Poética e Teologia no classicismo português. Entretanto, deter-se nesta questão alargaria o âmbito dessa pesquisa e desviaria o caminho do tema proposto.

4.3.2. O DISCURSO POÉTICO EM ANTÓNIO FERREIRA

A valorização da Antiguidade greco-latina é manifesta, sobretudo, pela abundância de traduções de textos clássicos, que dominaram as discussões e produções

²²⁰ CASTRO, Aníbal Pinto de. Os códigos poéticos em Portugal do Renascimento ao Barroco. Seus fundamentos. Seus conteúdos. Sua evolução, *Revista da Universidade de Coimbra*, Coimbra, ano XXXI, 1985, p. 527.

²²¹ Cf. Carta 11, Livro I, 49-50. In FERREIRA, António. *Poemas lusitanos*. Edição crítica, Introdução e comentários Thomas Foster Earle. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2000, p. 307.

²²² Cf. Carta 12, Livro I, 124-126. In *Ibidem*, p. 307.

poéticas. Inserido neste contexto, o poeta António Ferreira desenvolve valores estéticos, literários e morais com uma visão política de renovação nacional.²²³ E com esta visão, elege um grupo de “bons engenhos”, ao qual dirige a sua pregação doutrinária de amor à língua portuguesa, doutrinária e sobre as normas que deveriam orientar aqueles que têm tal *responsabilidade* poética. Ferreira dedica sua obra

Aos bons ingenhos

A vós só canto, espritos bem nascidos,
a vós, e às Musas ofereço a lira,
ao Amor meus ais, e meus gemidos,
compostos do seu fogo, e da sua ira.
em vossos peitos são, limpos ouvido,
caiam meus versos, quais me Febo inspira.
Eu desta glória só fico contente,
que a minha terra amei, e a minha gente.

Este posicionamento ultrapassa a simples obediência aos preceitos clássicos, que no caso de Ferreira é a *Ars Poetica*, de Horácio. Na visão deste poeta, este grupo de bons engenhos deve defender e ilustrar a língua portuguesa. Vê-se, assim, a articulação dos discursos em prol da língua portuguesa: tanto o filológico quanto o poético. António Ferreira, com sua pregação e doutrina, com a sua própria poesia, com o seu exemplo poético e a sua postura oferece bom testemunho e oportunidade para se observar a riqueza, os pressupostos, os encantamentos e, neste caso, o uso ideológico da poesia e da poética renascentista.

António Ferreira, à semelhança de Gândavo e Nunes de Leão, entende que a ameaça aos valores lusitanos vem, não do latim, mas sim de uma língua vizinha, que embora fizesse parte do mesmo universo cultural ibérico, pertencia agora a outro ordenamento político. Os portugueses até então se consideravam parte de uma cultura vinculada à língua castelhana, tanto que poetas portugueses ilustres do período

²²³ FERREIRA, António. *Poemas lusitanos*. Edição crítica, Introdução e comentários Thomas Foster Earle. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2000, p. 12-15.

compunham em ambos os idiomas, integrantes que eram de uma mesma tradição ibérica.

O castelhano, à medida que o movimento em prol do português avança, ganha o estatuto de língua estrangeira.²²⁴ António Ferreira, com essa consciência, assume-se como uma espécie de paladino e arauto da língua portuguesa contra o uso do castelhano. Além dos propósitos expansionistas de Castela, há ainda outras questões de cunho linguístico, que são discutidas pelos primeiros filólogos da língua portuguesa. Entretanto, ressalte-se o aspecto peculiar do que ocorre em Portugal: a língua portuguesa, além de participar ao lado das outras línguas europeias, do embate contra o latim, é parte importante do projeto político-expansionista-religioso português.

Por isso, fazer poesia, para António Ferreira, é atender à vocação poética e patriótica, seguindo os preceitos clássicos, com conhecimento, trabalho, humildade, diligência, por meio de uma postura norteada pela razão, força, equilíbrio. A poética que Ferreira se propõe a seguir, obedecer e proclamar consubstancia-se, sobretudo, num conjunto em que comparecem elementos de seu pensamento moral, filosófico e religioso.

Para finalizar, retorno às *hegemonias culturais* discutidas por Luís Filipe Barreto e José Sebastião da Silva Dias, abordadas no capítulo *O século XVI em Portugal*. Como vimos, Barreto propõe que se compreenda a sociedade europeia e portuguesa sob três núcleos, o *Escolástico*, o *Humanista* e o *Racionalista pragmático-experiencial*. Na sequência desta reflexão aponta que:

(...) estes três dinamismos apresentam diferente força institucional e função cultural e, assim, “podem distinguir-se duas hegemonias culturais: a Escolástica e a Humanista”.²²⁵

²²⁴ FRANCO, Marcia Arruda. *Sá de Miranda, um poeta no século XX*. Braga (Portugal): Ângelus Novus, 2005.

²²⁵ BARRETO, Luís Filipe. *Caminhos do saber no renascimento português: estudos de História e Teoria da Cultura*. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1986, p. 18.

E nesta simbiose de núcleos,

(...) as fronteiras tanto separam como unem e uma parte (como é caso da Cultura dos Descobrimentos no interior da cultura Portuguesa Renascentista) respira sempre, em última instância, os horizontes do possível e impossível traçados pela mecânica do todo.²²⁶

Após afirmar que a ‘Cultura dos Descobrimentos’ não forma um território homogêneo, e dar algumas indicações do comportamento científico e técnico, Barreto conclui que:

Filosofia e Ciência são, no Renascimento, uma dialéctica do uno e do múltiplo que em certas zonas e momentos tende ao encontro, mesmo identidade, noutras radicaliza o desencontro afirmado, cada vez mais, diferentes e opostas vias na teoria e na prática do saber verdadeiro.²²⁷

Assim, a reflexão poética e o saber prático e experiencial, como as navegações e a aventura dos *Descobrimentos*, por exemplo, contribuem com a defesa e ilustração da língua portuguesa. E mais,

(...) a compreensão rigorosa do renascentista mostra, em toda e cada uma das analiticidades discursivas, a complexidade que preside à “solidariedade sistêmica e histórica de conceitos e gestos do pensamento que com frequência se acredita poder inocentemente separar”.²²⁸

Com essa re-inserção na reflexão de Barretos e Dias, os humanistas, dos quais António Ferreira é exemplo, não nos parecem possuir pensamentos e práticas homogêneos. Antes, transitam ora com nuances escolásticas, ora sob matizes de valores clássicos, por vezes, estão suscetíveis às novas realidades dos *Descobrimentos*, outras vezes presos à tradição clássica.

²²⁶ BARRETO, Luís Filipe. *Caminhos do saber no renascimento português: estudos de História e Teoria da Cultura*. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1986, p. 19.

²²⁷ *Ibidem*, p. 28.

²²⁸ *Ibidem*, p. 28.

4.3.3. A POESIA EM LOUVOR DA LINGUA PORTUGUESA

Marcia Arruda Franco apresenta em 1998, em comemoração aos quatrocentos anos da edição *princeps* de *Poemas Lusitanos*, estudo sobre o poeta António Ferreira, sob duas vertentes: sua relação como discípulo leitor de Sá de Miranda e sua *célebre defesa da língua portuguesa*. O título do trabalho²²⁹ exalta em Ferreira o epíteto que talvez mais o agradasse: *amigo da língua*. Ou como o próprio poeta imagina que dele falarão:

– Ah, Ferreira – dirão –, da língua amigo.²³⁰

Ferreira tomou para si a incumbência patriótica de defender a língua portuguesa. Fez isso através de elogios poéticos, por compreender que a função do poeta é ornar a própria língua para dignificá-la. E neste ornato entram os preceitos clássicos de imitação e labor. A pregação apologética de Ferreira leva em consideração que o trabalho poético é eficaz para ilustrar e dignificar a língua portuguesa. Essa postura revela uma tríade: amor à língua, à poesia e à pátria.

Em carta ao amigo Pedro de Andrade Caminha, procura constrangê-lo ao cultivo exclusivo da língua materna através do labor poético. Faz isso argumentando que os antigos, tão venerados pelos humanistas do *Renascimento*, também tiveram tal atitude em relação à própria língua.

Do que antigamente mais pregaram
todos os que escreveram foi honrar
a própria língua, e nisso trabalharam.

Cada um andava pola mais ornar
com cópia, com sentenças, e com arte,
com que pudesse d'outras triunfar.²³¹

²²⁹ FERREIRA, António. O discípulo mirandino e amigo da língua. *Convergência Lusíada* – Revista do Real Gabinete Português de Leitura, n. 15, p. 60, 1998.

²³⁰ Cf. Livro I das Odes, 1, 30. In FERREIRA, António. *Poemas lusitanos*. Edição crítica, Introdução e comentários Thomas Foster Earle. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2000, p.107.

²³¹ Cf. Carta 3, Livro I, 13-18. In *Ibidem*, p. 259-260.

Ferreira considera antipatriótico o uso do castelhano por poetas que têm a obrigação de ilustrar o idioma português. Coisa que, ao se considerar tão somente os apelos, seus pares não costumam fazer. O poeta sabe que a língua portuguesa, trabalhada da mesma forma que os latinos trabalharam o latim, engrandeceria a pátria. O *amigo da língua* tenta mostrar ao amigo Caminha que a recusa em abandonar o castelhano é negação da pátria. No terceto a seguir, o refinado Ferreira sutilmente procura constranger Caminha através da lembrança de que ele nasceu em terras portuguesas.

Mostraste-te tégora tão esquecido
meu Andrade, da terra em que nasceste,
como se nela não foras nascido.²³²

Nos dois tercetos a seguir, Ferreira continua com seu apelo e com sua construção racional. Nestes, tenta fazer Caminha entender que não há lógica em enriquecer outro idioma:

Esses teus doces versos, com que ergueste
teu claro nome tanto, e que inda erguer
mais se verá, a estranha gente os deste.

Porque o que com podia nobreecer
tua terra, e tua língua lho roubaste,
por ires outra língua enriquecer?²³³

Nos três tercetos a seguir, Ferreira continua a mesma linha de argumentação, na qual é possível observar o apelo racional. Mesmo sem o uso da expressão *razão*, a lógica estaria evidenciada através da construção argumentativa, bem como a orientação estóica de valorização da razão:

Cuida melhor, que quanto mais honraste,
e em mais tivesse essa língua estrangeira,
tanto a esta tu ingrato te mostraste.

²³² Cf. Carta 3, Livro I, 100-103. In FERREIRA, António. *Poemas lusitanos*. Edição crítica, Introdução e comentários Thomas Foster Earle. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2000, p. 262.

²³³ Cf. Carta 3, Livro I, 104-108. In *Ibidem*, p. 262.

Volve pois, volve Andrade, da carreira,
que errada levas, (com tua paz o digo,
Alcançarás tua glória verdadeira.

Té quando contra nós, contra ti imigo
te mostrarás? Obrigue-te a **razão**,
que eu, como posso, a tua sombra sigo.²³⁴

Após estes últimos tercetos vêm três dos mais famosos versos de Ferreira:

Floreça, fale, cante, ouça-se e viva
a portuguesa língua, e já, onde for,
senhora vá de si, soberba e altiva.²³⁵

E a seguir o trecho final de uma ode, em que traz para si a tarefa de defender e ilustrar a língua portuguesa:

A mim pequena parte
cabe inda do alto lume
igual ao canto: o brando Amor só sigo,
levado do costume.
Mas inda em algũa parte
– Ah, Ferreira – dirão –, da língua amigo. 236

Ele faz isso com um sentimento de humildade, característica que vem da filosofia horaciana. Pede apenas o triunfo da língua e a deferência de ser chamado amigo da língua. E convida seus pares a fazer o mesmo:

(...) e os que depois de nós vierem, vejam,
Quanto se trabalhou por seu proveito,
porque eles pera os outros assi sejam.²³⁷

O constrangimento que Ferreira tenta impor ao grupo de bons engenhos é fazer valer a equação amor à pátria é igual amor à língua. Essa equivalência abrange parte da relação que Ferreira tem pela língua, que se estende, ou mesmo se origina no amor que como humanista dedica à língua. Entretanto, isso não teve efeito nem para Caminha (mesmo sendo um dos amigos mais íntimos de Ferreira), nem para outros poetas

²³⁴ Cf. Carta 3, Livro I, 109-117. In *Ibidem*, p. 262-263.

²³⁵ Cf. Carta 3, Livro I, 124-126. In FERREIRA, António. *Poemas lusitanos*. Edição crítica, Introdução e comentários Thomas Foster Earle. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2000, p. 262-263.

²³⁶ Cf. Livro I das Odes, 1, 25-29. In *Ibidem*, p. 107.

²³⁷ Cf. Carta 3, Livro I, 134-136. In *Ibidem*, p. 307.

quincentistas. O que demonstra certo isolamento da pregação a que o poeta se propôs. De qualquer forma, o discurso de Ferreira continua em termos de patriotismo e amor à língua portuguesa.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo do século XVI, a língua portuguesa foi codificada, gramaticalizada, polida e enobrecida. O caminho percorrido para tanto se constituiu numa intensa aventura, e sua existência como língua nacional nobre e plenamente apta ao uso cultural deve-se em grande parte aos discursos e fatos que estiveram em voga ao longo daquele século. Sua nova posição não é resultado de uma ação espontânea, antes é resultado de um embate ordenado em que estão presentes vários aspectos lingüísticos, culturais e políticos. Em função da multiplicidade de fatores que participaram direta ou indiretamente do sucesso da língua portuguesa, procuramos compreender os discursos em defesa e ilustração da língua portuguesa inseridos num amplo contexto cultural.

Embora concentrada no embate português e castelhano, esta pesquisa envolveu a questão da língua na Europa. Tal questão, a dignificação dos idiomas vernáculos diante do latim, trata também de uma discussão de cunho nacionalista que envolve a formação dos Estados nacionais. Na Ibéria, os portugueses perceberam a importância da língua para a formação do Estado português, pois a proximidade geográfica da Espanha, associado ao privilégio cultural castelhano em sua Corte, deu ensejo ao bilinguismo em território português e, com isso, ao enfraquecimento político e cultural lusitano. Este processo foi cultural e se deu prioritariamente através de textos e majoritariamente em língua vulgar, que buscamos identificar, a fim de formar um panorama dos discursos que envolveram a questão da língua em Portugal.

Procuramos ao longo deste trabalho identificar um conjunto de discursos em defesa e ilustração da língua portuguesa. Neste processo, percebemos a presença do Estado nos lances mais significativos da aventura da língua portuguesa: desde seus primórdios a língua portuguesa esteve associada ao poder, ao Império lusitano.

Os discursos filológico e poético estavam inseridos num contexto de disputa pelo poder, e o principal centro instigador destes discursos localizava-se em torno da Coroa portuguesa. Tornou-se evidente que os envolvidos nos discursos estudados estavam imbuídos de uma consciência da importância da língua portuguesa como instrumento para legitimar a autonomia cultural e política lusitanas no contexto da Ibéria, ou mais especificamente, frente à Castela. A questão da língua em Portugal transcende os conceitos poéticos e gramaticais, embora tenham sido considerados tanto no embate com o latim quanto com o castelhano. O que percebemos é que a questão com o castelhano remeteu o embate para a esfera política. Ou melhor, o próprio confronto parece ter sua origem na esfera política.

Embora esta pesquisa não se norteasse pela ideologia (até porque a ideologia é conceito do século XIX), a questão política da defesa dos ideais lusitanos diante de Castela nos indicou que há um teor ideológico envolvendo os discursos em prol da língua. Enquanto o embate entre o português, como língua vulgar, e o latim poderia, porventura, limitar-se aos eruditos, o confronto com o castelhano possivelmente despertou o interesse da Corte de uma forma geral. Assim, pensamos em termos de uma elite cultural, econômica e política que procura manter-se no poder, usando a língua como instrumento de dominação. Equivale, em outras palavras, à noção marxista de ideologia situando os discursos em prol da língua num projeto de afirmação nacional, do Império lusitano e da monarquia católica.

O movimento e os discursos originavam-se em intelectuais ligados à Corte, à Igreja, à Empresa imperial ultramarina. Sob os auspícios da Coroa, tomaram parte

homens letrados das mais diversas orientações, que tinham como preocupação imediata defender e ilustrar a língua portuguesa como parte do projeto nacionalista imperial lusitano.

Procuramos também detectar as relações entre os discursos e as demais questões e movimentos do século XVI. Foi assim que nos deparamos, logo de início, com o Humanismo, com a Renascença, com as proezas dos Descobrimentos e, sobretudo, com a ação de um grupo de letrados da Corte lusíada que se postou a favor do idioma português. Além disso, a imprensa surge como um elemento novo no contexto cultural europeu e como instrumento que potencializa a capacidade de circulação dos textos. Em primeiro lugar, o que se percebeu foi a força de difusão de textos. Em seguida, a necessidade de padronização da própria escrita.

Detentor de um instrumento tecnológico novo e economicamente eficaz, a imprensa desenvolve-se, sendo a padronização gramatical e ortográfica importante para o seu sucesso. Os gramáticos do século XVI, homens renascentistas e humanistas, empenham-se em suprir essa necessidade, refletindo sobre a língua por meio de uma abordagem amparada na cultura clássica, juntamente com os poetas que a enobreceram, mas considerando a realidade da língua usada no dia a dia.

Ao estudá-los, evidenciaram-se várias facetas que envolveram os letrados quinhentistas. Percebemos que a apologia se dava ora em consideração dos valores da Antiguidade clássica, ora vinculados à cultura dos descobrimentos, permeadas por uma visão humanista na construção dos novos tempos, que estavam florescendo. Havia casos em que os defensores da língua portuguesa não estavam ligados às descobertas, mas sim sob à influência classicizante vinda da Itália. Os letrados que estavam mais sujeitos à cultura das descobertas questionavam alguns valores da cultura antiga. Os que possuíam uma veia humanista mais acentuada opunham-se às orientações escolásticas, e possuíam

consciência inclusive de sua superioridade em relação aos antigos, denunciando o saber erudito acompanhado da experiência, que os levava a questionar os antigos.

Contudo, as nuances que caracterizavam os defensores da língua portuguesa não ocultavam o propósito de servir ao Império: incentivar a escrita é política de Estado. O serviço letrado prestado ao Império era paralelo ao prestado pelos soldados na ofensiva de expansão além-mar. A diferença consiste em que, enquanto estes usavam as armas para a conquista de territórios e povos, os intelectuais defensores do idioma português empenhavam-se em forjar uma língua que servisse aos propósitos do Império. Para tanto, usavam a pena para perpetuar a cultura lusitana através das letras.

6. BIBLIOGRAFIA

ALIGHIERI, Dante. *Obras Completas*. Vol. X. São Paulo: Américas, 1958.

ARISTÓTELES. *Ética a Nicômaco* – poética. Tradução e comentários de Eudoro de Souza. São Paulo: Nova Cultural, 1987.

BARRETO, Luis Filipe. *Descobrimientos e renascimento* – formas de ser e de pensar nos séculos XV e XVI. 2ª. edição. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1983.

_____. *Caminhos do saber no renascimento português: estudos de História e Teoria da Cultura*. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1986.

_____. *Os descobrimientos e a ordem do saber: uma análise sociocultural*. 2ª. edição. Lisboa: Gradiva, 1989.

_____. *Portugal na abertura do mundo* – projecto, investigação, organização e texto de Luis Felipe Barreto e José Manuel Garcia. Lisboa: Edição da Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1997.

BARROS, João de. *Gramática da língua portuguesa e Diálogo em louvor de nossa linguagem*. Olyssipone: apud Lodouicum Rotorigium, Typographum, 1540. Disponível em <http://purl.pt/12148>. Acesso em 12 de maio de 2008.

_____. *Da Ásia: dos feitos que os portugueses fizeram no descobrimento dos mares e terras do Oriente*. Prólogo por João de Barros, da 1ª edição. Com a *Vida de João de Barros*, por Manuel Severim de Faria. Lisboa: Régia Officina Typográfica, 1788. Disponível em http://purl.pt/7030/4/1-79443-p/1-79443-p_item4/1-79443-p_PDF/1-79443-p_PDF_01-B-R0150/1-79443-p_0000_capa-cap_a_t01-B-R0150.pdf. Acesso em 10 de Outubro de 2008.

BARTHES, Roland. *O rumor da língua*. Tradução de Mario Laranjeira. 2ª edição. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

BATAILLON, Marcel. *La reprension cultural*. Disponível em www.vallenajerilla.com/berceo/inquisicion. Acesso em 23 de junho de 2008.

BERNARDES, Diogo. *Rimas varias, flores do Lima*. Lisboa: Na Off. de Miguel Rodrigues, 1770. Disponível em <http://purl.pt/962>. Acesso em 14 de abril de 2008.

BÍBLIA NA LINGUAGEM DE HOJE. *Epístola aos Romanos*. Sociedade Bíblica do Brasil. Versão on-line. Disponível em <http://www.sbb.org.br/interna.asp?areaID=23>. Acesso em 12 de maio de 2008.

BOXER, C. R. *João de Barros – portuguese humanist and historian of Ásia*. New Delhi: Concept Publishing Company, 1981.

BUESCU, Maria Leonor Carvalhão. *Textos pedagógicos e gramaticais de João de Barros – introdução, seleção, notas e leitura*. Lisboa: Editorial Verbo, 1969.

_____. *Gramáticos portugueses do século XVI*. Lisboa: Biblioteca Breve, 1978.

_____. *Aspectos da herança clássica na cultura portuguesa*. Vol. 33. Lisboa: Instituto de Cultura Portuguesa, 1979. (Série Biblioteca Breve).

BURCKHARDT, Jacob Christoph. *A cultura do Renascimento na Itália: um ensaio*. Tradução Sérgio Tellaroli. São Paulo: Cia. das Letras, 1991.

CARVALHO, Maria do Socorro Fernandes de. *Poesia de Agudeza em Portugal*. Campinas: Editora Unicamp, 2004.

CASTRO, Aníbal Pinto de. *Retórica e Teorização Literária em Portugal*. Do Humanismo ao Neoclassicismo. Coimbra: Instituto de Alta Cultura da Universidade de Coimbra / Centro de Estudos Românicos, 1973.

_____. Os códigos poéticos em Portugal do Renascimento ao Barroco. Seus fundamentos. Seus conteúdos. Sua evolução, *Revista da Universidade de Coimbra*, Coimbra, ano XXXI, p. 505-531, 1985.

CAVALLO, Guglielmo e CHARTIER, Roger. *História da leitura no mundo ocidental*. Vol. 2. Tradução do inglês por José Antônio de Macedo Soares. São Paulo: Editora Ática, 1999.

CERTEAU, Michel de. *A escrita da história*. Tradução de Maria de Lourdes Menezes. Rio de Janeiro: Editora Forense Universitária, 1982. Disponível em <http://www.scribd.com/doc/7389046/Michel-de-Certeau-A-Escrita-Da-Historia-rev>. Acesso em 20 de janeiro de 2008.

CHAUÍ, Marilena de Souza. *O que é Ideologia*. São Paulo: Abril Cultural e Editora Brasiliense, 1984.

CRISTÓVÃO, Angelo. *Questione della lingua: introdução e bibliografia* – Abril de 2004. Disponível em <http://www.lusografia.org/cristovao-questione.htm>. Acesso em 11 de maio de 2008.

CUESTA, Pilar Vázquez; MENDES da Luz, Maria Albertina. *Gramática portuguesa*. Tomo I. 3ª edição. Madri: Editorial Gredos, 1971.

DELUMEAU, Jean. *A civilização do Renascimento*. Vol. I. Lisboa: Editorial Estampa, 1984.

DIAS, José Sebastião da Silva. *Camões no Portugal de Quinhentos*. Vol. 60. Lisboa: Instituto de Cultura Portuguesa / Biblioteca Breve, 1981.

_____. *Os Descobrimentos e a problemática cultural do Século XVI*. Lisboa: Presença, 1982.

DOLIUEIRA, Fernão. *Grammatica da lingoagem portuguesa*. Lixboa: e[m] casa d`Germão Galharde, 27 Ianeyro 1536 (Lisboa, 1536). Disponível em http://purl.pt/120/3/res-274-v_PDF/res-274-v_PDF_24-C-R0072/res-274-v_0000_capa-guardas2_t24-C-R0072.pdf. Acesso em 30 de novembro de 2008.

EARLE, Thomas Foster. *Musa renascida: a poesia de António Ferreira*. Lisboa: Editorial Caminho, 1990.

FARIA, Manuel Severin. *Discursos vários políticos – Introdução actualização e notas de Maria Leonor Soares Albergaria Vieira*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda. 1999.

FERREIRA, António. *Poemas lusitanos*. Edição crítica, Introdução e comentários Thomas Foster Earle. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2000.

_____. *Poemas Lusitanos*. Por Pedro Crasbeeck. Lisboa: MDXCVII. Prólogo: Lisboa a 15 de Mayo de 1598 por Miguel Leite Ferreyra. Fotocópia Biblioteca Nacional de Lisboa.

FEBVRE, Lucien. *Michelet e a Renascença*. São Paulo: Editora Página Aberta, 1995.

_____ et MARTIN, Henri-Jean. *O aparecimento do livro*. Tradução de Henrique Tavares e Castro. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2000.

FRANCO, Marcia Arruda. Sá de Miranda e a defesa e ilustração da língua portuguesa. *Scripta*, Belo Horizonte, vol. 2, n. 4, p. 189-204, 1º sem. 1999.

_____. O discípulo mirandino e amigo da língua, António Ferreira. *Convergência Lusíada – Revista do Real Gabinete Português de Leitura*, Rio de Janeiro, Editorial Nórdica, v. 15, 1998.

_____. Duas versões da dedicatória de os Estrangeiros de Sá de Miranda. *Convergência Lusíada – Revista do Real Gabinete Português de Leitura*, Rio de Janeiro, Editorial Nórdica, v. 21, p. 223-235, 2005.

_____. *Sá de Miranda, poeta do século de ouro*, Coimbra, Ângelus Novus, 2005.

FOUCAULT, Michel. *O que é um autor?* Tradução de José A. Bragança de Miranda e António Fernando Cascais. Lisboa: Vega e Passagens, 1992.

_____. *Microfísica do poder*. Organização e tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

_____. *A arqueologia do saber*. Tradução de Luiz Felipe Baeta Neves. 2ª edição. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1986.

GANDAVO, Pero Magalhães de. *Regras que ensinam a maneira de escrever a orthographia da lingua portuguesa: com hum Dialogo que adiante se segue em defensam da mesma língua*. Lisboa: Officina de Antonio Gonsalvez, 1574. Facsimile da Biblioteca Nacional de Lisboa, 1981. Disponível em <http://purl.pt/50/3/>. Acesso em 12 de maio de 2008.

- GARIN, Eugenio (org.). *O homem renascentista*. Lisboa: Editorial Presença, 1988.
- GIMENO, Francisco Menéndez. Situaciones Sociolingüísticas dispares en el proceso de formación de las lenguas romances. In *Revista internacional sobre la génesis y los orígenes históricos de las lenguas romances*, vol. I, Logroño, 2004. Disponível em <http://www.vallenajerilla.com/berceo/gimenomenendez/formacionlenguasromances.htm>. Acesso em 27 de setembro de 2008.
- HANSEN, João Adolfo. *Poesia Seiscentista – Fênix renascida & Postilhao de Apolo*. Organização Alcir Pécora. Introdução João Adolfo Hansen. São Paulo: Hedra, 2002.
- _____. *A sátira e o engenho: Gregório de Matos e a Bahia do século XVII*. 2ª edição. Cotia, Campinas: Ateliê Editorial / Unicamp, 2004.
- HELLER, Agnes. *O Homem do Renascimento*. Tradução de Conceição Jardim e Eduardo Nogueira. Lisboa: Editorial Presença, 1982.
- HORÁCIO, Q. F. Arte Poética – *Epistula ad Pisones*. In *A Poética Clássica*. Introdução de Roberto de Oliveira Brandão e Tradução de Jaime Bruna. São Paulo: Cultrix, 1995.
- HUE, Sheila Moura. *Diálogos em defesa e louvor da Língua Portuguesa – edição, introdução e notas*. Rio de Janeiro: 7letras, 2007.

KRISTELLER, Paul. *Tradição Clássica e Pensamento do Renascimento*. Tradução de Artur Morão. Lisboa: Edições 70, 1995.

LABORINHO, Ana Paula. Da descoberta dos povos ao encontro das línguas: o português como língua intermediária a Oriente. *Actas do Colóquio Internacional – O Humanismo Latino e as Culturas do Extremo Oriente*, Macau, 6-8 de Janeiro de 2005, Treviso, Fondazione Cassamarca, p.71-91, 2006.

LEÃO, Duarte Nunes de (1606). *Origem da língua portuguesa*. 4ª. edição preparada por José Pedro Machado Crasbeeck. Lisboa: Pedro de Azevedo, 1945. Disponível em <http://purl.pt/50>. Acesso em 12 de maio de 2008.

_____. *Ortografia e origem da língua portuguesa* – introdução, notas e leitura de Maria Leonor Carvalhão Buescu. Lisboa: Imprensa Nacional, 1983.

LIMA, Luís Costa. *A Literatura e o leitor - textos de estética da recepção*. São Paulo: Paz e Terra, 1979.

MARTIN, José Luis. *Cuna para un idioma*. In *História*, v. 16, ano III, n. 25, Salamanca, p. 68-73, Maio 1978.

MIRANDOLA, Giovanni Pico della. *Discurso sobre a dignidade do homem*. Lisboa: Edições 70, 1989.

NEBRIJA, Elio Antonio. *Prólogo a la Gramática de la lengua castellana*. Disponível em <http://www.analitica.com/Bitblo/nebrija/gramatica.asp>. Acesso em 12 de maio de 2008.

PANOFISKY, Erwin. *Renascimento e Renascimentos na arte ocidental*. Lisboa: Editorial Presença, s/d.

OLIVEIRA, Fernão. *Grammatica da lingoagem portuguesa* / Lixboa: Germão Galharde, 1536. Disponível em <http://purl.pt/120>. Acesso em 12 de maio de 2008.

RASSAM, Joseph. *Michel Foucault: Lãs palavras y lãs cosas*. Madri: E.M.E.S.A, 1978.

RESENDE, Garcia. *Cancioneiro geral: cum preuilegio* / [Foy ordenado e eme[n]dado por Garcia de Reesende fidalguo da casa del Rey nosso senhor e escriuam da fazenda do principe]. - Almeym e acabouse na muyto nobre e sempre leall cidade de Lixboa: per Hermã de Cãmpos, 28 Sete[m]bro 1516. Obra e dados bibliográficos fornecidos pela Biblioteca Nacional Digital. Disponível em <http://purl.pt/12096/2/>. Acesso em 12 de maio de 2008.

SARAIVA, Antonio José. *História da cultura em Portugal*. Vols. I-III. Lisboa: Jornal do Fôro, 1950.

SARAIVA, António José et LOPES, Oscar. *História da Literatura Portuguesa*. Porto: Porto Editora, 2005.

SOUZA, Roberto Acízelo de. *Iniciação aos estudos literários – objetos, disciplinas, instrumentos*. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

- SPINA, Segismundo. *Introdução à poética clássica*. São Paulo: FTD, 1967.
- SQUAROTTI, Giorgio Barbieri (org.). *Literatura italiana – linhas – problemas – autores*. São Paulo: Nova Stella, Instituto Cultural Ítalo-brasileiro e Edusp, 1989.
- SANTILLANA, Marquês de. *Poesias completas – poemas morales, políticos y religiosos. El proemio e carta. Edición, introducción y notas de Manuel Durán*. Vol. II. 3ª edição. Madrid: Clásicos Castalia, 1980.
- SEVCENKO, Nicolau. *O Renascimento*. São Paulo, Campinas: Atual Editora / Editora Unicamp, 1984.
- TEYSSIER, Paul. *História da língua portuguesa*. 6ª. edição. Lisboa: Livraria Sá da Costa, 1994.
- TRINGALI, Dante. *A arte poética de Horácio*. São Paulo: Musa Editora, 1993.
- VALENTIM, Carlos Manuel. *As navegações e o Humanismo*. Disponível em <http://www.instituto-camoes.pt/cvc/navegport/f05.html>. Acesso em 10 de junho de 2008.
- ZILBERMAN, Regina. *Estética da recepção e História da Literatura*. São Paulo: Ática, 1989.